

# Adiante!



Aprovada por larguíssima maioria, a Resolução Política da Conferência Nacional reafirmou as características fundamentais do Partido e apontou linhas de reforço da organização e combate à política de direita.

A Conferência Nacional decidiu

# Reforçar intervenção do PCP

Págs.  
5 a 11  
e 15 a 18

Dia nacional de luta marcado  
por grande mobilização dos trabalhadores



Muitos milhares de trabalhadores aderiram em todo o País às acções do dia nacional de luta, no passado dia 20. E voltam à rua a 10 de Julho, dia previsto para o debate parlamentar das propostas do Governo sobre Segurança Social.

Pág. 13

## O trabalho saiu à rua

### Projecto do PCP

#### Não à privatização da Saúde

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de responsabilidade na degradação dos serviços públicos de Saúde. E apresentou projecto sobre gestão dos serviços hospitalares.

Pág. 19

### Audição na AR

#### Defender a Segurança Social

O PCP promoveu anteontem uma audição parlamentar com vista à defesa do sistema público de Segurança Social. O que o Governo pretende é uma ameaça aos direitos dos trabalhadores.

Pág. 32



### Cimeira de Sevilha

#### A implacável União

Sitiados por gigantescas manifestações anticapitalistas e por fortes movimentos no interior dos seus países, os Quinze recuam nos seus objectivos mas não desistem. Espanha fechou as fronteiras ao protesto.

Págs. 23 e 32



**Avante!**  
Proletários de todos os países  
UNI-VOS!

PROPRIEDADE  
Partido Comunista Português  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO  
Editorial «Avante!», SA  
Av. Gago Coutinho  
121/1700 Lisboa  
Capital social:  
€ 125 000.  
CRC matrícula: 47058.  
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90/91  
Fax: 21 781 71 93  
E-mail:  
avante.pcp@mail.telepac.pt  
Web:  
http://www.pcp.pt

Director  
José Casanova

Chefe de Redacção  
Leandro Martins

Chefe Adjunto  
Anabela Fino

Redactores  
Carlos Nabais  
Domingos Mealha  
Gustavo Carneiro  
Henrique Custódio  
Isabel Araújo Branco  
João Chasqueira  
Lúcia Calapez  
Margarida Folque  
Miguel Inácio

Grafismo  
José Araújo

Fotografia  
Jorge Caria  
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção  
Ivone Dias Lourenço  
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial Avante!  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa  
Até às 17 horas  
de cada sexta-feira:  
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS  
Delegação Lisboa:  
Tapada Nova - Capa Rota  
Linhó - 2710 Sintra  
Tel. 21 923 99 21  
Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS\*  
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	50 números: 9 000\$00 44,90 euros
25 números:	4 600\$00 23,00 euros
EUROPA	50 números: 23 000\$00 114,75 euros
EXTRA-EUROPA	50 números: 33 000\$00 164,60 euros

\*Enviar para  
Editorial «Avante!»  
nome, morada  
com código Postal  
e telefone  
a acompanhar cheque  
ou vale de correio.

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85



Conferência Nacional do PCP

## Resumo

### 19 Quarta-feira

A proposta de Resolução Política a apresentar à Conferência Nacional do PCP é aprovada pelo Comité Central do Partido ● O Sindicato do Sector Têxtil da Beira Alta acusa o Centro de Emprego de S. Pedro do Sul de violar a lei ao cortar o subsídio de desemprego de uma funcionária das confeções «Vouga-Têxtil», de Vouzela ● Os trabalhadores dos transportes públicos da Grécia fazem greve em protesto contra os planos de reforma do sistema de pensões propostos pelo governo ● Os controladores aéreos europeus entram em greve contra a intenção de Bruxelas de criar um Céu Único Europeu ● Helicópteros israelitas disparam vários mísseis contra o Sul da Faixa de Gaza.

### 20 Quinta-feira

Milhares de trabalhadores de todo o País participam em manifestações e plenários integrados na Jornada Nacional de Luta que a CGTP promove em protesto contra a política económica e social do Governo ● O Sindicato da Construção do Norte solicita à Ministra da Justiça, Celeste Cardona, a criação de novos tribunais especializados, de modo a acelerar os processos de falência, por considerar os atrasos verificados «uma vergonha nacional» ● A Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos inicia um protesto em defesa das reivindicações salariais ● Greve geral em Espanha; milhões de trabalhadores saem às ruas em protesto pela reforma do sistema de segurança social, proposta por José María Aznar.

### 21 Sexta-feira

A eurodeputada do PCP, Ilda Figueiredo, faz um apelo à «unidade nacional» em torno do protesto contra a intenção da Comissão Europeia em impor restrições no sector da pesca ● O presidente do Sindicato da Função Pública do Norte, Miguel Vital, alerta para o facto de que «as vagas abertas para trabalhadores auxiliares administrativos na área da saúde a nível nacional não cobrem sequer as necessidades de um grande hospital do Porto» ● O Sindicato dos Professores da Zona Centro acusa as câmaras do distrito de Castelo Branco de rejeitarem a atribuição de novas competências na área da educação ● O gabinete de segurança israelita decide prosseguir a ocupação de todas as cidades autónomas palestinianas.

### 22 Sábado

A Conferência Nacional do PCP aprova por esmagadora maioria a Resolução Política saída do debate ● A concelhia de Vila

Franca de Xira do PCP acusa os eleitos do PS e do PSD na câmara local de «desprezarem os interesses municipais em favor das empresas imobiliárias» ● A associação de moradores da zona de intervenção do Casal Ventoso manifesta-se «preocupada» com a extinção do gabinete de reconversão do bairro de Lisboa e a dispensa de todos os seus trabalhadores a partir de dia 28 ● Cem mil activistas antiglobalização percorrem as ruas de Sevilha, numa manifestação centrada no problema da imigração ● A comitiva do PCP, que pretendia seguir para Sevilha e participar no protesto anti-globalização, é impedida de entrar em Espanha pelas autoridades espanholas.

### 23 Domingo

O ministro da Cooperação Internacional palestiniano, Nabil Chaath, exorta o presidente dos EUA, George W. Bush, a revelar sem demora o seu plano para o relançamento da paz no Médio Oriente ● Um polícia palestiniano é assassinado por tiros do exército israelita durante uma incursão na cidade autónoma de Jenin ● O presidente iraquiano, Saddam Húsein, põe a ridículo um plano da CIA para o derrubar e acusa os EUA de se colocarem «fora da lei» ● As equipas de atletismo de Portugal sobem um lugar e acabam na quarta posição da Taça da Europa de atletismo, concluída em Sevilha.

### 24 Segunda-feira

O PCP exige que o ministro Martins da Cruz, responsável pela pasta dos Negócios Estrangeiros, vá à Assembleia da República explicar os incidentes na fronteira com Espanha ● O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, convoca uma manifestação em Caracas «em defesa da Constituição Bolivariana» ● Tanques israelitas entram no quartel-general do presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat, em Ramallah ● Seis palestinianos são assassinados por mísseis disparados por helicópteros israelitas.

### 25 Terça-feira

Santana Lopes, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, suspende a construção de 87 fogos do programa EPUL Jovem, no Martim Moniz, e de um quartel dos Sapadores Bombeiros ● O Bloco Nacionalista Galego pede esclarecimentos a Madrid em relação aos incidentes na fronteira de que foram vítimas militantes do PCP e do BE ● Mais de uma centena de polícias palestinianos são presos pelo exército israelita ● Ariel Sharon exige mudanças entre os dirigentes palestinianos, assim como o presidente norte-americano George W. Bush, como uma das condições para retomar as negociações de paz.

## Aconteceu

### Desemprego subiu em Portugal

O desemprego registado no Continente e nas Regiões Autónomas verificou um aumento de 2,4 por cento, em Maio, face ao homólogo, segundo números dos centros do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) divulgados segunda-feira.

Em Maio deste ano o desemprego atingia 326 620 pessoas, mais 2,4 por cento do que em igual mês do ano passado, no entanto desceu face ao mês de Abril deste ano na mesma amplitude (2,4 por cento).

O total de desempregados registados nos centros de empregos do IEFP atingiu em Maio 326 620 pessoas, em Abril deste ano era de 334 714, enquanto em Maio do ano passado atingia 318 961 pessoas.

Em termos de pedidos de subsídios de desemprego a tendência foi similar, o total de pedidos caiu em relação ao mês anterior e subiu face a Maio do ano passado, para um total de 369 488.

### Túnel das Amoreiras contestado

A Ordem dos Arquitectos considera que o prolongamento do túnel das Amoreiras, uma promessa eleitoral do actual presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Pedro Santana Lopes, pode ser «mais inconvenientes e riscos» do que vantagens e alerta para a necessidade de um debate sobre esta matéria.

Uma nota daquela organização salienta que, tratando-se de um investimento superior a cinco milhões de euros e de discussão pública obrigatória, num debate promovido pela Ordem dos Arquitectos (OA) no dia 15, o vereador Carmona Rodrigues

«não prestou esclarecimentos concretos sobre a obra», informando que «o projecto ainda não estava pronto».

Pondo em causa que o túnel melhore a fluidez de trânsito, já que vai terminar num semáforo, «o que terá como consequência engarrafamentos a montante», a OA alerta para o desaparecimento de árvores, prejudicando a imagem das avenidas e de passeios.

A OA afirma que não têm sido «devidamente assinalados os riscos eventualmente associados a intervenções», nomeadamente de «acidentes, de incêndio e de poluição

sonora, devido aos ventiladores».

Do mesmo modo, a OA frisa que a obra «seria um sinal contrário» em relação ao repovoamento da cidade de Lisboa, por trazer mais carros para o interior da capital.

Nesse sentido, a Ordem dos Arquitectos pretende que seja alargado e publicitado o prazo de discussão pública da obra que pretende eliminar três cruzamentos na Rua Joaquim António de Aguiar e promover o atravessamento subterrâneo da Rotunda do Marquês de Pombal na direcção da Avenida Fontes Pereira de Melo.

### RTP em falência técnica desde 1996

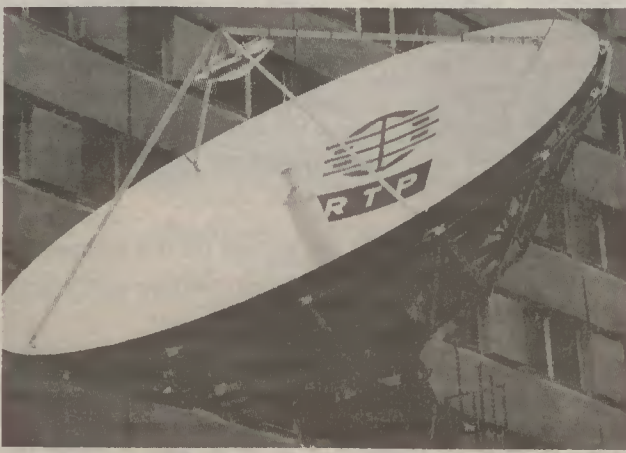
A RTP encontra-se em falência técnica desde 1996, de acordo com informações avançadas sexta-feira pelo Tribunal de Contas (TC).

O acórdão do TC sobre a auditoria à televisão pública,

entre os anos de 1993 e 2000, adianta que a RTP tem vindo a apresentar uma situação económico-financeira extremamente degradada.

No final do ano 2000, os prejuízos

ascendiam a um valor acumulado de cerca de 189 milhões de contos (942,7 milhões de euros). Nesse ano, o custo do serviço público chegou aos 36 milhões de contos (179,6 milhões de euros).



### Nova investigação nas autárquicas de Lisboa

A Procuradoria-Geral da República abriu um inquérito às irregularidades detectadas nas últimas autárquicas de Lisboa, mas a investigação já não poderá mudar o desfecho eleitoral, disse sexta-feira à Lusa fonte da PGR.

Segundo a mesma fonte, a PGR concluiu a análise da informação sobre o processo eleitoral autárquico em Lisboa em que foram detectadas irregularidades que agora vão ser investigadas pelo Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP).

«Não confundir este processo com um outro referente a uma secção da freguesia de Alvalade que está no DIAP desde o início de Janeiro», disse fonte da PGR.

A mesma fonte adiantou que o processo visa apenas matéria de natureza criminal nas operações de apuramento e não afectará os resultados eleitorais já consagrados.

Nos termos da lei, os resultados

eleitorais são homologados, ou seja, ficam definitivos, caso não tenha havido recurso para o Tribunal Constitucional no prazo de 48 horas após a afixação do edital da Assembleia de Apuramento Geral.

O inquérito a desenvolver pelo DIAP visa o processo de apuramento dos resultados onde se registam grandes discrepâncias entre os dados oficiais constantes nos mapas do STAPE do dia das eleições, em 16 de Dezembro, e dos mapas da Assembleia de Apuramento Geral do dia 21 do mesmo mês e consagrados pela Comissão Nacional de Eleições no «Diário da República» de 27 de Março.



### Maria João Pires distinguida pela UNESCO

A pianista Maria João Pires foi distinguida, na passada semana, com o Prémio de Música 2002, um galardão de grande prestígio atribuído todos os anos pela UNESCO, em parceria com o International Music Council.

Este galardão distingue instituições ou pessoas que se destacam no mundo da música, indo além de uma carreira dita normal. Para além de premiar a carreira da pianista portuguesa, o Prémio de Música 2002 visa ainda reconhecer o Centro para o Estudo das Artes Belgais, criado pela artista há três anos.



## Crónica Internacional

• Ângelo Alves

### Sevilha... Dá que pensar...

Os dois autocarros que transportavam a delegação do PCP à manifestação de Sevilha «contra a Europa do Capital» foram barrados na fronteira e foi negada aos representantes do PCP a entrada em território espanhol. Iguais incidentes aconteceram com outros grupos de portugueses que se dirigiam a Sevilha. No caso do PCP a argumentação das autoridades espanholas foi clara: Não poderíamos entrar em Espanha por «razões de segurança nacional»!

Deixando de lado as conhecidas descrições mais ou menos pormenorizadas do modo como a delegação do PCP e outras foram tratadas pelas polícias – que constituem só por si inadmissíveis actuações das autoridades espanholas – e realçando que obviamente a delegação do PCP não representava qualquer perigo para a segurança do Estado espanhol, importa então reflectir sobre o que realmente significam estes incidentes.

O que uniu o vasto conjunto de organizações e pessoas na intenção de se manifestarem em Sevilha era simplesmente a vontade de junto dos representantes dos diferentes estados da União Europeia expressar a opinião de que o seu actual rumo não serve os interesses dos trabalhadores e povos da Europa.

O que uniu aquele grupo de gente generosa que viajou nos autocarros do PCP foi a vontade de manifestar desacordo relativamente a medidas que estavam em cima da mesa do Conselho Europeu e que visam transformar a Europa numa potência militar imperialista e agressiva, aquartelada na sua fortaleza, ao serviço da NATO e dos EUA. Uma Europa que fecha as suas fronteiras às vítimas da exploração do capital, mas que ao mesmo tempo utiliza, em ritmo definido e comandado pelo capital, e a conta gotas, a mão-de-obra barata imigrante que foge dos desastres sociais a leste ou da catástrofe humanitária que sangra África.

**Importa reflectir sobre o que realmente significam estes incidentes**

Foi contra uma União Europeia que escancara as fronteiras internas e externas ao capital transnacional e à exploração mas que levanta muros cada vez maiores à solidariedade, à justiça social, à paz e cooperação entre os povos, que fomos a Sevilha.

E fomos não para ganhar protagonismo e espaço político-mediático em Portugal, mas sim para engrossar a torrente de vontades positivas que em Sevilha se fez sentir, para levar connosco a solidariedade dos comunistas portugueses para com todos aqueles que em Espanha continuam as suas lutas contra a globalização capitalista da qual o actual rumo de construção europeia é expressão concreta.

Fomos barrados! Não porque o tratado de Schengen tenha sido suspenso (a suspensão pressupõe apenas o controlo das fronteiras, não a negação de entrada), não porque o tratado de Schengen seja a garantia de liberdade de circulação e expressão como pode parecer de algumas declarações recentes, mas porque houve quem decidisse que os portugueses, e outros, não podiam entrar, chegar a Sevilha, expressar livremente a sua opinião e exercer o seu inalienável direito de manifestação e protesto.

Dá que pensar... e importa registar! Na sua génese em que difere esta atitude da atitude do governo de direita checo, em Praga 2000, ou do reacçãoário governo italiano, em Génova 2001? Em que difere, nos seus objectivos, das medidas «antiterrorismo» que António Vitorino quer fazer passar na Comissão Europeia, das leis «antiterrorismo» aprovadas nos EUA, na Índia e um pouco por todo o mundo ou da política dos EUA e também da UE de tentativa de criminalização de tudo o que é forças conseqüentes que põem em causa o sistema capitalista? Em que difere da decisão da UE de considerar as FARC e a Frente Popular de Libertação da Palestina organizações terroristas? Em que difere, no plano político, das afirmações de Durão Barroso que tentam reduzir a magnífica jornada de luta da CGTP/IN do passado dia 20 a uma tentativa do PCP para «mostrar trabalho»?

Sobre Sevilha há que atentar no essencial: a um crescente movimento de contestação, seja no plano nacional, seja no plano internacional, o capital responde com maior arrogância, com guerra, com medidas repressivas que põem em causa direitos, liberdades e garantias e tenta arrumar no campo da ilegalidade todos aqueles que resistem e lutam.

Não é de estranhar, portanto, que Durão Barroso, do lado do capital, tenha já afirmado que considera o assunto encerrado... Pudera!

## Editorial

### O PARTIDO ESTAVA LÁ

Não há-de ser coisa frequente, esta de um partido político levar por diante uma iniciativa como a que o PCP realizou no sábado passado – uma Conferência Nacional – e ligar o som para o exterior, assim permitindo que qualquer pessoa, militante ou não do partido, ouvisse o que dentro do Pavilhão estava a ser dito por militantes comunistas. Curiosamente, os vários observadores de serviço não referiram o facto: ou por não se terem apercebido dele (afadigados numa obcecada correria à procura de factos políticos), ou porque, tendo-se apercebido, entenderam que tamanha abertura não cabia nas suas estreitas e secretistas visões do PCP...

A verdade é que muitos foram os que, por não terem lugar no superlotado Pavilhão, ouviram as dezenas de intervenções lá fora, ao ar livre, e a elas reagiram como muito bem entenderam, por sinal em perfeita sintonia com as reacções verificadas no interior do Pavilhão.

Também não há-de ter sido obra do acaso o facto de esses observadores de serviço, na sua quase totalidade, não terem ouvido nem a análise crítica à política do Governo PSD/CDS-PP,

### “A Resolução Política aponta caminhos e orientações visando a superação de dificuldades”

nem o debate em torno das medidas a levar por diante para dar combate a essa política, nem as pertinentes análises à situação dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas, do Ensino, da Saúde, da Segurança Social, etc., etc., etc. Isto é: lendo muita da imprensa de domingo, os leitores que não estiveram na Conferência nada ficaram a saber sobre o que pensam os comunistas – se é que pensam alguma coisa... – sobre os aumentos dos impostos, o fim dos juros bonificados para compra de habitação própria, as ameaças que pesam sobre milhares de trabalhadores da Administração Pública, a tentativa de destruição da RTP, os propósitos do Governo de alterar a legislação laboral de acordo com os interesses do grande capital, a isenção em 20% dos lucros do capital financeiro sediado no *off shore* da Madeira, a disposição de privatizar as partes mais rentáveis da Segurança Social, a crescente subordinação do poder político ao poder económico... E, naturalmente, esses leitores também não ficaram a saber que a Conferência Nacional do PCP se pronunciou sobre a luta que é necessário continuar a travar para impedir a concretização da política de direita e a disponibilidade total dos comunistas para participarem nessa luta.

Ouvindo apenas o que previamente haviam decidido ouvir, não foi difícil a esses observadores de serviço publicar,

no dia a seguir à Conferência, as conclusões por eles previamente tiradas – com as convenientes actualizações de pormenor, obviamente.

Assim sendo, passaram ao lado do essencial e assentaram arraiais no acessório; fecharam os olhos e os ouvidos ao debate sério, rigoroso e profundo e procuraram o espalhafato folclórico de que são feitas as suas exigências políticas e culturais; silenciaram a reflexão e fizeram estrelejar o foguetório – e momentos há em que, nos textos produzidos, não só fizeram a festa como deitaram os foguetes, apanharam as canas e bateram palmas a si próprios.

Entretanto, do outro lado dessa bizarra maneira de, dizem eles, informar, a Conferência culminava um amplo, aberto e democrático debate, singular no panorama partidário nacional em termos de riqueza de conteúdo participativo (se assim não for, façam o favor de dizer onde é que viram melhor ou igual...). Um debate que, de Março a Junho, envolveu milhares de militantes comunistas, tantos quantos os que nele quiseram participar, expressando livremente as suas opiniões, fossem elas quais fossem (um debate sem exclusões, ao contrário do que persistem em propalar aqueles que, desprezando o colectivo partidário e atribuindo às suas opiniões pessoais, porque são suas e apenas por isso, qualidades e valências sobrenaturais, se auto-excluíram do debate democrático e optaram pelo método, velho de barbas brancas, do monólogo mediático)

Como sublinhou o Secretário-Geral do Partido, Carlos Carvalhas, na intervenção de encerramento da Conferência, «é sabido, e aqui o reafirmamos sem margem para dúvidas, que temos os nossos próprios padrões, exigências e ambições do funcionamento democrático do nosso Partido que nos distanciam de qualquer auto-contentamento que resultasse da simples comparação da nossa vida, das nossas regras e critérios, com as de outros partidos». Ou seja: os aspectos positivos visíveis na nossa prática democrática interna não anulam, antes reforçam, a necessidade de constantemente aperfeiçoarmos, aprofundarmos e enriquecermos o funcionamento democrático interno do Partido – preocupação que, aliás e como sabe quem quer saber, faz parte da história e da cultura política dos comunistas portugueses.

A Resolução Política aprovada pela Conferência Nacional aponta caminhos e orientações visando a superação de dificuldades que se nos colocam – sem ilusões quanto ao conteúdo e à dimensão dessas dificuldades, sem contar com varinhas mágicas capazes de, com um simples toque, produzirem o milagre da multiplicação dos votos, sem subestimar as nossas próprias insuficiências e os nossos próprios erros e a necessidade de os corrigir. Caminhos e orientações que exigem a entrega militante, a coesão e unidade do partido, a firmeza das convicções, a intervenção determinada e confiante do colectivo partidário.

O ambiente vivido na Conferência Nacional, as intervenções ali produzidas, a força colectiva ali evidenciada são, mais do que sinais, certezas sobre as condições existentes para o reforço orgânico, interventivo, social, eleitoral e político do PCP. De facto, o Partido estava lá.



## Actual

## Apontamentos

● José Casanova

1 - Dizem os Estatutos: «A convocação e a organização do Congresso é da competência do Comité Central, que elabora e aprova as normas de representação, o regulamento da fase preparatória e a proposta de regulamento do Congresso».

2 - Entenderam alguns membros do Partido que deveria realizar-se um Congresso (primeiro, extraordinário, depois, ordinário e no primeiro semestre de 2003) e que o CC deveria acatar disciplinadamente o entendimento deles.

3 - Achou o CC que deveria acatar disciplinadamente os Estatutos.

4 - Decidiram esses membros do Partido que esse congresso deveria ser organizado, não de acordo com os Estatutos em vigor mas segundo novos moldes e que deveria ter como objectivo mudar o Partido.

5 - Considerando que o simples facto de eles não estarem, hoje, de acordo com os Estatutos que, ontem, aprovaram e aplaudiram de pé, era suficiente para que os Estatutos deixassem de ter validade, começaram a agir anti-estatutariamente, enquanto

acusavam de anti-estatutária a intervenção da Direcção do Partido.

6 - Entendeu o CC, no seu pleno direito estatutário, que não havia razão para convocar um congresso.

7 - A questão do Congresso, com motivações diferentes, apareceu no debate preparatório da Conferência - no qual alguns desses membros do Partido não participaram, auto-excluindo-se e optando pelo cómodo monólogo na comunicação social dominante que lhes dá o tempo e o espaço que quisessem.

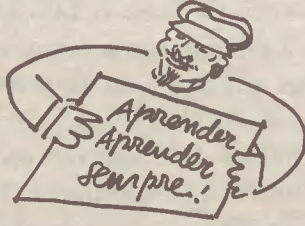
8 - Enquanto decorria o debate partidário, alguns desses membros do Partido, monologavam insultos, arrogâncias e ódios contra a Direcção - e acusavam a Direcção de os insultar com arrogância e ódio.

9 - Entretanto, foram democraticamente eleitos os delegados que, na Conferência, representaram o colectivo partidário.

10 - Dois dos primeiros delegados a intervir, defenderam a realização de um congresso antecipado e à Comissão de Redacção chegaram, até às 12 e 30 (hora limite para a entrega de propostas e moções), propostas no mesmo sentido.

11 - Entenderam o Secretariado e a Comissão Política, sem prejuízo da soberania do CC sobre este assunto (e a título consultivo), conhecer a opinião da Conferência sobre esta questão, tendo apresentado e submetido à votação uma Resolução no sentido de o Congresso não dever ser convocado. A Conferência aprovou a Resolução por larguíssima maioria, expressando de forma conclusiva o sentir profundo do colectivo partidário.

12 - Os que, nos media, defendiam que a Conferência devia pronunciar-se a favor de um Congresso, passaram a defender o contrário após a Conferência ter tido uma opinião contrária à sua.



## O muro

● Jorge Cordeiro

Para quem se deixasse guiar pelo que na memória guarda sobre a história dos muros apenas pelo que deles retém, em imagens e tinta, a propósito do que foi derrubado há uma década atrás, não poderá deixar de ficar perplexo por factos e episódios recentes. E, no mínimo, interrogar-se por que razão em matéria de muros, afinal há os bons e os maus, os democráticos e os totalitários, os opressivos e não opressivos, os intoleráveis e os politicamente justificáveis.

Vem isto a propósito não do silêncio de alguns, tão susceptíveis de se deixar empolgar até à histeria sobre derrubes de muros que os leva a assinalar ano após ano a efeméride de um que já não existe há doze anos, sobre outros muros que olímpicamente se erguem nas fronteiras entre Coreias ou entre os Estados Unidos e o vizinho México, mas sim sobre outros que, com natureza diversa, se vão construindo. Seja o de betão, valas e arame farpado que Israel tem em construção desde a semana passada para se estender por 350 quilómetros ao longo da Cisjordânia, seja o de natureza política que o Governo de Aznar ergueu para protecção dos donos da Europa, por ocasião da Cimeira de Sevilha. Fixemo-nos apenas neste para deixar anotados dois comentários.



O primeiro para registar que os que, com tanta ligeireza, mandam às urtigas valores de soberania em nome de uma Europa sem fronteiras são os primeiros a erguer barreiras aos que, no inalienável direito de expressão e liberdade de manifestação, ousam pelo protesto pôr em causa as políticas de construção europeia ditadas pelos interesses dominantes do grande capital.

O segundo para pôr em evidência a profunda hipocrisia dos que idolatram como paradigma da construção europeia a livre circulação de pessoas, bens e capitais. O impedimento policial, a mando do governo espanhol, da deslocação de uma delegação de portugueses a Sevilha para participarem na manifestação que aí se realizava é a mais patente e esclarecedora prova de que esta Europa em construção se faz não em nome das pessoas, mas sim do sagrado interesse dos titulares dos bens e capitais que um mercado aberto é condição para se reproduzirem.

Perante a patente cumplicidade do Governo português, seria de o desafiar a já agora e em nome da defesa e protecção dos interesses nacionais impedir a circulação e entrada das mercadorias e dos capitais que com origem na vizinha Espanha invadem o nosso mercado e se apropriam do nosso aparelho económico.

## A lei nunca serve?

● Leandro Martins

A moda parece ter pegado: a lei só é para cumprir se aparecer favorável aos que a ela estão sujeitos; os líderes são bons apenas quando as coisas correm de feição; os ídolos duram apenas o tempo em que não se esgotam as vitórias. E, nestes últimos tempos, são abundantes os exemplos da insatisfação que muitos mostram perante as regras antes geralmente admitidas. E são sempre maus os motivos que levam ao seu desrespeito e, até, à denúncia dos «malefícios» da legalidade.

Não vem isto a propósito apenas das, afinal de contas, previsíveis, declarações do Presidente Bush, acerca da vontade que tem de afastar Arafat da presidência palestina. Como senhor quase absoluto - quase, porque há sempre quem resista - do mundo e arredores, ele e os seus lacaios con-

venceram-se de que podem ditar a lei e conformar o direito internacional aos seus desígnios. Há muito que a política imperialista americana dita quem é o democrata de serviço, seja ele Pinochet seja Suharto seja um qualquer talibã, desde que se mantenha na linha traçada por Washington. Também não vem apenas a propósito da atitude do Governo de Barroso que, colidindo com a lei, corre a modificá-la, «democraticamente», como no caso da RTP - se a lei mandava que houvesse um Conselho de Opinião com direito a veto sobre a composição da administração da RTP, o que estava mal era a lei

- porque o Conselho não era da mesma opinião do Governo. Tam-

bém não vem sequer a propósito do fecho das fronteiras espanholas quando as fronteiras, abertas pela União Europeia, não convinhem ao governo de Aznar. Por elas, durante o passado sábado, só podiam correr mercadorias e capitais. Os cidadãos, esses, eram um perigo para a segurança da política de direita: queriam protestar. E, venerado e obrigado, Durão Barroso achou perfeitamente legítimas as razões do fecho. A lei já não servia, pelo menos por um dia.

Não falo apenas disto. Falo na generalidade. Acerca de quantos não aceitam as regras da democracia quando não servem os seus escusos objectivos. E de outros tantos que, ofuscados pelo poder de quem manda e pela divulgação mediática das razões que «assistem» aos prevaricadores, acabam aceitando que as coisas são como são e que não há nada a fazer.

A moda veio para ficar? E não se pode dar um jeito nisto?



## Frases

“Portugal tem apenas uma fronteira terrestre, o que faz com que a atitude inqualificável de Espanha tenha ainda outras implicações. Madrid já pediu desculpas pelo comportamento da polícia, mas o Governo português tem ainda a obrigação de esclarecer, junto das autoridades espanholas e de Bruxelas, a questão do encerramento das fronteiras.”

(Francisco Azevedo e Silva, Diário de Notícias, 24.06.02)

“As pessoas menos informadas sobre o futebol interrogar-se-ão sobre as razões por que os media não deram a conhecer as graves e importantes questões que, ao que agora dizem, envolveram, desde o início, a delegação portuguesa.”

(Estrela Serrano, idem)

“Chegámos, assim, a uma situação curiosa. O Governo do PS não fazia reformas para evitar contestações. Este Governo fomenta contestações ruidosas, mas ainda não se mostrou capaz de concretizar reformas. Muito barulho para nada?”

(Francisco Sarsfield Cabral, idem)

“Osama bin Laden está vivo, de boa saúde e aparecerá brevemente na televisão.”

(Título, Público, 24.06.02)

“Pessimismo do Governo já chegou à economia portuguesa / O clima criado pela equipa de Durão Barroso derrubou a confiança dos empresários em todos os sectores, à excepção dos serviços. As medidas restritivas anunciadas poderão mesmo conduzir o país para uma verdadeira recessão.”

(Título e pós-título, idem)

“Dirigentes do BE e do PCP agredidos pela polícia espanhola na fronteira / Viajavam para manifestação antiglobalização.”

(Título e pós-título, Público, 23.06.02)

“Durão Barroso tem seguramente qualidades pessoais e intelectuais: sem elas, não teria chegado aonde chegou. Mas tudo leva a crer que não sejam as mais adequadas para a vida política, designadamente as exigidas para o desempenho de funções de primeiro-ministro. Cada dia que passa aumenta a sensação de estarmos diante de um caso flagrante de erro de vocação.”

(António Barreto, idem)

“Será de bom presságio que o Governo desencadeie campanhas de opinião pública sempre que re策ar a fiscalização preventiva da constitucionalidade solicitada pelo Presidente da República?”

(Mário Mesquita, idem)

“[Este Governo] não tem bússola. Perdeu o rumo. Tal como a selecção na Coreia, está desorientado, quer dizer, sem Oriente.”

(Duarte Lima, Expresso, 22.06.02)

“Calado e quieto, Portugal espera para ver “no que isto dá”. O sr. Barroso é um homem só.”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 22.06.02)

“O mundo do futebol rege-se hoje, em grande parte, por regras próprias de uma autêntica economia paralela. O que se pede ao estado, aos poderes, é que o obriguem a ser parte integrante do estado de Direito.”

(João Morgado Fernandes, idem)





Conferência Nacional reafirma características essenciais do PCP

# Força revolucionária

Aprovada por uma larguíssima maioria, a Resolução Política da Conferência Nacional, que se realizou sábado no Seixal, reafirma características fundamentais do Partido e aponta linhas de reforço de organização e combate à política de direita.

«Os trabalhos desta Conferência e as conclusões que dela viermos a retirar são a melhor e mais significativa expressão de um Partido que quer continuar a decidir sobre o que fazer e o que ser, não em função de conselhos ou pressões do exterior, mas sim pela reflectida opinião do colectivo partidário», afirmou Jorge Cordeiro na intervenção de abertura – publicada na íntegra nesta edição –, que acabou por inaugurar também a entusiasta reacção de delegados e convidados, que acompanhou todo o período dos trabalhos. A esmagadora maioria dos militantes presentes – bem mais de três mil, somando delegados e convidados – mostrou que pretendia isso mesmo: discutir o futuro do seu partido, repudiando quaisquer ingerências exteriores, vindas da comunicação social, burguesa e dominante, ou de qualquer outro indivíduo ou sector.

«Nunca o PCP teve tanto tempo de antena como hoje», afirmou um dos delegados. Nem mesmo, prosseguiu, «por intermédio das mesmas pessoas, quando afirmavam propostas e posições do Partido».

Das 55 intervenções, a grande maioria foi no sentido de declarar o seu apoio ao projecto de Resolução Política, e a defesa das características fundamentais do PCP. Uma dessas intervenções, proferida por uma jovem militante de Lisboa, terminou com um excerto de um poema de José Carlos Ary dos Santos, bem elucidativo do pensamento geral dos milhares de militantes delegados ou convidados à Conferência: «Quantos somos?

Como somos?/ Novos e velhos, iguais/ Sendo nós o que sempre fomos/ Seremos cada vez mais.» A ovação foi imensa.

## Reforçar a organização e a luta

A ligação do Partido aos trabalhadores e à sua luta foi outro dos grandes temas da Conferência. Sempre que algum orador se referia ao grande dia nacional de luta da CGTP, realizado dois dias antes, era interrompido pelos aplausos dos milhares de presentes e pela afirmação de que «a luta continua». Um dos delegados referiu-se mesmo às declarações do Primeiro-Ministro – segundo o qual a jornada de luta era uma manobra do PCP –, agradecendo o que considera um elogio e afirman-

• Gustavo Carneiro – texto

• Jorge Cabral e Jorge Caria – fotos



do que «é para isso mesmo que o PCP serve».

Também foram abordadas questões autárquicas e de luta das populações, não sem a chamada de atenção para a necessidade de reafirmação, na prática, do projecto autárquico da CDU. Sobre estes dois temas, organização junto dos trabalhadores e projecto autárquico, o PCP

tem agendados encontros nacionais.

Entre os momentos mais fortes de toda a Conferência, que levantaram todos os presentes, delegados e convidados, em intermináveis sessões de aplausos, contam-se as intervenções de membros da JCP, que realiza o seu sétimo Congresso em Novembro. Os jovens comunistas deixaram testemunhos do crescimento da organização e da sua efectiva ligação às massas juvenis. Esse crescimento está patente, por exemplo, na adesão de 800 jovens estudantes do ensino secundário à organização, só no ano lectivo que agora termina.

## Um exemplo de democracia

«Só por má-fé se pode dizer que o documento hoje aqui apresentado vem de cima para baixo», afirmou um delegado, cuja opinião foi comprovada pelo próprio relatório da Comissão de Redacção, de Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado, apresentou. Segundo o relatório, para a avaliação do debate realizado no seio do Partido,

«teve-se em conta as cerca de 500 propostas de emendas chegadas em tempo útil à Comissão de Redacção, as 154 cartas publicadas na Tribuna do Avante!, as 589 actas das assembleias plenárias, as anotações de mais de mil reuniões», bem como cartas, contributos e apreciações gerais de militantes. Após esta fase, que envolveu mais de 30 mil participantes em debates e reuniões, a Resolução Política foi aprovada na Conferência, com 24 votos contra e 32 abstenções, num universo de 1119 delegados.

Face a esta realidade, o secretário-geral do PCP, que encerrou a Conferência Nacional, desafiou «quem estiver de boa-fé» a nomear outro partido que «esteja agora a terminar um processo de debate de quase seis meses» e que «tenha criado tantos espaços para intervenção e participação dos militantes».

Após a intervenção de Carlos Carvalhas, o fecho em grande: milhares de pessoas cantaram, de punhos cerrados, abraçadas e em unísono, o Avante, camarada, A Internacional e A Portuguesa.

## Não ao Congresso

No final da manhã, a mesa apresentou uma moção sobre a não convocação de um Congresso do PCP para que os delegados, a título meramente consultivo, se pronunciassem. O texto proposto para votação era o seguinte:

«A Conferência Nacional entende, sem prejuízo da soberania da decisão do Comité Central, a quem cabe sempre, em conformidade com os Estatutos em vigor, a decisão sobre este assunto, que não deve ser convocado o Congresso que tem vindo a ser solicitado.»

Após um período para discussão, a moção foi votada, tendo sido aprovada com 53 votos contra e 48 abstenções, num total de 1119 delegados presentes.





**PCP**  
**Conferência Nacional**  
 o novo quadro político e tarefas para o reforço  
 da intervenção e influência do Partido  
 27 Junho 2002



## Domingos Abrantes – Intervenção da Comissão de Redacção 1100 reuniões e assembleias

A Comissão de Redacção analisou 47 propostas de emenda entregues na mesa para apreciação. As que foram aceites, no todo ou em parte, e a sua respectiva localização, estão explicitadas na informação, que espero já se encontre em vosso poder.

Teve-se naturalmente em conta a natureza do texto resultante do debate preparatório e as orientações nele constantes, expressando o sentido do debate realizado na organização.

Quanto às propostas não aceites, importa salientar:

- Não se aceitaram propostas em relação às quais não há nenhuma discordância quanto ao seu conteúdo, mas por entender esta Comissão que, tratando-se de propostas de trabalho concretas para as organizações no domínio da propaganda, da nossa acção de rua, problemas de contactos com os militantes, trabalho com certos sectores concretos, devem ser tratados como recomendações para o nosso trabalho quotidiano.

- Não se consideraram propostas que se reportavam ainda ao texto posto à discussão antes da Conferência e posteriormente alterado pelo Comité Central;

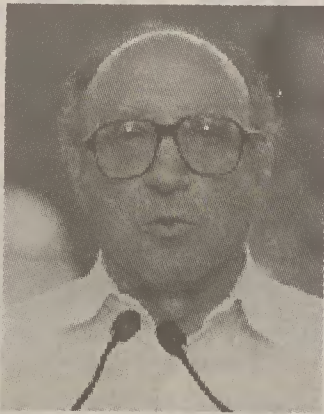
- Não se aceitaram propostas que não tinham em conta o sentido do debate realizado;

- Finalmente, diga-se ainda que não foram aceites três propostas colocando, ainda que de forma diferenciada, a realização de um congresso. Desde logo, tendo em conta a consulta feita aos delegados à Conferência Nacional através da votação da Moção, realizada hoje, aqui, mas não só por isso, pelo que importa ainda acrescentar mais alguma coisa.

Tendo havido camaradas que, por razões diferenciadas, defenderam a antecipação de um congresso, e uma ou outra Assembleia Plenária que se pronunciou nesse sentido, como aqui foi informado, é um facto inequívoco que o sentido do debate preparatório da Conferência, realizado no seio do Partido (e esse é o único espaço legítimo para aferir da vontade do colectivo partidário), não colocou essa questão como necessária.

O debate preparatório revelou um quadro partidário em que se verificaram opiniões muito diferenciadas sobre os problemas do Partido, a situação nacional e internacional, a par de muitas inquietações. Mas revelou igualmente uma outra realidade que importa, agora e aqui, salientar que é a concordância com as orientações gerais do Partido e a defesa das suas características essenciais, e a existência do empenhamento de milhares de camaradas, de ir em frente, de atacar as dificuldades e deficiências, para assegurar o papel imprescindível e insubstituível do PCP na sociedade portuguesa.

No período de preparação da Conferência realizaram-se mais de 1100 reuniões e assembleias plenárias, com cerca de 30 mil presenças. Seria desejável que tivessem participado mais camaradas? Sem dúvida! Mas, de qualquer modo, trata-se de um panorama sem paralelo no quadro partidário



português, que importa valorizar e não menosprezar.

Houve camaradas que se interrogaram quanto à possibilidade e capacidade de se concretizar o audacioso «caderno de encargos de tarefas e iniciativas» apresentados à Conferência. Sem dúvida que a sua concretização vai exigir uma grande determinação, mas esse é o grande desafio que se coloca a cada militante e a todas as organizações.

A Conferência Nacional, naturalmente, não responde, nem poderia responder, a todos os problemas que enfrentamos. Mas a sua realização, e as orientações constantes da Resolução Política que, dentro de instantes, vamos votar, a ser aprovada, constituirá um importante instrumento para o reforço do PCP, para a concretização do «caderno de encargos».



## Relatório da Comissão de Verificação de Mandatos Uma conferência ampla e participada

A Conferência Nacional, realizada no passado sábado, culminou um intenso processo de reuniões preparatórias, de discussão do projecto de Resolução Política e de eleição de delegados. José Augusto Esteves, do Comité Central, interveio em nome da Comissão de Verificação de Mandatos e informou a Conferência da participação de 1119 delegados. Destes, 909 foram eleitos em 497 assembleias plenárias, expressamente convocadas para este fim, que contaram com a participação de milhares de militantes.

Os restantes tinham a sua condição de delegado por inerência, nos termos do n.º 17 do regulamento: 170 por serem membros do Comité Central, 64 da Direcção

Nacional da JCP e 7 da quota máxima de 2 por cento prevista e reservada a militantes que, pela natureza das suas tarefas, o Comité Central decidiu atribuir esta condição.

De acordo com as actas das assembleias plenárias, prosseguiu José Augusto Esteves, 645 delegados foram eleitos por proposta dos respectivos organismos de direcção, 200 por proposta da própria assembleia e 59 por fusão de propostas.

No que respeita ao método de votação, 480 assembleias optaram pela eleição dos seus delegados com recurso ao voto de braço no ar, enquanto 7 escolheram o voto secreto. Em 10 actas respeitantes a igual número de assembleias, não foi indicado o modo de eleição.

Aprovada por unanimidade, a mesa que presidiu à Conferência Nacional era constituída pelos membros dos organismos executivos do Comité Central e, ainda, por Aleixo Pereira Brás; Ana Isabel Dias Correia Saramago; Isabel Quintas; António Manuel Oliveira Gomes Martins; António Sousa Pinto; Aníbal da Conceição Pires; Artur Jorge Silva Machado; Carlos Jorge Gonçalves; Cesaldina Gil Robalo; Fernanda Correia; Fernanda Nunes Oliveira Gaspar; Fernando Carmosi-

no Simões Bastos Silva; João Monteiro; João Pedro Ferreira; Jorge Guerreiro Martins; José António Horta Cordeiro; José Lino Gonçalves da Silva; Maria de Lurdes da Silva Freitas; Marco Jóia; Mário Ribeiro; Maria Margarida Machado; Maria Margarida Rodrigues Fernandes; Maria Ilda Figueiredo; Maria José Afonseca; Margarida Poeta; Rui Manuel Vassalo; Namorado Rosa; Teresa Chaveiro; Vasco Cardoso; Vasco João Guedes Silva Ferreira; Vítor Manuel Reis da Silva.

## Mesa da Conferência

## Composição das Comissões

### Comissão de Redacção

Agostinho Lopes  
 Carlos Carvalhas  
 Domingos Abrantes  
 Francisco Lopes  
 Jerónimo de Sousa  
 Jorge Cordeiro  
 José Casanova  
 Vítor Dias

Aprovada com uma abstenção.

### Comissão de Verificação de Mandatos

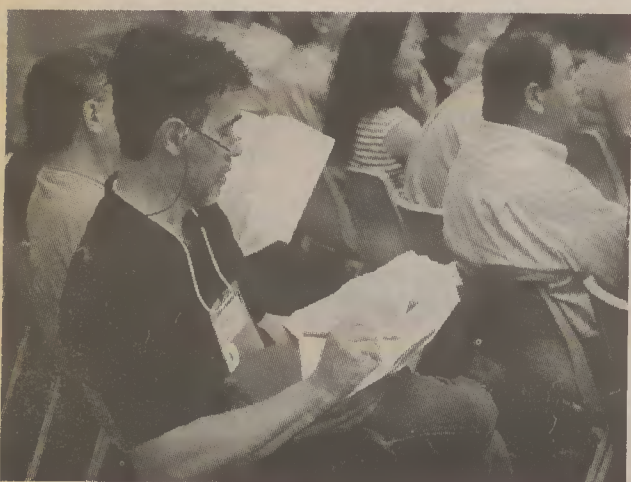
Conceição Morais  
 João Dias Coelho  
 José Augusto Esteves

Aprovada por unanimidade.

### Secretariado

Adelino Silva  
 António Rodrigues  
 José Paleta  
 Luís Cardoso  
 Octávio Augusto  
 Paula Henriques  
 Rui Fernandes

Aprovado com uma abstenção.







Jorge Cordeiro – Intervenção de abertura

# Reforçar o Partido a sua organização e intervenção política

Chegamos a esta Conferência da forma que a concebemos e desejámos: culminando um largo debate no Partido, procurando no envolvimento de cada um dos seus membros a contribuição e a reflexão necessária para encontrar as respostas que melhor permitam ao Partido responder aos múltiplos problemas que o país enfrenta, assumir as suas responsabilidades na luta e oposição à política de direita do novo Governo, reforçar o Partido, a sua organização e intervenção política.

Não com a ilusão de que ela por si só dê resposta a muitas inquietações, interrogações e dificuldades que os comunistas e o seu Partido têm pela frente. Mas com a segura convicção de que o debate e as conclusões que nesta conferência aprovamos e o comprometimento e responsabilização de todo o Partido na sua posterior concretização são uma importante contribuição para enfrentarmos com confiança e determinação as tarefas que temos por diante.

Um debate onde todos os militantes encontraram espaço para partilhar as suas opiniões e reflexão, expresso na participação em centenas de reuniões e plenários e nas muitas propostas de alteração ao documento que dele resultaram e que encontram forma no projecto de resolução posto hoje à consideração dos delegados. Sobre essas propostas, o seu sentido geral e conteúdo está apresentada uma informação mais circunstanciada pela Comissão de Redacção.

Algumas palavras entretanto sobre esta matéria.

A primeira, para sobre a natureza do projecto de resolução presente a debate no trabalho preparatório da Conferência, sublinhar que se trata de um documento destinado, não a reproduzir um conjunto mais alargado de orientações e avaliações objecto de discussão e aprovação nos trabalhos do XVI Congresso, mas sim a seleccionar um conjunto de temas que correspondem a preocupações mais vivas no Partido, a novos elementos resultantes da evolução da situação política e a definir linhas e direcções de trabalho que nos vinculem mais concentradamente na acção política e nas tarefas a que o Partido deve dar resposta no futuro mais imediato.

Uma segunda, para sublinhar que, sem prejuízo do acordo que em geral o documento recolheu no debate nas organizações, as muitas propostas e sugestões que sobre ele foram produzidas se traduzem numa valiosa contribuição, que para além do esforço feito para ter tradução no novo texto sujeito à consideração dos delegados, se procurará incorporar na reflexão e acção geral do Partido e em outros momentos já calendarizados de debate sobre áreas e matérias específicas.

Uma última observação para salientar que a conferência e o debate preparatório confirmaram pela viva participação nos seus trabalhos a vontade e empenhamento do colectivo partidário em responder às muitas questões que se colocam ao Partido, à sua intervenção e à sua luta.

Um debate que, com toda a naturalidade, a par de uma manifesta coincidência de pontos de vista em muitas matérias e preocupações centrais, expressou também compreensíveis interrogações face a novos problemas e realidades, ângulos de observação e abordagem diversos sobre diferentes questões e diversas propostas e soluções para melhor lhes responder.

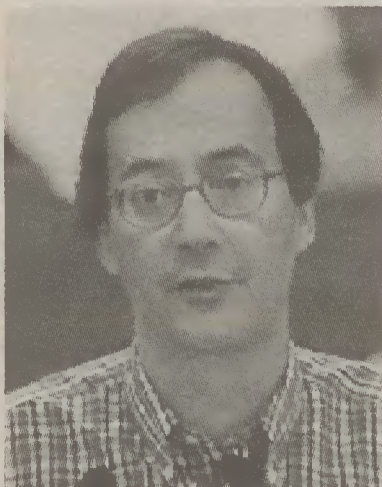
Está patente no debate a preocupação sobre os problemas de organização, a necessidade de uma maior ligação das organizações aos problemas, a nossa acção e influência junto dos trabalhadores e de outras camadas, as questões da comunicação e informação do Partido, os problemas decorrentes do papel da comunicação social, a preocupação com a perda de influência eleitoral, as alterações sócio-económicas e a necessidade de aprofundar a sua avalia-

ção e repercussões, o peso de factores da situação internacional e o seu agravamento em desfavor da luta dos trabalhadores e dos povos, a evolução política nacional, a acentuação da ofensiva da direita e o papel da luta de massas para lhe resistir.

Questões e problemas que, pela apresentação de propostas, textos de reflexão ou meras referências em reuniões constituem uma importante contribuição sobre as principais questões que a Conferência e o seu principal objectivo colocou em debate.

Não é possível entretanto iludir que o debate foi atravessado por uma manifesta inquietação sobre questões da vida e da situação partidária, designadamente a preocupação presente em muitas reuniões e camaradas sobre a reiterada violação por alguns membros do Partido pelas normas de funcionamento consagradas estatutariamente e, ainda que com menor relevância, a tentativa de desvalorização da Conferência.

Matérias sobre as quais a Direcção do Partido na assunção plena das suas responsabilidades, tornou patente a sua posição quer pelas clarificações e várias chamadas de atenção, quer pela reiterada afirmação expressa na proposta de resolução sobre a indispensabilidade de serem repostos na vida do partido o respeito pelas regras e funcionamento que a todos voluntariamente une e obriga.



## Reforçar influência

Pode-se afirmar que o desenvolvimento da situação política nacional, a formação do novo Governo e as primeiras semanas da sua acção vieram confirmar o significado e a importância da nossa Conferência.

Uma situação que confirma, no novo quadro político criado com a obtenção de uma maioria parlamentar dos partidos de direita e a formação de um governo de coligação PSD/PP, desenvolvimentos preocupantes, para os quais o PCP prevenira e alertara, da política do novo Governo e de acentuação dos traços mais negativos da política de direita herdados de anteriores políticas e governos. A ofensiva do Governo contra a segurança social, o ataque aos direitos dos trabalhadores e ao seu poder de compra, o ataque ao serviço público de televisão a par do favorecimento dos grandes grupos económicos, a protecção à especulação bolsista, as privatizações estão aí para provar a natureza de classe da política em curso, as graves consequências para o nível de vida e direitos de largas camadas da população e a imperiosa necessidade de lhe fazer frente.

Uma situação e quadro político que confirmam a importância e significado de inscrever nos objectivos da nossa Conferência as tarefas para o reforço da intervenção e influência do partido.

Na verdade, a nova situação política torna mais aguda a consciência do papel a que o PCP será chamado para fazer frente a uma política que não disfarça o objectivo de fazer pagar aos mesmos o preço das suas políticas restritivas e de ameaçar e destruir importantes direitos e conquistas sociais;

Uma situação que torna mais aguda a consciência de que o actual quadro político exige e reclama ainda mais a acção combativa do PCP quer pelo desenvolvimento da luta de massas, na defesa dos direitos dos trabalhadores e de todas as camadas atingidas pela política do actual Governo, quer pela sua intervenção parlamentar;

Uma nova situação que torna mais aguda a consciência de que é no PCP que se encontrará a força que com coerência e determinação está em condições de se opor a esta política, de lhe resistir e fazer frente, conhecidas que são as hesitações, comprometimentos e convergências do Partido Socialista com opções e medidas políticas que o novo Governo assumirá (e dos quais a

sua posição sobre a tributação das mais valias e os aumentos e actualização das reformas e salário mínimo nacional são primeiro testemunho); Um novo quadro político que torna ainda mais viva a consciência de que é no reforço da influência política do PCP que reside a condição maior e indispensável para criar as condições para vir a impor a derrota da política de direita e assegurar a construção de uma alternativa política para Portugal.

A resposta e acção política do Partido face à ofensiva política do Governo, num quadro em que em simultâneo decorria o debate preparatório da Conferência, testemunha a importância e o papel insubstituível que desempenha na resistência e oposição a esta política e na luta por melhores condições de vida. Foi pela iniciativa do PCP e das acções de esclarecimento lançadas nas últimas semanas que ganhou expressão a denúncia e o protesto sobre o aumento dos impostos e o corte do crédito bonificado para aquisição de habitação própria; Foi pela mão do Grupo Parlamentar do PCP que foram levadas à Assembleia da República as propostas sobre o aumento intercalar das reformas e a actualização do salário mínimo dando concretização a compromissos assumidos; e é também com a presença e empenhamento de milhares de comunistas que a luta cresce e se desenvolve de Norte a Sul do país, lutas que ganharam particular expressão na acção da Administração Pública realizada no passado dia 7 e no Dia Nacional de Luta da passada quinta-feira convocado pela CGTP-IN e que daqui vivamente queremos saudar.

## Organização é fundamental

No projecto de resolução estão inscritos como objectivos um conjunto de medidas e tarefas com vista ao reforço da organização do Partido, da sua intervenção e influência. São objectivos indissociáveis. Não só o reforço da organização é condição primeira para uma maior acção e intervenção política do Partido e para uma mais sólida ligação aos problemas e ao meio onde as organizações intervêm, como é no reforço da intervenção política e acção própria das organizações que reside a condição essencial para o reforço da influência social e política do Partido e as melhores condições para se traduzir em influência eleitoral.

A organização do Partido é o instrumento fundamental de ligação às massas, aos trabalhadores e às populações. E é nessa ligação às massas que reside a nossa capacidade de influência política e social. Sem uma organização forte, actuante e com iniciativa não há influência política e social que se amplie e consolide. É a organização que dá força material às nossas ideias, propostas e objectivos. Para nós comunistas a organização é inseparável da natureza e dos objectivos de luta e transformação social e do projecto político do PCP.

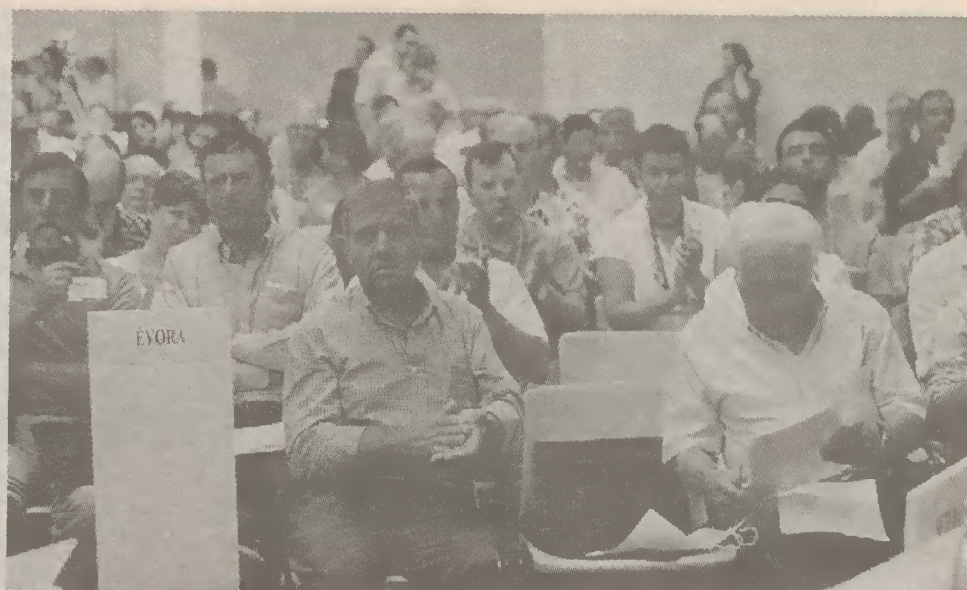
Reforçar a organização e a participação dos militantes, alargar e fortalecer a iniciativa e intervenção das organizações do Partido, definir as linhas prioritárias de acção política das organizações é, não só importante, como decisivo. Decisivo para o desenvolvimento da luta de massas, para o fortalecimento da acção de resistência à política de direita, para enfrentar com êxito as batalhas políticas do presente e do futuro.

Assumem por isso uma particular importância o conjunto de propostas inscritas no projecto de resolução com vista ao reforço da organização entendidas e concebidas não como um elenco disperso de linhas de trabalho mas como um movimento geral do trabalho de organização que revele pelos seus resultados ser possível um PCP mais forte. Um conjunto de medidas que contribua para uma melhor ligação aos membros do Partido, para a elevação do nível de militância, para uma mais regular vida e funcionamento de cada uma das organizações, para a indispensável necessidade de responsabilizar novos quadros, para aproveitar todas as possibilidades de trazer novos militantes ao Partido.

Um reforço da organização que se deve traduzir em mais iniciativa e acção política do partido e de cada uma das suas orga-



**PCP**  
**Conferência Nacional**  
 o novo quadro político e tarefas para o reforço  
 da intervenção e influência do Partido  
 22 Junho 2002



nizações. A proposta de lançamento de uma linha diversificada de iniciativas e acções sob a ideia «Em movimento um Portugal com futuro», desenvolvida em algumas campanhas e iniciativas específicas adiantadas na proposta de resolução posta à consideração da Conferência, mas possíveis de abrir campo a outras acções no âmbito de cada organização, tem em vista assegurar uma intervenção do conjunto do Partido e a sua afirmação na sociedade portuguesa, responder a problemas concretos que a situação política reclama e afirmar que os problemas com que o povo e o país se confrontam podem ter solução, que é possível um país mais desenvolvido e justo.

A Conferência constituiu até agora em toda a sua fase preparatória um momento de mobilização do Partido e de apelo à inserção no debate no Partido da contribuição de cada um dos seus membros para procurar encontrar e definir as orientações que melhor nos permitam enfrentar as muitas e exigentes tarefas e batalhas políticas que temos por diante.

Aqui estamos nesta Conferência com a firme determinação de procurar vencer dificuldades e ultrapassar insuficiências. Sem a ilusão de vir a obter resultados fáceis para problemas complexos e num tempo que sabemos cheio de dificuldades para os que trabalham e lutam por uma sociedade mais justa.

Mas com a convicção de quem se determina na sua acção e objectivos políticos não por critérios de facilidade ou possibilidade mas sim de justiça e necessidade.

A Conferência e os delegados que a constituem vão ser chamados a culminar o debate e a adoptar as decisões que respondam às muitas e exigentes tarefas e batalhas políticas que nos esperam.

Um debate que, a exemplo do que no essencial caracterizou toda a fase preparatória, desejamos que decorra com a elevação, com a serenidade e com o natural respeito pela opinião de todos e de cada um que fazem parte do património comum de que os comunistas e o seu partido se orgulham e de que esta nossa Conferência certamente dará renovado testemunho perante o país.

Os trabalhos desta Conferência e as conclusões que dela viermos a retirar são a melhor e mais significativa expressão de um Partido que quer continuar a decidir sobre o que fazer e o que ser, não em função de conselhos ou pressões do exterior, mas sim pela reflectida opinião do colectivo partidário e da vontade dos seus militantes, no quadro de uma afirmada soberania e independência de outros interesses que não sejam os que fundamentam a vida e o projecto deste Partido.



Carlos Carvalhas – Intervenção de encerramento

## Concretizar as linhas de orientação e de trabalho decididas

A nossa Conferência está a chegar ao fim, depois de um grande esforço das organizações para o envolvimento dos militantes no debate e na reflexão para encontrarmos as respostas e os caminhos que nos permitam superar deficiências, dinamizar a iniciativa política das bases ao topo, reforçar a nossa capacidade de luta e intervenção qualificada na oposição à política de direita.

E podemos afirmar que a concretização das primeiras medidas deste Governo, mais confirmam a necessidade deste Partido e do seu reforço e mais confirmam a importância dos contributos que chegaram a esta Conferência.

Mas, no encerramento da nossa Conferência Nacional, queremos saudar de forma especial todos os militantes do Partido que, com a sua participação e intervenção nas reuniões e assembleias para debate político e eleição de delegados ou através de outras contribuições e reflexões individuais, se empenharam em expressar os seus pontos de vista e em exercer plenamente os seus direitos democráticos na vida interna do Partido e reafirmaram o valor insubstituível do debate franco e leal com os seus camaradas. Com a sua participação deram um novo testemunho de como, apesar de tudo, continua forte e viva no nosso Partido a justa concepção de que no PCP haverá responsabilidades, experiências, percursos, tipos de conhecimento e opiniões diferenciadas, mas que nada disso pode apagar nem a igualdade de direitos e deveres entre membros do PCP, nem a indispensável consciência de que, sempre e sempre, todos temos a aprender com todos.

É sabido, e aqui o reafirmamos sem margem para dúvidas, que temos os nossos próprios padrões, exigências e ambições do funcionamento democrático do nosso Partido que nos distanciam de qualquer auto-contentamento que resultasse da simples comparação da nossa vida, das nossas regras e critérios com as de outros partidos.

Por isso mesmo, também é sabido, e aqui o reafirmamos com toda a clareza, que consideramos inteiramente natural não apenas a existência de insatisfações e de críticas mas também o nosso comum empenho em fortalecer a nossa democracia interna e a mais larga participação dos militantes na construção das orientações e da intervenção do Partido.

Mas isso não nos retira autoridade para estranhar que tantos que olham o PCP de fora e que, de fora, sobre ele dão opiniões devastadoras e sobre ele despejam arrogantes sentenças, só «descubram» os «problemas» de democracia interna dos partidos a propósito dos Congressos ou Conferências do PCP (e nunca a respeito dos Congressos ou Conferências de outros partidos), assim como só a propósito do PCP «descubram» e se interessem pelo número de militantes e pelos respectivos escalões etários, pela percentagem de pagamento de quotas e por muitos outros aspectos internos, sem terem a franqueza de reconhecerem que só podem falar disso porque o PCP divulga tranquilamente os dados que os outros partidos quase sistematicamente escondem ou omitem.

Para não haver confusões, repetimos: mantemos as nossas insatisfações e a consciência de deficiências que importa superar e, definitivamente, não somos cultores de critérios e técnicas de consolação. Mas desafiamos quem estiver de boa-fé a olhar para os resultados eleitorais das últimas autárquicas e legislativas e para os nomes dos partidos que aí sofreram der-

rotas, e vejam depois se conseguem descobrir outro partido, para além do PCP, que esteja agora a terminar um processo de debate de quase seis meses. Outro partido, para além do PCP, que tenha assumido com tanta frontalidade os problemas, interrogações e desafios criados por esses resultados e pelas mudanças políticas que trouxeram. Outro partido, para além do PCP, que tenha criado tantos espaços para a intervenção e opinião dos militantes. Outro partido, para além do PCP, que tenha publicado no seu jornal quase 150 textos com diversificadas opiniões dos seus militantes e que faça preceder a eleição democrática de delegados de um importante período de debate político.

A proposta de Resolução Política agora votada, dedica o primeiro capítulo, desde logo, ao novo quadro político em consequência dos resultados eleitorais de 17 de Março, e da formação do Governo PSD/CDS-PP, dispondo da maioria absoluta de deputados.

Como aí se afirma, estamos perante uma situação muito negativa tal como o comprova o Programa do Governo e as medidas já anunciadas em que se aponta para o agravamento e a acentuação das políticas de direita, para levar ainda mais longe as políticas neoliberais, para dar mais um passo no sentido da privatização de importantes empresas e dos sistemas públicos da saúde, ensino e outros serviços públicos.

Procurando aproveitar-se do chamado «estado de graça», e tirando partido da maioria absoluta, o Governo lançou uma ofensiva de grande envergadura.

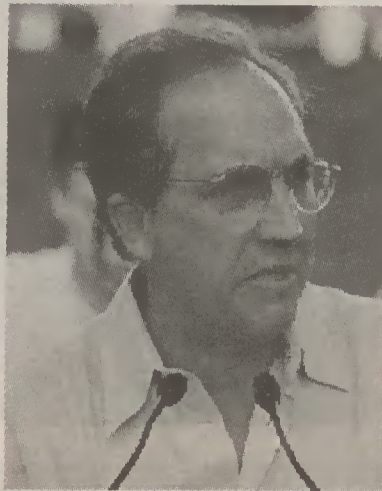
Começou por empolar o desequilíbrio das contas públicas para depois as instrumentalizar, aumentando os impostos, aca-

bando com os juros bonificados à compra de casa própria, ameaçando milhares de trabalhadores da Administração Pública, procurando reduzir a RTP a um apêndice no panorama televisivo português e avançando com os propósitos de mudar a legislação laboral e privatizar as partes mais rentáveis da Segurança Social.

Há um desequilíbrio das contas públicas, sempre o dissemos, mas consideramos totalmente errado sacrificar o desenvolvimento do país, o aparelho produtivo nacional e o investimento público para cumprimento do défice zero ou próximo do zero em 2004, tal como foi agora acordado em Sevilha, seguindo cegamente o Pacto de Estabilidade.

Numa altura em que as tendências recessivas são evidentes, a política orçamental deveria ser um instrumento de compensação, nomeadamente através do investimento público produtivo e não o contrário. A política restritiva a «mata cavalos e as declarações de que o País está de tanga», têm vindo a criar um clima extremamente negativo, que não se recupera com o marketing político apresentando quarenta medidas, ditas de reanimação da economia.

A subalternização do aparelho produtivo, a liquidação das nossas pescas e da nossa agricultura e a entrega de importantes empresas estratégicas através das privatizações ao domínio do capital estrangeiro têm-se traduzido numa crescente substituição da produção nacional pela importada, aumentando de forma alarmante o défice das contas externas e o endividamento ao estrangeiro. A continuar tal política aumentará a subordinação do poder político ao poder económico e este será cada vez mais determinado pelos centros de decisão externos.







Os grandes interesses já estão hoje representados directamente no Governo através de ministros e secretários de Estado. As suas opções de classe são claras, embora o Governo as procure mistificar com as dificuldades financeiras e com um discurso de vitimização, no estilo: «nós encontramos uma situação muito má, temos que tomar medidas, nenhum governo gosta de tomar medidas impopulares!». Acreditamos que nenhum governo «goste» de tomar medidas impopulares, mas é uma evidência que não se pode satisfazer a gula dos grandes interesses e ainda encontrar meios para ir ao encontro das justas aspirações e reivindicações populares, nomeadamente quando a submissão ao Pacto de Estabilidade «torna a manta mais curta».

É por isso, que o Governo optou por aumentar a taxa do IVA em dois pontos percentuais, imposto cego e injusto que não faz qualquer diferenciação entre o multimilionário e o que ganha o salário mínimo e simultaneamente isentou vergonhosamente em 20% os lucros do capital financeiro sediados no *off shore* da Madeira.

É também por isso, que o Governo nada avança em relação à tributação da Banca que paga de taxa efectiva de IRC 12 a 14 %, taxa muito inferior ao que paga qualquer outro empresário, mas simultaneamente revoga a tributação sobre as mais valias obtidas nas transacções bolsistas e elege como primeira prioridade a alteração do contrato individual do trabalho, na exacta medida e conteúdo reivindicados pelos sectores mais retrógrados da sociedade portuguesa.

É em defesa dos objectivos estratégicos do grande capital financeiro que o Governo pretende rever a Lei de Bases da Segurança Social de Agosto de 2001, com a maior urgência e procurando, se possível, evitar a audição pública dos trabalhadores aproveitando o seu período de férias.

As várias declarações do Ministro da Segurança Social, nomeadamente nos últimos dias, acentuam claramente o objectivo de iludir o alcance das alterações que pretendem introduzir na actual lei – designadamente, com o estabelecimento de tectos contributivos a serem geridos pelos fundos de pensões privados. Trata-se de um processo de «grande fôlego» que visa abrir o caminho para a crescente privatização das partes mais rentáveis da Segurança Social com custos mais elevados, não só para as reformas dos trabalhadores que ficariam, assim, sujeitas às oscilações dos mercados bolsistas, mas também, na redução do sistema público e do seu insubstituível papel na garantia de uma segurança social para todos e numa efectiva melhoria do valor das prestações sociais, sobretudo das pensões e das reformas.

Centrando a fundamentação das alterações que pretendem introduzir na defesa dos trabalhadores, dos beneficiários e dos que mais precisam. Acenando inclusivamente com aumentos de pensões e de reformas que, aliás, já estavam previstas na Lei de Bases, o Governo tem em curso uma fortíssima mistificação do conjunto dos beneficiários/contribuintes que não pode deixar de merecer um activo e empenhado combate. É conhecido o apetite das seguradoras privadas e do capital financeiro pelos milhões acumulados pelos trabalhadores – os fundos de pensões – e, por isso, exigem que a alteração da lei se faça rapidamente, enquanto a relação de forças for favorável.

É de crucial importância que, no momento actual e face à intenção do Governo de promover a discussão das alterações à Lei de Bases a 10 de Julho, na Assembleia da República, que se promova um forte movimento de resistência e luta contra a tentativa de privatização da segurança social, envolvendo o conjunto dos trabalhadores no activo, os reformados, as novas gerações de trabalhadores e outros segmentos da população para quem a consolidação do sistema público de Segurança Social e o cumprimento da actual Lei de Bases é um direito e uma conquista civilizacional de que não podem prescindir porque consagra direitos e garantias que defendem e protegem a vida humana face aos riscos sociais e aos contextos políticos e económicos adversos.

Procurando confrontar os partidos da coligação governamental com as suas promessas eleitorais, o Grupo Parlamentar

do PCP, apresentou uma proposta no sentido de o Governo compensar as baixas reformas e os mais baixos salários da Administração Pública, em que a perda do poder de compra pela inflação tem sido significativa.

É bom que se saiba que tanto o PSD como o PP votaram contra esta proposta do PCP. Ficou assim claro para que serviram as promessas do PSD e do PP, na campanha eleitoral e a forma como estes partidos honram os seus compromissos. Mas ficou também clara a oposição do PS que teve de alinhar com a direita parlamentar devido à política do seu Governo.

O Governo da direita nas suas primeiras medidas tem confrontado muitas vezes o PS, aproveitando-se de afirmações, práticas e compromissos do anterior Governo com políticas desgraçadas no campo da saúde, do ensino, da reforma fiscal, da política de salários e até em relação ao «plafonamento» na Segurança Social.

Mesmo em relação ao plano de privatizações anunciado pelo actual Governo, Jaime Gama encarregou-se de revelar na Assembleia da República, perante os sorrisos dos deputados dos restantes grupos parlamentares, que aquela lista era a que o Governo socialista tinha em carteira para concretizar! Tal revelação, que só por si, é mais um testemunho dos eixos da política neoliberal que o anterior Governo queria prosseguir, também criou incomodidades nalguns deputados do PS, precisamente naqueles que querem agora dar uma imagem do PS

distritos, tendo também nesta matéria confrontado o Governo com as suas responsabilidades e com os compromissos do PSD e do PP na anterior legislatura.

No plano institucional, os projectos lei sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez, a reposição da tributação das mais valias nos impostos sobre o rendimento, a redução para as 35 horas por semana do tempo de trabalho, a actualização extraordinária das pensões mínimas de invalidez e velhice, a criação das autoridades metropolitanas de transportes de Lisboa e do Porto, e o aumento do salário mínimo nacional, foram os primeiros a dar entrada na Assembleia da República nesta legislatura.

Posteriormente apresentámos propostas legislativas em matérias tão diversas como a alteração da lei do «Conselho das Comunidades Portuguesas»; a criação dos Órgãos Representativos dos Portugueses Residentes no estrangeiro; a recuperação de edificações devolutas e degradadas em centros e núcleos históricos; a alteração do regime de entrada e, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional; a revogação das discriminações legais no acesso ao emprego em razão da nacionalidade; o combate à evasão e fraude nas contribuições ao regime da Segurança Social; a iniciativa legislativa popular; a nova forma de financiamento da Segurança Social com base no valor acrescentado bruto e a alteração do regime do exercício do direito de petição.

Suscitámos a apreciação parlamentar do Plano Nacional da Água, apresentámos Projectos de Resolução em defesa dos interesses nacionais na revisão da Política Comum de Pescas, por uma verdadeira política de defesa e promoção do Ensino da Língua e Cultura Portuguesa no estrangeiro e sobre a situação no Médio Oriente. Propusemos ainda a constituição de uma Comissão de Inquérito Parlamentar à aceitação pelo Estado de acções da SAD do Benfica, como garantia de dívidas fiscais em processo de execução.

Além de muitas outras intervenções, tomadas de posição, o PCP concretizou ainda uma valiosa audição sobre o serviço público de Televisão e Radiodifusão e uma participada reunião pública sobre a decisão do Governo de fundir os Institutos ligados à Prevenção e Combate à Toxicoddependência. Creio que são testemunhos claros da empenhada e da diversificada iniciativa e intervenção do nosso Partido.

Apesar de toda esta intensa e qualificada intervenção do nosso Partido nestes dois

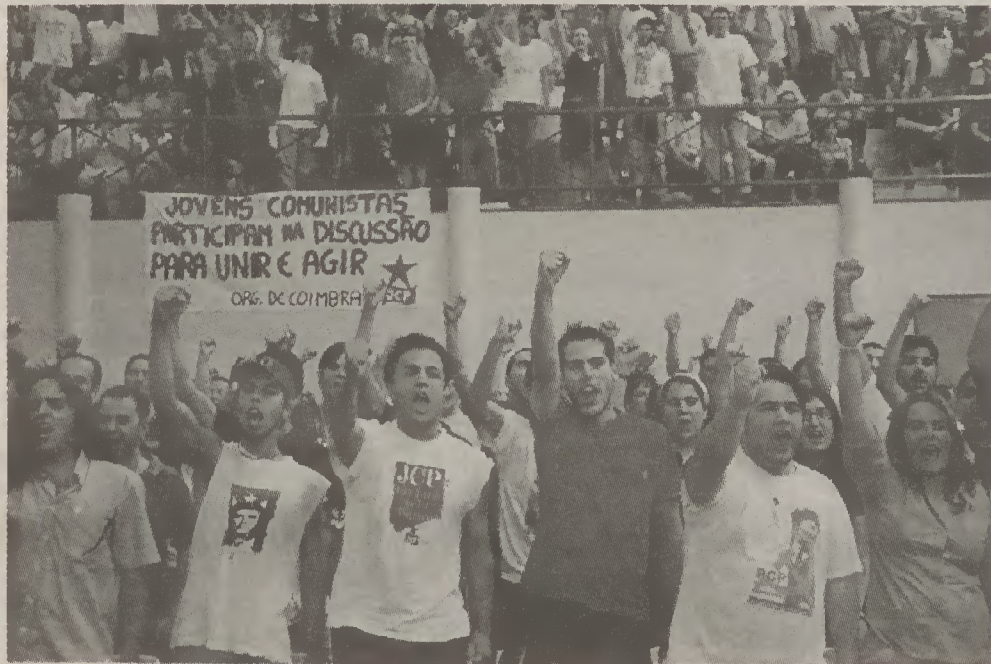
meses de novo Governo, ainda ontem num órgão de informação havia quem falasse do PCP como um partido «incapaz de ter presença política e parlamentar que marque a actualidade» e como um partido afectado «por uma inexistência política como protagonista da oposição».

Não estranhemos esta cegueira e este autismo. Aqueles que confundem as páginas preconceituosas onde escrevem como um espelho da realidade, aqueles que sempre acharão mais interessante um espirro ou uma boa intriga nos corredores da Assembleia da República do que um bom e sério projecto de lei do PCP, aqueles que não desistem de torcer a verdade e a realidade até ela se encaixar nos seus dogmáticos esquemas mentais sobre o PCP, sempre assim pensarão e sempre assim escreverão. Porque, para estas almas, a separação entre belos e monstros, entre cinzentos e mediáticos, entre brilhantes e baços, entre frescos e cansados, entre anjos e demónios já está feita há muito tempo e nunca sofrerá nem mudança nem renovação.

A política de direita com que os trabalhadores e o povo são confrontados torna ainda mais necessário um PCP forte, mais actuante e mais interveniente. E foi também com este objectivo que realizámos esta Conferência.

Queremos também daqui saudar a luta da Função Pública e da Frente Comum, bem como a CGTP, a grande central sindical dos trabalhadores portugueses e sublinhar o significado das duas magníficas manifestações em defesa dos trabalhadores, às quais demos o nosso inteiro apoio.

Sobre esta magnífica iniciativa, antontem o Primeiro-Ministro, manifestamente agastado com a manifestação promovida pela CGTP-IN, abriu o baú do anticomunismo para afir-



como grande opositor à política governamental e apagar da memória as práticas, os compromissos e as políticas de direita.

Pela nossa parte temos vindo a apresentar na Assembleia da República as diversas propostas que avançámos ao povo português, cumprindo com a palavra dada e confrontado o Governo com as suas verdadeiras opções.

Na verdade, apesar de ter estado nestes três meses envolvido num profundo debate político no quadro da preparação desta Conferência, o PCP não fechou para discussão, nem reduziu a sua intervenção no plano da luta de massas e no plano institucional.

Os comunistas estiveram por todo o país em pequenas e grandes lutas pela defesa dos postos de trabalho, pela melhoria dos salários, pelos direitos de quem trabalha, por reivindicações justas das populações.

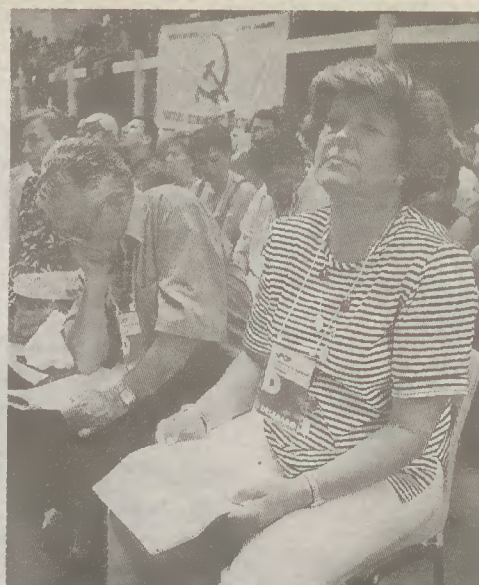
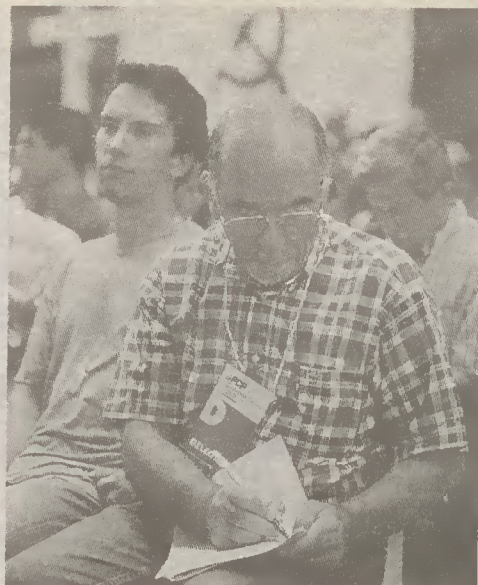
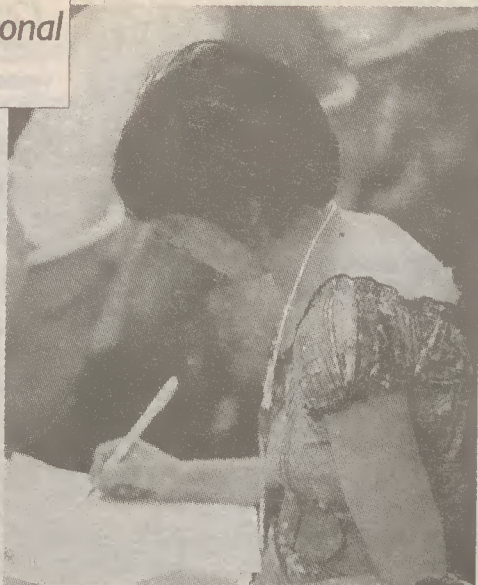
O PCP participou também nas vigílias de solidariedade com o povo da Palestina e nas manifestações e concentrações pela Paz em Lisboa, Porto, Coimbra e Évora.

Desencadeou as acções de esclarecimento e protesto sobre o aumento de impostos e o corte do crédito bonificado para aquisição de habitação própria.

Esteve nas manifestações de trabalhadores da RTP e de protesto contra a política do Governo a este respeito; nas manifestações e protestos da Função Pública, da CGTP-IN, dos estudantes, dos pescadores, dos operários têxteis e no lançamento de novas e importantes batalhas como a campanha «muita força para pouco dinheiro», para a dignificação dos trabalhadores do sector da Construção Civil. O PCP manifestou também a sua solidariedade activa aos trabalhadores de várias empresas vítimas de encerramento e deslocalizações em vários



**PCP**  
**Conferência Nacional**  
 o novo quadro político e tarefas para o reforço da intervenção e influência do Partido  
 22 Junho 2002



mar que na manifestação havia uma orientação política do PCP, e não preocupações sociais tecendo ainda considerações sobre o nosso Partido ao mesmo tempo que procurava minimizar aquela grande jornada de luta.

Sobre isto queremos deixar apenas quatro breves anotações.

A primeira, para perguntar o seguinte: se o PCP está assim tão debilitado e se a manifestação não teve importância, quais as razões do nervosismo e do embaraço do Primeiro-Ministro?

A segunda, para dizer ao Primeiro-Ministro que assumimos com muita honra e orgulho que muitos milhares de comunistas, conjuntamente com outros trabalhadores de diversas opções políticas e de Norte a Sul do País, não só se manifestaram como incentivaram colectivos de trabalhadores a incorporarem-se nesta grande manifestação convocada autonomamente pela CGTP-IN, contra a política anti-social ao serviço dos grandes interesses.

A terceira, para lhe garantir que o PCP e os seus militantes vão continuar generosamente a participar e a intervir em todas as lutas contra uma política injusta e de exploração, e em todas as causas que fazem a razão de ser da sua existência e da sua vida.

A quarta, para lhe lembrar, dado que o Governo está no início, que aquando dos acontecimentos da Ponte 25 de Abril, Cavaco Silva, também no estilo do 24 de Abril, procurou jogar com o papão do anticomunismo. O que sucedeu depois é uma história conhecida...

O novo quadro político e as responsabilidades que temos perante os trabalhadores, o povo e o país exigem que este Partido reforce a sua influência o que passa também pela sua organização, como instrumento fundamental de ligação às massas e como meio de dar força material às nossas ideias, propostas e objectivos.

São de grande importância o conjunto de orientações que constam da Resolução aprovada, como o estímulo e a valorização da militância, da iniciativa própria de cada organização e dos militantes, com a ideia clara que o Partido não é uma entidade abstracta mas sim em cada local – de trabalho ou de residência – aquilo que o conjunto dos seus militantes consiga que seja, pela sua iniciativa inserida no dinamismo e funcionamento do colectivo partidário.

O alargamento do núcleo activo, a renovação e o rejuvenescimento de organismos, o aumento do número de camaradas com tarefas e responsabilidades e uma mais larga responsabilização de quadros são objectivos de grande importância e de grande actualidade, que é agora necessário concretizar. É também de grande importância e de grande significado o lançamento e o êxito da campanha de recrutamento de mais 2000 novos militantes até à Festa do «Avante!» de 2003.

E em relação a esta questão, contrariando todos aqueles que ao longo dos anos nos vêm sentenciando o envelhecimento do PCP (em análises superficiais que parecem basear-se no estranho princípio de que só os membros do PCP envelheceriam e os outros não), a não capacidade de atracção e a morte, queremos daqui informar a Conferência e o colectivo partidário que no último ano as inscrições no Partido se saldaram em mais 2400 membros, 45% dos quais com menos de 30 anos, sem contar obviamente, com a JCP. Para quem, como alguns dizem, deixou de ter poder de atracção e designadamente em relação às novas gerações, estes dados são um balde de água fria, mas são também a confirmação de que este Partido de causas e valores, de luta e de projecto, tem futuro e tem os olhos postos no futuro.

O fluxo de jovens simpatizantes e o significativo aumento de jovens que têm vindo nestes últimos tempos ao Partido, sendo já hoje militantes, exigem da nossa parte uma cada vez mais audaz política de inserção, valorização e responsabilização destas novas gerações de quadros. E há que dar uma maior atenção e aprofundamento às questões da juventude e do diálogo do Partido com as novas gerações. Queremos também daqui valorizar e saudar a luta e acção da JCP, a juventude do PCP, que também tem vindo a alargar as suas fileiras e que em breve realizará o seu Congresso.

É também de grande importância o desenvolvimento do tra-

balho com as outras camadas e sectores sociais, designadamente, os intelectuais e quadros técnicos, os micros e pequenos e médios empresários, os reformados pensionistas e deficientes. É igualmente necessário considerar medidas para o reforço da acção visando a participação das mulheres em igualdade e a nossa intervenção junto dos agricultores e pescadores.

Uma outra questão que tem de estar sempre presente e que deve ser tão natural como o ar que respiramos é a do exercício da democracia interna como característica essencial do funcionamento do Partido que, como se afirma na Resolução, não se define apenas pelas suas normas estatutárias, mas fundamentalmente com práticas concretas.

O respeito pelas opiniões dos outros, o saber ouvir e ser ouvido, a rejeição do autoritarismo, do «mandonismo» e da sobreposição das opiniões individuais e de grupo, sobre a opinião colectiva; a dinamização das Assembleias de Organização; a realização de plenários de militantes onde a opinião circula largamente; o lançamento de uma acção em toda a organização partidária para a aceleração do esclarecimento da situação dos membros do Partido para sabermos com mais rigor quantos somos e o que somos e contribuir para a integração dos militantes em organismos e organizações; a prestação regular de contas; o desenvolvimento do sítio Internet do PCP e a realização com maior regularidade de espaços do «Avante!» destina-



dos à participação dos membros do Partido, são direcções de grande importância com vista ao aprofundamento da democracia interna.

### A influência eleitoral do PCP

Os actos eleitorais e os factores que mais pesaram nos maus resultados também estiveram em exame na preparação da nossa Conferência.

Muito já se afirmou e avançou na aproximação aos factores que determinaram os maus resultados. Mas permitam-me ainda que em relação às eleições legislativas adiante mais alguma coisa, tanto mais que o tema exige que o continuemos a aprofundar.

E a questão que gostaria de pôr à vossa reflexão é esta: há dois anos, nas penúltimas eleições legislativas, com um PS menos desprestigiado conseguimos eleger mais dois deputados e um aumento percentual, embora pequeno.

Dois anos após, com um PS mais desprestigiado e desmascarado tivemos um mau resultado. Como explicar que dois anos após, com uma importante e reconhecida intervenção na Assembleia da República e fora dela tivéssemos um resultado decepcionante? O que é que pesou?

Os acontecimentos do Leste e as dificuldades de organização não terão pesado mais nestas últimas eleições, do que em outras, tal como a mistificação centrada na escolha do Primeiro-Ministro. Então o que é que pesou mais, o que é que houve de mais particular e específico nestas últimas eleições?

Após a súbita convocação de eleições legislativas antecipadas, numa conjuntura política e de opinião muito marcada,

quanto à CDU, pelos variados impactos do seu mau resultado nas autárquicas, muitos eleitores acharam também, que o PS já tinha sido castigado nas autárquicas e que se lhe devia dar mais uma chance. Depois, nestas eleições o perigo do regresso da direita ao poder era real, o que facilitou a mistificação do voto útil.

Mas, em relação ao nosso Partido e sem subestimar as nossas deficiências e desacertos, também pesou e muito negativamente na imagem do PCP, as repetidas afirmações feitas por alguns membros do Partido com grande repercussão na comunicação social, de que tínhamos feito do PS o «inimigo principal», de que empurrámos o PS para a direita, de que fomos responsáveis pela antecipação das eleições e de que a nossa manifestação de disponibilidade para examinarmos com as outras forças à esquerda a possibilidade de concretização de uma política de esquerda não era nem credível nem verdadeira, adiantando a este respeito argumentos mesquinhos e falsos. E pesou ainda a imagem que nos quisermos colar até ao último minuto, reavivando todos os preconceitos anticomunistas, de um partido que não tinha em conta os aspectos humanos, de um partido frio, insensível, execrável por não ter incluído nas suas listas tal ou tal candidato...

Estamos convencidos que, no conjunto do Partido, também não se achou natural nem inocente que tendo alguns membros do Partido conseguido as tribunas, os meios de difusão e o relevo mediático que no passado, enquanto responsáveis pelo PCP, lhes eram em regra negados, não as tivessem aproveitado para expor qualquer argumento favorável ao voto na CDU ou expressar qualquer significativo ou claro apelo ao voto na CDU em 17 de Março.

Estamos convencidos também que, no conjunto do Partido, predomina largamente a consciência da absoluta inaceitabilidade do prosseguimento de tentativas de impor, pela via dos factos consumados, a constituição de tendências organizadas dotadas dos seus próprios porta-vozes e agindo, sempre que lhes apetecer, em contestação pública às orientações do Partido e prosseguindo objectivos internos de grupo, com espírito de grupo e tácticas de grupo, que são frontalmente ofensivas dos princípios de lealdade e solidariedade entre os comunistas.

A par de tudo isto, estamos convencidos de que, no conjunto do Partido, prevalece e predomina largamente uma viva consciência

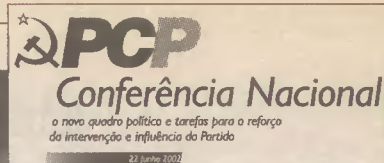
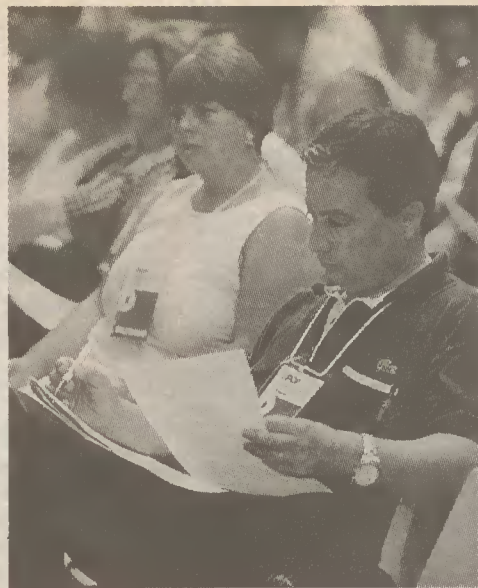
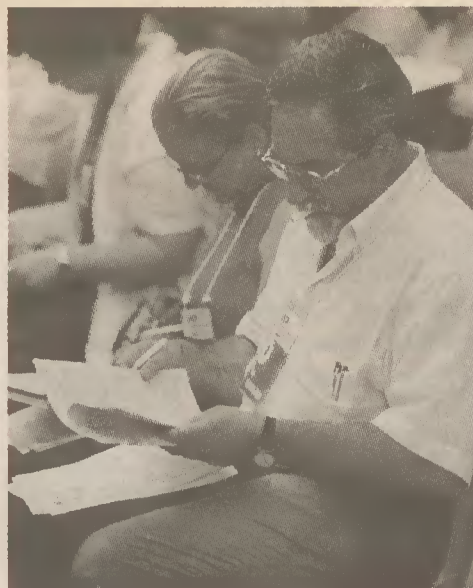
de que alguns membros do Partido reclamam para si próprios o «direito» a atitudes, métodos e procedimentos que, no presente ou no passado, jamais teriam tolerado que fossem dirigidos contra si próprios ou contra as responsabilidades que exerceram ou exercem. E que existe uma viva consciência de que a generalização a todos os militantes (e com orientações ou propósitos inevitavelmente dos mais variados) dos alegados «direitos» que alguns invocam para si próprios, conduziriam à completa desagregação do Partido e à sua inexorável deserção das responsabilidades que tem perante os trabalhadores, o povo, a democracia e o país.

Neste ponto, e para evitar uma consabida tentativa de criar confusão, queremos mais uma vez acentuar o que deveria ser óbvio e que tem marcado todas as posições da direcção do PCP: é que estas observações críticas dirigem-se a quem fez as referidas declarações, a quem assumiu os referidos comportamentos públicos e a quem promoveu, organizou e coordenou as referidas iniciativas e não a todos os que porventura partilhem de opiniões similares ou porventura tenham entendido, numa conjuntura de grande amargura e preocupação, apoiar esta ou aquela iniciativa.

Na preparação desta Conferência, fizeram-se sucessivos apelos para que se fizesse, no Partido, um debate vivo, frontal, mas sereno. O que tem estado em causa não são opiniões e muito menos os inventados «delitos de opinião», mas sim atitudes e comportamentos à margem do Partido e das suas regras. O Partido não é um clube de discussão. No Partido há reflexão e debate. Mas, depois de decididas e votadas as conclusões, estas dizem respeito a todo o colectivo partidário.

A Resolução desta nossa Conferência pronuncia-se com toda a clareza pelo indispensabilidade, reforçada no actual





contexto da vida partidária, do restabelecimento, de preferência por decisão voluntária de membros do Partido, dos laços de fraternidade, de solidariedade, de lealdade e de inserção das legítimas opiniões individuais na reflexão e trabalho colectivo que, constituindo um imperativo ético e político decorrente dos Estatutos que todos os membros do Partido, podendo manter discordâncias, se comprometeram a aceitar.

O nosso mais firme desejo e voto, porque seria o melhor para o PCP, é que esta mensagem e este apelo possam ser entendidos e escutados, conduzindo a que cessem as espirais de crispação e as derivas de confrontação sistemática e a que, independentemente da legítima conservação de divergências, os membros do Partido não acompanhem, circunscritos mas premeditados propósitos de causar maiores prejuízos ao Partido.

### Uma conjuntura internacional marcada por grandes incertezas

A nossa Conferência realizou-se também numa conjuntura internacional marcada por grandes incertezas e pela grande incerteza sobre o futuro da situação financeira e económica de muitos países. E isto numa altura em que a crise continua a flagelar vários países em vários continentes, em que aumenta de novo a desconfiança nos principais mercados bolsistas e em que a «globalização capitalista» continua a acentuar as desigualdades, a concentração de riqueza e a condenar milhões de seres humanos ao subdesenvolvimento, à miséria e até à morte pela fome.

A segunda Cimeira Mundial contra a fome, que se realizou na semana passada em Roma na sede da FAO teve a ausência dos governantes dos países ricos (salvo a Espanha e a Itália). Com a política da «cadeira vazia», estes países revelaram o olímpico desprezo e indiferença perante o drama da fome no mundo, que atinge 815 milhões de seres humanos e perante o drama da sida que atinge particularmente os jovens do Terceiro Mundo. O ponto da situação feito nesta Cimeira é também um dedo acusador ao sistema e às políticas neoliberais e um testemunho das consequências da dominação, da exploração e do imperialismo, quando na história da humanidade existem hoje meios, tecnologia e possibilidades para acabar com a fome no mundo.

Em contraste, alguns dias depois, era conhecido o Relatório Anual do Instituto Internacional de Investigação sobre a Paz de Estocolmo (SIPRI), mostrando que os países desenvolvidos continuam a obter altos rendimentos com o tráfico de armas entre os quais se encontram à cabeça os EUA, a Rússia, a França e a Inglaterra e que nos últimos três anos as despesas militares continuaram a aumentar tendo atingido 2,6% do PIB (Produto Interno Bruto) mundial, em 2001!

Aquela Cimeira e os dados deste Instituto de Estocolmo são também um testemunho da hipocrisia de muitos daqueles que enchem a boca com os direitos humanos em abstracto, com os valores humanitários, com a solidariedade.

É também, no quadro desta retórica que depois dos trágicos acontecimentos do 11 de Setembro, o tema da luta antiterrorista tem servido de biombo à estratégia dos EUA de domínio hegemónico do Planeta. Nenhum ensinamento se procura retirar do 11 de Setembro, nem a urgência de pôr fim aos conflitos regionais e aos paraísos fiscais, onde o terrorismo encontra o seu caldo de cultura e financiamento, nem a necessidade de se intervir contra as injustiças mais gritantes da humanidade. Pelo contrário, a luta contra o terrorismo é para Bush um instrumento da sua estratégia de «geometria variável» cujo objectivo final é a dominação e a satisfação dos interesses norte-americanos contra tudo e contra todos e que se exprime, também, na recusa do Protocolo de Quioto, no protecção comercial unilateral, na concepção do eixo do mal e dos países que o compõem, nos objectivos de atrelar os seus aliados em novas aventuras bélicas contra o Iraque e o Irão.

Nesta nossa Conferência, nós que condenamos e combatemos esta política, daqui manifestamos a nossa solidariedade activa a todos os povos em luta e designadamente ao povo palestino, à autoridade palestina-

na e também às forças da paz que com coragem lutam em Israel por uma resolução justa e pacífica, pelo fim da espiral de violência e contra a política criminoso de Sharon, que com o apoio de Bush reafirma que está fora de questão para Israel voltar às fronteiras de 1967 ou desmantelar os colonatos.

Queremos também aqui deixar uma palavra amiga e de solidariedade para com o povo de Angola e ao MPLA, que têm agora mais certos os caminhos da paz e ao povo de Timor e à Fretilin, que ainda há bem pouco celebraram a sua independência e que sempre contaram com o apoio solidário do PCP.

Apesar dos preparativos da Conferência e das energias que temos consagrado à dinamização do Partido, temos procurado, a par da resposta política nacional, como já referimos, dar também, a nossa contribuição positiva nos principais eventos e fóruns internacionais.

E nesse sentido, uma significativa representação do nosso Partido e da JCP procurou estar também presente nas manifestações antiglobalização, que hoje tiveram lugar em Sevilha, tendo sido, como se sabe, vergonhosamente impedida de entrar em Espanha.

Nos últimos anos a União Europeia teve uma larga maioria de governos socialistas e sociais-democratas... A política que imprimiram foi uma política de direita.

O conteúdo neoliberal das políticas da União Europeia, as privatizações, o desmantelamento dos serviços públicos, a marcha irracional para os critérios do Pacto de Estabilidade, a criação de fundos de pensões para alimentar a roleta bolsista, os despedimentos para aumentar cotações de ações, a política dos factos consumados, longe do controlo popular tem vindo a alimentar o mal estar e a insatisfação das populações e as derivas xenófobas, racistas, populistas e de extrema-direita. Depois, quando a crise se agudiza e aumenta o desemprego está criado o caldo de cultura para os demagogos sem escrúpulos



atirarem para cima do estrangeiro, do imigrante, do que tem outra cor, a causa de todos os males desde a insegurança até à falta de emprego.

Também em relação à questão da imigração, que fez parte da agenda de trabalho desta Cimeira, é necessário reafirmar que não é com medidas policíescas que se dá resposta aos seus problemas.

A ajuda ao desenvolvimento, a gestão e legalização dos fluxos migratórios, os acordos justos de emigração, o combate às máfias e a exploração dos indocumentados, a política de integração e do respeito pelas diferenças e o combate à lógica de certos sectores económicos que pressionam pelo aumento de específicos fluxos migratórios no sentido de liquidar direitos conquistados e reduzir salários, são vectores essenciais para uma justa e humana política de imigração.

### Uma força com causas e convicções Uma força com futuro

É necessário que a reflexão colectiva prossiga no curso normal da vida interna do Partido. Mas é também necessário que os membros do Partido respondam afirmativamente ao vivo sentido e forte apelo que a Conferência aqui lançou para que pela sua opinião, trabalho e acção se empenhem na concretização das linhas de orientação e de trabalho decididas. Voltados para fora, com os olhos postos no futuro, com os pés bem assentes na terra e com uma maior e mais activa intervenção e responsabilização de todos os militantes pela vida do Partido estaremos em condições de ultrapassar dificuldades, reforçar a intervenção e influência e estar à altura das responsabilidades, perante o povo e o País, como força essencial da democracia portuguesa, como força impulsionadora da luta contra a política de direita e pela futura construção de uma alternativa de esquerda. Como uma força revolucionária com causas e convicções, como uma força com futuro.

Para além das suas conclusões e das importantes linhas e compromissos de trabalho que incorporam, a nossa Conferência Nacional e o debate democrático que a precedeu testemunham e dão força a um conjunto de atitudes que, colectivamente assumidas, podem ser decisivas para o presente e o futuro do nosso Partido nos tempos difíceis e áspersos que temos pela frente mas que queremos transformar em tempos de esperança e de êxitos.

Desde logo, a atitude de um Partido que reconhece sem disfarces as suas dificuldades, insuficiências e problemas mas que quer afirmar a sua renovada ambição de reforçar a sua influência e assim servir melhor os trabalhadores e o povo português. Mas que não quer cometer esse lento e quotidiano suicídio que seria, diante das amarguras causadas pelas nossas dificuldades e insucessos, passarmos a ignorar, desvalorizar e arrasar tudo quanto de importante, positivo e marcante resulta da nossa acção e do nosso indispensável papel na sociedade portuguesa.

Ainda, também, a atitude um Partido que quer compreender melhor e mais profundamente as realidades que enfrenta e o movimento de ideias e aspirações que se expressam na sociedade portuguesa. Mas que o quer fazer para encontrar os melhores caminhos para o enriquecimento das suas propostas de progresso, transformação e libertação e para a sua melhor irradiação e não para ajoelhar perante factos consumados e alegadas inevitabilidades ou para se submeter à ditadura das audiências ou às receitas fáceis mas desonrosas da demagogia populista.

E sobretudo a atitude de um Partido que assume a complexidade e a densidade das interrogações, interpeções e desafios que se colocam à sua luta e ao seu futuro e que também sabe conviver com dúvidas e incertezas. Mas que não abdica do seu vasto património de luta e de propostas, que se dispõe a lutar pela justiça e vitalidade dos seus ideais e do seu projecto, tendo no horizonte o socialismo, e que sustenta com vigor e confiança a sua sólida vinculação com as grandes causas da liberdade, da democracia, do progresso social, da dignidade, libertação e felicidade humanas, de um mundo de paz, de um mundo mais justo e solidário.

Viva a Conferência Nacional!  
Viva o PCP!



Medidas do Governo podem inviabilizar funcionamento de serviços de inspeção alimentar

## Saúde pública em risco

Entre os serviços públicos que podem ver o seu funcionamento inviabilizado pelos despedimentos, alguns são fundamentais para a manutenção da saúde pública.

«As medidas de contenção orçamental decididas pelo Governo para a Administração Pública podem pôr em causa a saúde pública no País.» Quem o diz é a Federa-

ção dos Sindicatos da Administração Pública, referindo-se à hipótese de concretização dos despedimentos de trabalhadores que estão ligados à Direcção

Geral de Veterinária, nomeadamente os que asseguram a inspeção higio-sanitária do pescado em lotas, o funcionamento do sistema nacional de identificação e registo de bovinos, a identificação dos medicamentos veterinários e a execução de auditorias às organizações de produtores pecuários.

A FNSAP lembra que três

trabalhadores receberam já a comunicação escrita de que os seus contratos não serão renovados, o que permite prever que os despedimentos são mesmo para avançar.

A concretizarem-se estas medidas, os serviços poderão deixar de funcionar, apesar de a sua actividade ser vital para o País e obrigatória perante a União Europeia. Em risco estão 114 trabalhadores, altamente qualificados, que desempenham funções que correspondem a necessidades permanentes dos serviços.

### Inspecções comprometidas

No caso dos trabalhadores da inspeção higio-sanitária,

os 86 trabalhadores – 42 médicos veterinários e 44 auxiliares de inspeção de pescado – inspecionam o cumprimento das normas mínimas de higiene dos produtos de pesca e sua colocação no mercado.

### Os 114 trabalhadores desempenham funções permanentes nos serviços

Os 14 trabalhadores do Sistema Nacional de Identificação e Registo de Bovinos, criado em 1999, têm a importante missão de promover o rastreio de bovinos e de doenças como a BSE. Já a partir de Julho, este sistema pode ficar com fortes deficiências com o despedimento de mais três trabalhadores, a somar a um outro já despedido em Maio.

Também as auditorias às organizações de produtores pecuários ficam postas em causa caso se avance com os

despedimentos dos quatro veterinários e do operador de informática que, em regime de prestação de serviço, desempenham funções na DGV. É que estes trabalhadores são os únicos com especialização técnica adequada para promoverem auditorias às associações de criadores que actuam no âmbito dos planos de erradicação das doenças dos animais – tuberculose e brucelose, por exemplo – garante a Federação dos Sindicatos da Administração Pública.

A Federação está preocupada com a possibilidade de ocorrerem despedimentos em áreas tão sensíveis como estas e defende a adopção de uma medida que promova a integração no quadro dos 114 trabalhadores em funções na Direcção Geral de Veterinária.



Os despedimentos já chegaram a serviços públicos que garantem a saúde pública

## Dívidas são «vergonha nacional»

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármore, Pedreiras, Cerâmica e Materiais de Construção do Norte e Viseu denunciou na passada semana, em conferência de imprensa, a lentidão do processo de pagamento de indemnizações aos trabalhadores. Segundo o sindicato, não são aceitáveis num Estado «que se diz de direito, democrático e civilizado», que trabalhadores tenham que estar à espera para receber os seus direitos mais de dez anos.

Mais escandalosas se tornam estas situações quando, segundo o sindicato, é conhecido que os administradores de diversas empresas falidas recebem milhares de euros por mês, dinheiro que «sai daquilo a que os trabalhadores têm direito a receber».

Na situação de credores que esperam pela liquidação dos seus créditos encontram-se mais de mil trabalhadores, em que o total em dívida ascende aos dois milhões de contos. Há mesmo casos em que os trabalhadores estão à

espera há 20 anos sem receber aquilo a que têm direito. Muitos morrem antes de ver qualquer dinheiro.

O sindicato considera esta situação uma vergonha nacional e propõe a criação de novos tribunais do Comércio e Falências, principalmente nos concelhos de grande concentração industrial, dado que o actual tribunal, a abranger os concelhos do Porto, Gondomar, Valongo, Maia e Matosinhos, «não é plausível de resolver os problemas dos trabalhadores».

## Indústrias eléctricas

### Em defesa do emprego

Trabalhadores de várias empresas de material eléctrico e electrónico concentraram-se, no passado dia 20, junto ao Ministério do Trabalho, no âmbito de uma greve em defesa do emprego e pela exigência de tomada de medidas de prevenção da tendinite, doença profissional que afecta mais de 1500 trabalhadores do sector. Estas acções surgem num momento particularmente difícil para os trabalhadores do sector.

Na Alcatel, multinacional francesa fabricante de equipamentos de telecomunicações, a administração anunciou a redução de um número indeterminado de trabalhadores, não inferior a 150, sobretudo da área técnica, o que, segundo o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI), pode conduzir ao próprio encerramento da empresa. A serem consumados, estes despedimentos

somam-se aos 105 já efectuados neste ano.

A Alcoa Fujikura (ex-Indelma), indicou que pretende transferir, a curto prazo, parte da produção das cablagens eléctricas destinadas aos veículos da Autoeuropa, eliminando 200 postos de trabalho. Também estes se somarão, caso se confirmem, a outros, neste caso 500, provocados pela deslocalização do sector da Renault da ex-Indelma.

A Visteon, sediada em Palmela, caso avance com a intenção de deslocalização da produção de circuitos electrónicos para air-bags, provocará a extinção de duas centenas de empregos.

A Autosil, apesar de não possuir concorrência no País – é o único fabricante nacional de baterias de arranque para a indústria automóvel –, tem em curso um processo de desactivação, que pode

custar a totalidade dos seus 250 postos de trabalho. O motivo é simples: os «interesses especulativos da administração e da banca, sua credora, com a venda das instalações».

Outra empresa que accionou processos de despedimento foi a fábrica de transformadores da Siemens, a 47 trabalhadores, embora a administração não cesse de ameaçar com o encerramento da fábrica.

Ou seja, as empresas propõem-se, em conjunto, a liquidar, «apenas por razões de estratégia económica, cerca de 1000 postos de trabalho», sem que o Ministério do Trabalho, que conhece a situação, tome qualquer iniciativa.

Também ao nível da contracção de tendinite, que afecta milhares de trabalhadores do sector a nível nacional, o Ministério nada faz.



Apenas por estratégia económica, as multinacionais do ramo da electrónica preparam-se para despedir cerca de 1000 trabalhadores

## Um marco histórico

O Sindicato dos Jornalistas (SJ) e a Associação Portuguesa de Radiodifusão (APR) assinaram, na passada semana, uma Convenção Colectiva de Trabalho, aplicada às empresas filiadas na associação. O SJ considera a assinatura deste instrumento de contratação como um marco histórico nas relações de trabalho, pois é a primeiro que existe no sector.

A CCT define o acesso à

profissão e à estrutura de carreira, regulamenta o trabalho suplementar e nos feriados e estipula o horário de trabalho semanal nas 35 horas. É também constante nesta convenção o regime de folgas e faltas e quatro tabelas salariais, consoante seja a rádio de dimensão nacional ou local, e mediante a população por ela abrangida. A escala indicária tem como índice base 350 euros.

A assinatura desta CCT permite a integração dos jornalistas das rádios num regime regulamentar das relações de trabalho, ao mesmo tempo que se assume como um importante instrumento de gestão para as empresas porque lhes permite prever com exactidão os custos que vão ter com os jornalistas.

Foi também assinado um protocolo anexo sobre higiene e segurança no trabalho.



Dia nacional de luta marcado por grande mobilização dos trabalhadores

## O trabalho saiu à rua

Dezenas de milhar de trabalhadores aderiram às acções marcadas no dia nacional de luta, no passado dia 20. E voltam à rua a 10 de Julho, dia da discussão parlamentar dos projectos para a Segurança Social, de autoria do Governo.

«CGTP, a força que se vê». Esta foi uma das palavras de ordem mais vezes proferida pelos trabalhadores que se manifestaram em Lisboa no dia nacional de luta, convocado pela CGTP-IN. E não podia ser de outra forma, já que foram mais de 20 mil os trabalhadores que inundaram as ruas da baixa, oriundos de diversos sectores e empresas, muitas das quais em pleno processo de luta. Uma grande delegação da Carris, que seguia imediatamente a seguir à direcção da Intersindical, iniciava o rol das representações sindicais. Do mesmo sector, seguiam trabalhadores do Metro e ferroviários.

Muitos operários – na sua maioria mulheres – da Vestus, fábrica de confecções sediada no Seixal, que recentemente encerrou as suas portas, após mais uma deslocalização, deixando 414 trabalhadores no desemprego, estiveram presentes. A Cosal e a Melka, do mesmo sector e igualmente com problemas, não faltaram.

Muitos foram também os trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas que compareceram

na manifestação. Este sector enfrenta uma situação complexa, dado o seu futuro incerto, após diversas medidas tomadas pelo Governo.

Como já vem sendo hábito desde que são conhecidas as intenções do Governo para o sector, a Administração Pública mobilizou-se e compareceu em peso. Professores, enfermeiros, auxiliares de acção educativa e médica, ninguém quis faltar. Pelo meio, um grupo de jovens protestava contra a anunciada fusão do Instituto Português de Arqueologia com o IPPAR, feita sem qualquer consulta nem debate prévio. Os jovens arqueólogos entendem que a arqueologia se deve manter num instituto independente, a bem da salvaguarda do património arqueológico.

«Não fechamos», afirmaram os trabalhadores da RTP e RDP, que não cessaram de defender o serviço público de televisão e rádio.

### Uma grandiosa manifestação

Quem fechava a manifestação e passava junto ao edi-



A próxima jornada de luta é no dia 10 de Julho, dia do debate parlamentar da nova lei de bases da Segurança Social, anunciou Carvalho da Silva

fício da Câmara Municipal, na Praça do Município, mal podia imaginar que os trabalhadores que a encabeçavam iam já perto do final, junto à Assembleia da República. Pouco antes, uma delegação do PCP – dirigida por Carlos Carvalhas, e constituída ainda pelos membros da Comissão Política Jerónimo de Sousa e Fernanda Mateus – cumprimentou a direcção da CGTP e a delegação sindical da Carris, tendo sido efusivamente saudada por muitos trabalhadores, que abandonavam momentaneamente a manifestação para cumprimentar pessoal e

individualmente os dirigentes comunistas.

A partir do palco móvel, colocado muito longe da residência oficial, devido à

barreira policial – o que valeu algumas trocas de palavras entre manifestantes e polícia –, o secretário-geral da CGTP, Carvalho da

Silva, comentou as declarações proferidas, ao princípio da tarde, pelo Primeiro-Ministro, segundo o qual o dia nacional de luta não passava de uma manobra político-partidária do PCP.

Respondendo a estas afirmações, Carvalho da Silva apelou a Durão Barroso: «não se enerve, a procissão ainda vai no adro», afirmou, numa clara referência à continuação da luta, já no próximo dia 10 de Julho, em frente à Assembleia da República. Com estas atitudes, prosseguiu, o Primeiro-Ministro «está apenas a exercer as funções de presidente do conselho de administração do grande patronato e dos grandes grupos económicos e financeiros». Mas, avisa, o «País é muito mais. São os milhares e milhares de portuguesas e portugueses, são os milhares de trabalhadores, o País são os cidadãos que não abdicam do progresso, do desenvolvimento, da justiça e da solidariedade».

## Luta por todo o País

O dia nacional de luta, convocado pela CGTP – Intersindical Nacional, teve expressão em diversas localidades, de Norte a Sul do País, incluindo as regiões autónomas. Excepcionalmente e outras pequenas acções, ocorreram concentrações e desfiles em praticamente todas as capitais de distrito.

Para além da grande manifestação de Lisboa, que juntou mais de 20 mil trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal, realizaram-se concentrações no Porto, Santa-

rém, Faro, Aveiro, Beja, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Guarda, Leiria, Portalegre, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. Nos Açores, fizeram-se diversas acções de esclarecimento em Ponta Delgada, Horta e Angra do Heroísmo e, na Madeira, um plenário público junto à Assembleia Legislativa Regional.

Em muitas destas cidades, para além das concentrações e manifestações, foram organizados concertos, plenários, animações várias, distribui-

ções de documentos e exposições.

Para além da votação da resolução da central sindical, comum a todo o País, em diversos locais os trabalhadores foram chamados a aprovar igualmente moções específicas, como foi o caso de Castelo Branco, que vive uma gravíssima situação económica e social, com o encerramento de várias empresas. Na petição, os trabalhadores reivindicam a adopção de um plano de emergência para o distrito.



O direito ao emprego foi uma das exigências da manifestação do Porto

## Contra o Governo dos patrões

Em todas as manifestações realizadas no âmbito do dia nacional de luta, foi aprovada uma resolução sobre a actual situação vivida no mundo do trabalho e as políticas levadas a cabo pelo Governo.

No documento considera-se que o Governo dramatiza o défice para «procurar convencer o País de que estamos perante uma grave crise que torna inevitável a diminuição real dos salários, os despedimentos na Função Pública e o corte no investimento».

Afirmando que o Governo PSD/CDS-PP opta por satisfazer o patronato à custa dos sacrifícios dos trabalhadores e das classes mais desfavore-

cidas, os manifestantes lembraram medidas como o aumento do IVA, a revogação da tributação sobre as mais-valias, o fim do crédito bonificado e o ataque à Administração Pública e ao sector público.

Enquanto para o patronato são concedidos benefícios fiscais, redução em 20 por cento da taxa de IRC e, no caso da banca, o controlo fiscal das operações realizadas nos *off-shores*, para os trabalhadores, medidas como as alterações à legislação do trabalho no sentido da desregulamentação e da flexibilização e a revisão da lei da contratação colectiva. A acrescentar a isto, a revogação da Lei de Bases da Segu-

rança Social, que põe em causa a universalidade do sistema público e cria um tecto nas contribuições, com o objectivo da privatização parcial das pensões.

Acarinhadas por este Governo, as organizações patronais regressam com «velhas e novas exigências lesivas dos direitos e interesses dos trabalhadores, de que o Governo se mostra fiel intérprete e executor», como a criação de «um novo conceito de despedimento por justa causa», uma maior «flexibilidade, mobilidade e organização do tempo de trabalho».

Assim, face à «brutal ofensiva», os trabalhadores elegeram o caminho da luta.



Em Santarém, tal como no resto do País, reivindicaram-se direitos



# Pé ante pé...

● Odete Santos

(chamando-lhe reforma da acção executiva, o Governo aproveita a autorização legislativa visando alterar o processo de execução, para diminuir as garantias dos créditos laborais)

O Governo, retomando iniciativa anterior do Partido Socialista, apresentou na Assembleia da República uma Proposta de Lei de autorização legislativa, cujo enunciado se referia às alterações a introduzir na acção executiva. Acontece, porém, que numa das alíneas o Governo solicita autorização para modificar toda a legislação a necessitar de alteração, em consequência da reforma da acção executiva. Sem especificar que legislação será essa, como aliás lhe competia. Porque o texto constitucional exige que as autorizações legislativas tenham definido o seu sentido e extensão, para que a Assembleia da República não passe cheques em branco ao Governo. A abrangência daquela alínea da proposta de lei suscita logo uma óbvia exclamação: Aqui há gato! E havia. Dois dias antes do debate sobre a proposta de lei, e só nesse dia, o Governo enviou à Assembleia da República, o texto do decreto-lei para o qual pedia autorização. Foi sem espanto que então se constatou que a tal alínea, aquela que transformava o vácuo em inciso legislativo, servia para reduzir garantias dos trabalhadores quanto ao pagamento dos seus créditos. Pé ante pé, qual ladrão furtivo, o Governo pretende reduzir o pagamento preferencial dos créditos dos trabalhadores para apenas metade das quantias a que tenham direito, pelos menos nos processos de falência. Pela lei actual, todos os créditos dos trabalhadores, sejam ou não resultantes de salários em atraso, sejam os exigidos em processo de falência ou noutra qualquer processo, são pagos antes dos créditos chamados comuns, e mesmo antes dos créditos garantidos por hipoteca ou por outra qualquer garantia real. E são pagos antes das despesas da justiça<sup>(1)</sup>. Preferência esta que também o Governo lhes quer retirar. Ora o Governo pretende alterar o artigo 152.º do Código Especial de Recuperação de Empresas e de Falência, por forma a que do mesmo conste que os privilégios creditórios apenas garantem metade das quantias devidas... E sendo este inciso apenas daquele Código, não havendo dúvidas de que o mesmo se aplica aos processos de recuperação de empresas ou de falência, não está só por isso (por ser daquele Código) afastada a hipótese de que, recorrendo à analogia, os Tribunais possam decidir que, noutra qualquer processo, também os trabalhadores perdem, relativamente a metade das quantias que lhe são devidas, a garantia dos privilégios creditórios estabelecidas na lei. Mas não se fica, o Governo, por aqui. Pé ante pé, abeira-se do Código

Civil, e altera algumas disposições relativas aos privilégios creditórios<sup>(2)</sup>. Num artigo, remete para as leis de processo a determinação do alcance dos privilégios mobiliários. Noutra, especifica que são os privilégios imobiliários especiais<sup>(3)</sup> que garantem o pagamento dos créditos com preferência sobre os créditos beneficiários de uma garantia real. Uma hipoteca, por exemplo. Para percebermos o alcance das propostas, chamemos à colação um Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 18 de Novembro de 1999. O Banco Internacional de Crédito, através de recurso que para aquele Tribunal interpôs, pretendia ser pago antes dos trabalhadores de uma empresa declarada falida, invocando uma hipoteca a seu favor. Segundo ele, Banco, a hipoteca dar-lhe-ia preferência sobre os privilégios creditórios imobiliários dos trabalhadores. O Supremo Tribunal de Justiça acabou por rejeitar o recurso do Banco (dando preferência aos créditos dos trabalhadores) aplicando, por interpretação analógica, o artigo 751.º, na medida em que se trata da única lei geral existente que se refere aos privilégios creditórios imobiliários, ainda que especiais. Ora, a proposta do Governo quanto aos artigos relativos aos privilégios creditórios, pode ser interpretada no sentido de retirar às respectivas normas do Código Civil o carácter de lei geral. Tornando mais difícil a sua aplicação, por analogia, ao direito laboral. Perante as alterações propostas, outro qualquer Banco sempre poderá alegar, com mais possibilidades de ver vingar a sua pretensão, que o legislador de hoje quis inviabilizar a aplicação do artigo 751.º do Código Civil aos créditos laborais. E é assim que, pé ante pé, pela calada, o Governo se apresta para desferir mais um golpe nos direitos dos trabalhadores.

(1) Os diplomas que estabeleceram garantias especiais, chamadas privilégios creditórios mobiliários e imobiliários, são a Lei 17/86, conhecida pela Lei dos Salários em atraso, e a Lei 96/2001. Ambos os diplomas tiveram origem em iniciativas legislativas do PCP.

(2) Privilégios creditórios são garantias de créditos, estabelecidas por lei, que atendendo às causas dos mesmos créditos, dá aos respectivos credores o privilégio de serem pagos antes de outros credores. Os privilégios são mobiliários quando a garantia estabelecida por lei é constituída por móveis, e imobiliários quando são imóveis que garantem a dívida.

(3) O Código Civil, lei geral, só reconhece privilégios creditórios imobiliários especiais. Isto é: será sempre um imóvel determinado a garantir o crédito. No entanto, em relação aos créditos dos trabalhadores, quer a lei 17/86, quer a lei 96/2001, beneficiou-os com privilégios imobiliários gerais. Isto é: todos os imóveis da entidade patronal garantem o pagamento dos créditos laborais.

Governo toma decisões arbitrárias sobre o ensino recorrente e ensino básico

## Não medir as consequências

«Medidas avulsas, sem sustentação e sem estratégia». Assim definiu o PCP as recentes decisões do Governo em matéria de rede escolar e ensino recorrente.

O tema foi levado a plenário numa das sessões da semana transacta, no período antes da ordem do dia, em intervenção proferida pela deputada comunista Luísa Mesquita. Que em tom muito crítico acusou o Governo de tomar «decisões arbitrárias», sem o adequado conhecimento da realidade e sem ouvir outros intervenientes.

Subordinado a uma lógica de «decidir primeiro e pensar depois», o Governo actuou em todo este processo sem acautelar os «direitos dos professores e dos alunos, nem os interesses do País», denunciou Luísa Mesquita, para quem a decisão de encerrar escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e acabar em outras com o ensino recorrente só pode resultar de uma visão «exclusivamente eco-

nomicista».

Que «nada tem de moderno e muito menos de pedagógico» e que vai seguramente ao arrepio das necessidades e do

**Governo decide primeiro e pensa depois**

estado da educação e do ensino no País. Como demonstrou a deputada do PCP ao trazer à colação

o que considerou serem «números assustadores» sobre os níveis de escolaridade dos portugueses: 62,6 por cento da população activa não tem seis anos de escolaridade; 77 por cento não tem a escolaridade básica; segundo previsões da OCDE, em 2015 cerca de 60 por cento da população não terá formação igual ou superior a nove anos.

Ora é perante um cenário como este que o Governo decide extinguir em muitas escolas o ensino recorrente -

«a única alternativa existente no país vocacionada para um público adulto que trabalha e procura, a expensas próprias, uma segunda oportunidade no sistema educativo», como observou Luísa Mesquita - , não levando em conta a opinião das autarquias ou das próprias escolas, ignorando a «complexidade dos problemas levantados pelo ordenamento da rede escolar», optando por uma «estratégia de encerramento e de extinção» sem medir as consequências».

A mesma que adoptou em relação ao ensino básico, sem levar em conta, advertiu Luísa Mesquita, o aumento na casa dos milhares do número de «professores com horário zero», sem atender que na origem da redução de alunos nalgumas escolas está o crescimento assimétrico do País ou esquecendo, inclusivamente, que este grau de ensino sempre foi para os sucessivos governos o «parente pobre do sistema, particularmente nas zonas económicas mais débeis».

## Sem estratégia de desenvolvimento

O Governo tem uma visão redutora, não integrada e parcial da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Esta a conclusão a que chegou o deputado comunista Honório Novo a partir da leitura do documento sobre o tema elaborado pelo Executivo e por este levado à Cimeira do passado fim-de-semana em Sevilha.

Para o deputado do PCP a proposta carece de profunda reformulação, desde logo, explicou, porque é manifestamente deficitária na sua abordagem ao desenvolvimento no que se refere às vertentes económica e social (incide quase exclusivamente na faceta ecológica), faltando-lhe, simultaneamente, a «definição de metas e objectivos», bem como de «meios», para além de uma

«adequada e racional programação e hierarquização».

A sustentabilidade do desenvolvimento passa também pela sustentação produtiva do País, pela preocupação estratégica na criação de condições integradas para a sustentabilidade humana (seja ao nível dos serviços públicos, seja ao nível da educação, da saúde ou da segurança social), lembrou Honório Novo.

E por que esta questão veio a propósito da política de ambiente - tema em debate faz hoje oito dias - Honório Novo na sua intervenção teceu ainda duras críticas ao Governo pelos injustificados atrasos que normalmente medeiam entre anunciadas intenções de medidas de política ambiental e a sua concretização, citando, a título

de exemplo, os planos regionais de ordenamento florestal.

Alvo de críticas foi também a forma como na prática tem sido levado a cabo o processo de reciclagem. Com pouco mais de 100 mil toneladas em 2001 (apenas 25 por cento das 400 mil inicialmente previstas), o sistema de reciclagem de resíduos de embalagens, por exemplo, não só ficou aquém do estabelecido como tem limitado a recepção deste tipo de resíduos, «discriminado autarquias e a generalidade dos produtores privados, ao mesmo tempo que privilegia as grandes superfícies comerciais onde a recolha é mais simples e mais barata, mas onde são pagos valores idênticos», acusou o deputado do PCP.

## Mãos livres na RTP

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de querer «ficar de mãos livres para prosseguir a sua ofensiva» contra a RTP ao atribuir o poder de veto à Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS).

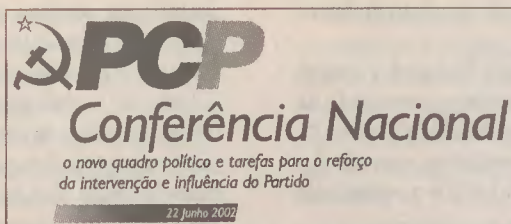
Esta decisão de conferir à AACS o poder de veto sobre os directores de informação e de programação da RTP foi a alternativa encontrada pelo Executivo para a eliminação

de igual direito que o Conselho de Opinião (CO) da empresa pública detinha sobre a administração da empresa.

A posição da bancada comunista foi veiculada pelo deputado António Filipe, em declaração aos jornalistas, onde sobressaiu a crítica ao Governo por «querer reduzir a influência do serviço público de televisão».

«O carácter vinculativo da competência da Alta Autoridade foi uma proposta do PCP quando se discutiu na Assembleia da República a lei para a AACS e o PSD votou sempre contra», recordou António Filipe, para quem a mudança de posição do agora partido de governo tem apenas em vista «eliminar o obstáculo que o Conselho de Opinião representava».





# Resolução Política

## I O novo quadro político – perigos, desafios, linhas de acção

1. Os resultados das eleições legislativas de 17 de Março criaram um novo quadro político determinado fundamentalmente pelo termo de seis anos de governação do PS e pela formação de um Governo de coligação PSD-CDS/PP dispendo de uma maioria absoluta de deputados na AR.

Embora a vitória eleitoral do PSD não tenha tido uma expressão tão ampla como em 1987 e 1991, a nova situação criada ao nível de Governo e da AR representou uma vez mais, apesar dos múltiplos esforços persistentemente desenvolvidos ao longo de anos pelo PCP contra tal possibilidade ou perspectiva, uma rotação no exercício do poder entre o PS e o PSD. Este, tendo apoiado aspectos essenciais da política do PS, capitalizou ao mesmo tempo o descontentamento com essa política e uma certa aspiração difusa de «mudança», muito favorecida também pela «dinâmica de vitória» que o PSD chamou a si explorando os seus resultados nas autárquicas de Dezembro de 2001.

É um facto evidente que o êxito eleitoral dos partidos de direita está indissociavelmente ligado, sem prejuízo de outros factores de desgaste, à política de direita levada a cabo pelos governos do PS. Com efeito, mais do que um genuíno processo de adesão popular às propostas da direita, o resultado alcançado pelo PSD e pelo CDS/PP traduz, essencialmente, a capitalização por parte desses partidos de um amplo descontentamento de uma muito generalizada desilusão por parte de significativos sectores da população. As promessas feitas em 1995 e depois não cumpridas pelo PS, a perspectiva de uma viragem política então apresentada ao eleitorado, e posteriormente rejeitada e abandonada pela prática governativa e parlamentar do PS, empurraram esses sectores do eleitorado para a armadilha demagógica e populista dos partidos de direita e foram as grandes responsáveis pela vitória da direita nas eleições de 17 de Março.

2. A formação e entrada em actividade do Governo PSD-CDS/PP representa uma evolução muito negativa na vida política nacional, contra a qual o PCP claramente se bateu na campanha das legislativas, e que se traduzirá seguramente no anunciado propósito constante do Programa do Governo de agravar e acentuar a política de direita, levar mais longe as políticas neoliberais, dar maiores passos no sentido de privatizações nos sistemas públicos de segurança social, saúde e ensino e de outros serviços públicos, pôr em causa importantes componentes do regime democrático-constitucional, aplicar concepções conservadoras em muitas questões sociais e culturais, restringir os direitos dos trabalhadores e

umentar a sua exploração, no quadro global de uma ainda maior subordinação da acção do Governo aos interesses e ditames do poder económico.

3. O novo quadro político resultante das eleições legislativas de 17 de Março e as condições em que o Partido vai ser chamado a intervir e a desenvolver a sua actividade têm que ser considerados no contexto do inquietante agravamento da situação internacional, de preocupantes evoluções das políticas registadas na União Europeia, de graves avanços eleitorais da extrema-direita em alguns países europeus e de uma situação do país marcada pelas dificuldades económicas, debilidades estruturais e agravamento das desigualdades sociais.

Uma situação internacional, instável e perigosa, profundamente marcada pela ofensiva desencadeada na sequência e a pretexto do atentado terrorista de 11 de Setembro, visando impor ao mundo uma nova ordem mundial totalitária, hegemónica pelos EUA. Esta situação é indissociável da própria natureza do imperialismo e da nova correlação de forças resultante do desaparecimento do socialismo enquanto sistema mundial e está intimamente associada à natureza da economia capitalista contemporânea. Apesar da correlação de forças desfavorável às forças revolucionárias e progressistas, a ofensiva imperialista encontra na luta dos trabalhadores e dos povos uma combativa resistência. É nessa resistência e no acumular de forças a que pode conduzir, que reside a chave para inverter a actual situação e abrir caminho a transformações que sirvam os interesses dos trabalhadores e dos povos e que assegurem a paz mundial.

Uma evolução negativa na União Europeia, onde têm vindo a acentuar-se o prosseguimento das políticas capitalistas neoliberais, as tendências federalistas e as pulsões e decisões militaristas e securitárias que têm encontrado em Portugal o acordo e comprometimento das políticas de sucessivos governos.

Ganham particular relevo na expressão destes traços negativos os processos de liberalização e privatização de serviços e competências públicos, a insistência na «flexibilização» e desregulamentação das leis laborais e a ofensiva contra os sistemas públicos de segurança social; o arranque dos trabalhos da «Convenção», apropriando-se de direitos soberanos dos Estados membros em matéria de alteração dos Tratados, e cujos objectivos federalistas são evidentes; a completa submissão perante os EUA e Israel face aos dramáticos acontecimentos na Palestina, enquanto se promovem os projectos de reforço do complexo militar industrial, o



desenvolvimento de gravosas medidas securitárias pondo em causa direitos, liberdades e garantias, de que são exemplo as tentativas de restrição de direitos de asilo e a criação do mandato de busca europeu.

Pelas suas particulares consequências para Portugal, é necessário sublinhar a insistência no fundamentalismo monetário do Banco Central Europeu, e num Pacto de Estabilidade manifestamente factor de agudização de problemas económicos e sociais dos países membros, ao promover a contenção salarial e a redução da despesa pública.

4. Este novo quadro político coloca ao PCP, a todas as forças e sectores democráticos e de esquerda, ao movimento sindical e a outras forças e movimentos sociais, o imperativo desafio e a indeclinável responsabilidade de contribuírem no plano político, social e institucional para um amplo, forte e diversificado processo de resistência e combate aos eixos fundamentais da ofensiva do novo Governo, em defesa de direitos adquiridos e conquistas alcançadas, travando e derrotando políticas, decisões e medidas que, além de agredirem os interesses de vastas camadas da população, engrossariam uma torrente de factos consumados, cuja rectificação, no futuro, poderia ser mais difícil sobretudo no caso de se manterem as orientações até agora prevalentes no PS.

5. Seria tão perigoso e erróneo dar como certa e duradoura a estabilidade e a solidez da coligação PSD-CDS/PP como criar a expectativa de um rápido aparecimento de conflitos e contradições internas que levem à sua próxima desagregação.

Por um lado, o exercício do poder e a oportunidade de promover o avanço de um conjunto de contra-reformas ambicionadas pelo grande capital não deixarão de funcionar como um factor de agregação no campo da direita.

Mas, por outro lado, a desilusão e o descontentamento que a sua política certamente causarão e provocarão e a dimensão do processo social e político de luta e de resistência à política do Governo poderão criar dificuldades à coligação governante e favorecer a manifestação de conflitos e contradições entre o PSD e o CDS/PP.

6. Contrariando posições de compromisso mais ou menos veladas com a política da direita, taticismos de vistas curtas e as concepções dos que, intimidados pela vitória eleitoral da direita, parecem esquecer os 47% de eleitores que votaram nos partidos que agora são oposição e ignoram as suas aspirações, o PCP salienta a plena legitimidade da resistência e do combate, no exercício dos direitos democráticos consagrados na Constituição, à política do Governo PSD-CDS/PP.

A política concreta que o Governo de coligação PSD-CDS/PP se propõe realizar, nalguns casos atestando já um imediato rasgar de promessas e compromissos eleitorais, torna clara uma orientação política com uma profunda marca de classe subordinada aos interesses e aos objectivos dos grandes grupos económicos e financeiros nacionais e estrangeiros, que já está a ferir os interesses e as aspirações de largas camadas sociais e das populações.

7. Neste quadro, a par da acção política geral e de uma combativa intervenção nas instituições, assume uma importância decisiva e um papel fundamental a dinamização, intensificação e desenvolvimento das lutas de massas e a intervenção das organizações e movimentos sociais — com especial destaque para o movimento sindical unitário —, a sua capacidade de mobilização e agregação em torno da defesa de direitos e interesses ameaçados e da satisfação de justas reivindicações, e a sua convergência na reclamação de uma nova política.

8. Muito embora seja de admitir que o PS, na oposição, venha a diminuir o grau e a intensidade dos compromissos estabelecidos com os partidos de direita quando era Governo, é entretanto muito

provável que o PSD e o CDS/PP procurem manter o PS prisioneiro das suas anteriores posições em diversas matérias, o que representaria um perigoso e indesejável alargamento da base de apoio político e parlamentar a gravosas decisões e orientações como, por exemplo, a da «contenção salarial», da introdução dos «tectos contributivos» («plafonamento») na segurança social, a privatização de componentes do Serviço Nacional de Saúde, a alteração das leis eleitorais e outros aspectos da chamada «reforma do sistema político», e ainda opções fundamentais em matéria de evolução da integração europeia e política externa.

Neste âmbito, o PCP não pode deixar de considerar um péssimo prenúncio, até pelas inevitáveis dificuldades que provocaria no seu relacionamento com o PS, a já anunciada convergência entre PS e PSD em torno de aspectos fundamentais da chamada «reforma do sistema político» e, em particular, da alteração da lei eleitoral para a AR que visa a criação de círculos uninominais que pressionariam no sentido de uma ainda maior concentração de votos no PSD e no PS.

9. O PCP considera necessário e indispensável que, para fazer face aos sérios desafios e graves ameaças criados pelo regresso da direita ao Governo, se desenvolvam nos mais diversos planos os processos de diálogo, cooperação, acção comum ou convergência entre forças e sectores democráticos de oposição, seja para resistir à ofensiva da política governamental seja para afirmar, sempre que possível, políticas alternativas comuns.

Ao mesmo tempo, e tal como é direito inalienável de todas as outras forças democráticas, o PCP não abdicará nem prescindirá da sua autonomia de análise, juízo e acção, da afirmação diferenciada das suas propostas, valores e projecto, do seu propósito de, pelo seu papel e intervenção, se constituir em destacado protagonista da aspiração e da exigência de uma política de esquerda, cujos progressos e avanços em termos de consciência social e de opinião dos trabalhadores e demais cidadãos são um factor essencial e determinante para a futura construção de uma alternativa de esquerda.

10. O novo quadro político emergente das últimas eleições legislativas exige do PCP um ainda mais atento e rigoroso acompanhamento, exame e crítica das políticas governamentais e do seu desenvolvimento, uma ainda mais aguda e desperta sensibilidade para os problemas dos trabalhadores, do povo e do País, uma ainda mais pronta capacidade de iniciativa política e da sua coordenação, uma ainda mais forte intervenção como Partido de luta e de proposta, uma ainda melhor articulação e cooperação entre a sua actividade e intervenção parlamentar e os outros planos de intervenção e frentes de trabalho.

11. Considerando os grandes eixos já anunciados, e em concretização, da política governamental, e no quadro das propostas para uma política de esquerda constantes do Programa Eleitoral que apresentou ao eleitorado, o PCP assume como preocupações centrais da sua intervenção no novo quadro político, nomeadamente:

— o combate decidido e prioritário ao empolamento e à dramatização propositadamente praticados pelo Governo PSD-CDS/PP em torno da situação financeira e orçamental deixada pelo Governo do PS e que têm como objectivo essencial fomentar um clima de fatalismo, crise, medo e resignação que facilite, quer a liquidação de postos de trabalho efectivos ou de prestadores de serviços, quer o ataque aos salários dos trabalhadores e a imposição de injustos sacrifícios à maioria da população, enquanto se reforçam as benesses e privilégios concedidos ao grande capital;

— a luta consequente pela valorização do trabalho, por aumentos dignos de salários e de pensões, pelo emprego de qualidade, pela garantia dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, contra a precariedade e pela recusa de gravosos retrocessos na legislação laboral;



- uma intervenção contra as tentativas de fazer retroceder importantes direitos das mulheres, designadamente no trabalho, na família e no domínio dos direitos sexuais e reprodutivos;
- a activa defesa de conquistas e direitos sociais, designadamente dos sistemas públicos de segurança social, saúde e ensino, contra uma ofensiva privatizadora que não resolveria, antes agravaria, os sérios problemas existentes em áreas cruciais para a satisfação de necessidades essenciais da população;
- a luta contra alterações de sentido antidemocrático na legislação eleitoral (nomeadamente as referentes às eleições para a AR e para as autarquias), com uma frontal oposição à imposição de executivos municipais partidariamente homogéneos e à criação de círculos uninominais nas eleições legislativas (e à redução do número de deputados) que favoreceriam uma ainda maior concentração de votos no PS e no PSD, bem como a projectos de ingerência estatal na vida dos partidos;
- o enérgico prosseguimento da luta pela justiça fiscal, contra o aumento do IVA (que atinge indiferenciadamente todos os cidadãos mas pesando mais sobre os que têm menos rendimentos), por novos desagravamentos da carga fiscal sobre o trabalho, e contra a anulação da tributação das mais-valias da especulação financeira;
- a firme oposição à destruição da capacidade produtiva na indústria, nas pescas e na agricultura, aos processos de privatiza-

ção de empresas e serviços públicos, com especial destaque para os transportes, energia água e saneamento e para os graves golpes projectados pelo Governo contra o serviço público de televisão e de rádio;

- uma reforçada atenção e uma constante exigência da adopção de políticas e medidas de efectivo combate à pobreza, à marginalização e exclusão sociais, de prevenção e tratamento da toxicodpendência, como é essencial tanto para a defesa de inalienáveis direitos humanos como para a prevenção e atenuação de fenómenos de exasperação, tensões, violência e insegurança na vida colectiva;

- a promoção de uma política que favoreça uma efectiva inclusão social das comunidades imigrantes, no respeito pela interculturalidade, e que seja capaz de assegurar a protecção dos seus direitos e das suas condições de trabalho;

- a defesa de uma política de preservação do ambiente, que inclua aspectos indissociáveis de ordenamento do território, dos transportes, de utilização racional de energia, visando o desenvolvimento e o bem estar das populações;

- a luta pela paz, contra os planos de guerra do imperialismo, a solidariedade com os povos que são vítimas das agressões imperialistas e que lutam pelos seus direitos nacionais e sociais.

## II

### A influência eleitoral do PCP – uma séria preocupação

1. Os resultados obtidos pela CDU, designadamente nas eleições autárquicas de Dezembro de 2001 e nas legislativas de Março de 2002, puseram em evidência um súbito agravamento da perda da influência eleitoral do PCP que, tendo tido o seu início nas eleições de 1985, suscita compreensíveis preocupações e reclama uma exigente reflexão.

2. Considerando nomeadamente a década de 90, o que os resultados eleitorais do PCP espelham é uma relativa estabilização da sua influência em eleições legislativas (preocupantemente interrompida nas eleições de 17 de Março deste ano) e uma continuada perda de influência (cerca de 1 ponto em cada eleição) nas eleições para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais em que a CDU tradicionalmente obtém votações mais altas que nas legislativas. No caso das autarquias locais, há ainda que ter em conta o efeito negativo de extensas perdas de posições, designadamente de Presidências de Câmara, com uma expressão desproporcionada em relação às perdas globais de influência eleitoral.

3. No quadro de um esforço, que necessita de ser prosseguido e desenvolvido, de aproximação às causas ou razões da perda de influência eleitoral do PCP ou das suas patentes dificuldades de progressão eleitoral, é de admitir que nelas pesem, de forma variável mas interligada e complexa, factores como:

- os múltiplos efeitos, ainda não superados em termos de opinião pública, das derrotas do socialismo no Leste da Europa e a sua projecção negativa sobre a capacidade de atracção dos ideais e do projecto político próprio do PCP consagrado no seu programa «Portugal – Uma Democracia Avançada no Limiar do Século XXI»;

- os efeitos de uma persistente ofensiva de silenciamento, deturpação e falsificação das posições, propostas e orientações do PCP, favorecendo a manutenção de preconceitos e desconfianças;

- um conjunto de profundas mudanças na vida política, nas estruturas económicas e no tecido social, na relação dos cidadãos com a política e no plano dos valores e das atitudes sociais e polí-

ticas para as quais o Partido ainda não encontrou resposta eficaz e que têm dificultado poderosamente ou a apreensão da mensagem e propostas do PCP ou a sua tradução em opções eleitorais;

- as múltiplas debilidades, atrasos e deficiências na organização do Partido e na sua intervenção a variados níveis que dificultam um maior enraizamento social do Partido, uma maior agregação política e ideológica do seu eleitorado, e a conversão em apoio eleitoral da larga adesão que muitas das suas propostas, iniciativas e acções suscitam, nomeadamente no plano social;

- a crescente e diversificada influência dos «media» sobre a formação da opinião dos cidadãos e sobre a vida política, induzindo designadamente negativas generalizações sobre «os partidos», a desagregação de valores e referências, uma fragmentação da informação e uma grande volatilidade dos movimentos de opinião que criam especiais dificuldades à intervenção e mensagem do PCP;

- as patentes dificuldades do Partido em superar ou atenuar os efeitos sobre as opções de voto da prolongada propaganda e favorecimento da «bipolarização» entre PS e PSD e da relativa transformação das eleições legislativas em eleições para primeiro-ministro, induzindo critérios de opção de voto que, secundarizando a apreciação do real trabalho realizado e das reais propostas apresentadas pelo PCP, inclusive na Assembleia da República, manifestamente prejudicam a sua afirmação eleitoral;

- a perda de perspectivas e o desânimo causados em sectores do eleitorado do PCP pela prolongada imposição da política de direita e a sua correspondente falta de confiança na próxima concretização de uma real alternativa de esquerda.

4. Sendo expressão de muitas destas causas e factores gerais, os resultados das eleições de 16 de Dezembro para as Autarquias Locais reflectem ainda – para além do peso crescente de factores nacionais sobre a natureza local destas eleições – um quadro muito contraditório, complexo e não uniforme de razões, entre as quais são de destacar: deficiências no trabalho autárquico e no desenvolvimento de campanhas eleitorais; esbatimento dos traços mais distintivos do nosso projecto autárquico no exercício do poder em



algumas autarquias; insuficiências na acção de organizações locais e da sua influência; aspirações difusas e erróneas de «mudança» entre sectores do eleitorado; a arrumação e concentração de votos entre partidos nossos adversários; o uso de meios do aparelho de Estado em favor das candidaturas do partido do Governo.

5. Sem prejuízo do quadro geral referido no ponto 3. e em seu acréscimo, e sem esquecer negativas indicações e sinais resultantes das presidenciais de Janeiro de 2001, das autárquicas de Dezembro de 2001, é entretanto de admitir que, no resultado obtido pela PCP e pela CDU nas últimas eleições legislativas, tenham pesado de forma considerável elementos conjunturais particularmente desfavoráveis (não verificados nas eleições de 1999), com a agravante do seu encadeamento num curto de espaço de tempo, designadamente:

– a súbita convocação de eleições legislativas antecipadas (provocada pela demissão de António Guterres) numa conjuntura política e de opinião muito marcada, quanto à CDU, pelos variados impactos do seu mau resultado nas autárquicas;

– os danos causados à imagem do PCP, a partir das autárquicas e durante todo o período de pré-campanha das legislativas, por processos de contestação pública e de deturpação das suas orientações por parte de alguns membros do Partido e tendo como principais eixos acusações ao PCP de intolerância e uma predominante responsabilização do PCP pela falta de uma alternativa de esquerda;

– a manifesta animosidade, preconceito e parcialidade que marcam a cobertura da pré-campanha e da campanha da CDU por grande parte dos «media», provocando visões distor-

cidas da mensagem, imagem, discurso e propostas eleitorais do PCP;

– a «dinâmica de vitória» protagonizada pelo PSD a partir das autárquicas com o correspondente avolumar do perigo do regresso da direita ao Governo (situação inexistente nas eleições de 1999) e os seus reflexos junto de segmentos do eleitorado da CDU no sentido de uma opção de voto no PS «para derrotar direita» (enquanto o eleitorado do CDS não terá sofrido uma equivalente pressão para votar PSD porque este era dado como «força ganhadora»).

6. De acordo com a sua identidade, os seus objectivos e o seu projecto político, o papel do PCP na vida nacional não se resume à concorrência a eleições e à correspondente representação e intervenção nas instituições que são porém, no quadro do regime democrático que o PCP ajudou decisivamente a fundar, um dos elementos essenciais para a prossecução do seu projecto político e para a intervenção transformadora que lhe é inerente.

Neste sentido, seria negativo que a legítima inquietação e o necessário inconformismo com os maus resultados eleitorais do PCP conduzissem a transformá-los no exclusivo critério de avaliação da acção, papel e intervenção do Partido na sociedade portuguesa.

Entretanto, é indiscutível que a grave quebra de influência eleitoral sofrida pelo PCP tem consequências muito negativas sobre o conjunto da sua actividade, luta, intervenção e capacidade de atracção, pelo que, a par das suas outras importantes responsabilidades nacionais, a recuperação e o reforço da sua influência eleitoral tem de ser inscrito como uma séria preocupação e como um dos objectivos de enorme importância para o presente e o futuro do PCP.

### III

## Orientação e acção políticas do PCP desde o XVI Congresso

1. Importando examinar atentamente a orientação e acção políticas do PCP desde o XVI Congresso (Dezembro de 2000) considera-se que, globalmente e sem prejuízo de limitações e insuficiências, corresponderam às grandes orientações aprovadas no XVI Congresso. A este propósito, deve recordar-se que, quanto a caracterizações essenciais sobre a política do Governo do PS, quanto à política de alianças e atitude do PCP face ao PS e quanto a linhas de acção no quadro da luta por uma alternativa de esquerda, o XVI Congresso não modificou, em nenhum aspecto relevante, as análises estabelecidas no XV Congresso (Dezembro de 1996).

2. É também de recordar que a atitude e orientação do PCP face aos Governos do PS, e designadamente o seu posicionamento como oposição de esquerda (articulado com um sério empenho construtivo na aprovação de todas as propostas e medidas positivas), foi definida pelo Comité Central do PCP, na sequência da apresentação dos respectivos programas de governo, nas suas reuniões de 8.12.95 e 20 e 21.11.1999, constando de comunicados então aprovados por unanimidade. De referir ainda, de forma crítica, que nem nos momentos cruciais da formação dos seus Governos nem em qualquer outro momento ao longo dos seus seis anos de governação, jamais o PS manifestou qualquer abertura ou disponibilidade para um diálogo e exame globais com o PCP sobre a política e as soluções governativas necessárias ao país.

3. No respeito pelas orientações do XVI Congresso, o PCP prosseguiu em 2001 uma acção política geral caracterizada pela crítica a eixos essenciais da política do PS e à sua continuada conver-

gência ou coincidência com a direita em questões estruturantes; pelo combate às propostas e pressões do PSD e do CDS-PP; pelo esforço para alargar o apoio popular a propostas, reivindicações e medidas inseridas numa política de esquerda; e pela abertura para, como veio a acontecer em vários casos, embora por vezes de alcance limitado, convergir com o PS na aprovação do rendimento mínimo garantido ou viabilização de propostas positivas, como aconteceu, designadamente, na aprovação da reforma fiscal e da Lei de Bases da Segurança Social.

4. Ao mesmo tempo, considera-se indispensável ter em conta, como elemento nuclear e factor condicionante de toda a evolução da situação política em 2001, que o PS, rendendo-se a chantagens do PSD e a pressões do grande capital, assumiu então uma mais acentuada viragem à direita que ficou indiscutivelmente expressa na orientação e características da remodelação governamental de Junho. Esta viragem expressou-se também claramente na solene apresentação do programa dito de «contenção da despesa pública» (de facto apostado na drástica contenção dos salários) explicitamente destinado a configurar o Orçamento do Estado para 2002; no anúncio de graves recuos na reforma fiscal, cedendo designadamente à campanha contra a tributação das mais-valias bolsistas.

5. É ainda de sublinhar que criticando e combatendo vivamente esta acentuada viragem à direita, o PCP muitas vezes advertiu para que as cedências do PS à direita não retirariam a este espaço político de capitalização de descontentamento e que a sujeição do PS às pressões do poder económico não impediriam este de vir a



fazer outras apostas políticas e eleitorais, quando e se o considerassem mais conveniente para os seus interesses.

6. Embora com as condicionantes da necessariamente prolongada e exigente preparação das eleições autárquicas de Dezembro e num quadro geral que inclui lacunas, desacertos e insuficiências, o PCP desenvolveu em 2001, no plano nacional, regional e local, assim como na emigração, uma intensa e diversificada actividade sustentada na generosa intervenção de milhares de membros do Partido.

No plano nacional, são de destacar designadamente a manutenção de uma elevada contribuição dos comunistas para a intervenção e luta das organizações e movimentos sociais; a qualificada e combativa intervenção do seu Grupo Parlamentar, traduzida nomeadamente na apresentação e aprovação de importantes projectos de lei e em outras relevantes iniciativas como a interpegação sobre serviços públicos e o debate sobre a reestruturação fundiária na zona do Alqueva; a destacada intervenção dos deputados do PCP no Parlamento Europeu em defesa dos interesses nacionais; o renovado êxito da 25.ª edição da Festa do «Avante!»; as numerosas acções de esclarecimento e iniciativas

de reflexão sobre candentes problemas nacionais; os elementos positivos registados no quadro da preparação das autárquicas, nomeadamente quanto ao número de órgãos a que a CDU conseguiu concorrer e quanto ao rejuvenescimento e alargamento unitário das listas da CDU (do total de candidatos às Câmaras Municipais e Assembleias Municipais 35% tinham menos de 40 anos e 40% eram independentes); a campanha nacional das «100 mil assinaturas por melhores salários», que propiciou um amplo contacto directo com os trabalhadores e outras camadas da população, que permitiu recolher 200 mil assinaturas em torno dessa reivindicação.

7. Nestes termos, considera-se que as tentativas de responsabilização do PCP pela não concretização de uma alternativa de esquerda, que significasse a adopção de uma política de esquerda e não a rendição do PCP a políticas inaceitáveis, correspondem de facto a ignorar e absolver as responsabilidades determinantes do PS pelo desperdício da oportunidade criada após 10 anos de governos de direita, pela existência desde 1995 de uma folgada maioria numérica de deputados comunistas e socialistas na Assembleia da República.

## IV

# Dinamizar e reforçar a iniciativa e a intervenção partidária

Tendo em conta as questões que a actual situação nacional e internacional, em particular o novo quadro político, colocam ao Partido, a Conferência Nacional aponta linhas prioritárias para o reforço da intervenção e influência do Partido, no plano da luta de massas, na intervenção e iniciativa políticas, na acção institucional e no reforço da organização e da coesão do Partido.

1. A luta de massas é a forma essencial e mais eficaz de fazer frente à política de direita e de contribuir para a formação da consciência de classe e política. A luta de massas, no quadro do exercício dos direitos democráticos e como expressão da vontade popular, é um legítimo direito constitucional, como o é a acção nos e junto dos órgãos do poder.

A luta de massas, da classe operária, dos trabalhadores, dos agricultores, da juventude, das mulheres, dos intelectuais, dos micro, pequenos e médios empresários, dos reformados e pensionistas, de todas as classes e camadas sociais feridas nos seus interesses e aspirações pela política de direita, será determinante não só para a defesa dos seus interesses vitais, mas também para acelerar a compreensão da verdadeira política do governo PSD/CDS-PP e para atrair a essa luta sectores e partidos democráticos. A dinamização dos movimentos de massas e das iniciativas e acções populares é de importância fundamental.

Na situação actual e tendo em consideração as linhas de ataque do Governo PSD/CDS-PP, destacam-se como objectivos da acção de massas a exigir uma intervenção convergente: a defesa e aprofundamento dos direitos dos trabalhadores; a defesa do aparelho produtivo e dos postos de trabalho; a melhoria dos salários e do poder de compra; a defesa e desenvolvimento das funções sociais do Estado e dos serviços públicos – sistema público da segurança social, serviço nacional de saúde, ensino público, serviço público de comunicação social, propriedade pública e papel do Estado nos sectores dos transportes, das águas e saneamento, da energia e comunicações – e a defesa do regime democrático contra as novas operações que visam pô-lo em causa. A luta pela paz e as acções de solidariedade internacio-

nalista são outras importantes linhas de intervenção a fortalecer e desenvolver.

2. A acção e a intervenção do PCP nas diferentes áreas da vida nacional são determinantes para a defesa consequente dos interesses das massas populares.

Privilegiando o desenvolvimento da acção de massas, intervindo para assegurar o carácter unitário e uma justa orientação dessas acções, dinamizando o trabalho e iniciativas unitárias, o Partido não pode, nem deve limitar-se a contribuir para essas acções. Sempre que possível, o PCP deverá assumir de forma explícita o seu papel dinamizador nas acções de justa reivindicação e na organização e apoio ao desenvolvimento dos movimentos de massas. No desenvolvimento da acção de massas, o PCP não só deverá ser determinante, como não pode, nem deve diluir-se, nem apagar-se nessas acções.

É pela intervenção política própria do Partido – com as suas propostas, os seus projectos, as suas contribuições para a solução dos problemas nacionais, afirmando-se como Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, mas assumindo-se igualmente como defensor de todas as camadas vítimas da política de direita – que o Partido poderá alargar a sua influência orgânica, política e eleitoral.

Urge dar continuidade e reforçar a acção e iniciativa própria do Partido demonstrando o valor do seu projecto, divulgando e afirmando as suas propostas, reforçando a ligação às realidades concretas, aos trabalhadores e à população em geral.

Assim, no quadro da sua iniciativa política própria, articulada com a acção institucional, a Conferência Nacional decide lançar e concretizar até ao final do próximo ano a acção «Em movimento, por um Portugal com futuro», integrando diversificadas iniciativas de esclarecimento, debate e mobilização sobre diferentes problemas e questões da realidade nacional, com o sentido geral de resistir à política de direita e afirmar que os problemas com que o povo português e Portugal se confrontam podem ter solução, que é possível um país mais desenvolvido e mais justo, com a participação popular e uma política alternativa. Inseridas nesta acção, apontam-se desde já as seguintes iniciativas:



– uma grande acção nacional de esclarecimento, mobilização e luta dos trabalhadores, jovens, reformados e pensionistas em torno da defesa do sistema público da segurança social sob o lema «segurança social pública e solidária é de todos, privada é só de alguns»;

– a iniciativa «Investigação e desenvolvimento para o futuro do país» centrada na avaliação da situação, na denúncia da actual política de fragilização das estruturas de investigação e na aposta fundamental que é preciso fazer nas capacidades dos cientistas e investigadores nacionais, dando-lhes condições e estímulos, mobilizando o seu contributo para a definição e concretização de um verdadeiro projecto de desenvolvimento nacional;

– uma iniciativa sobre a Administração Pública, visando recolher e divulgar contribuições para uma Administração de qualidade ao serviço da população e do país, e para fazer frente à actual ofensiva governamental;

– uma iniciativa sobre a defesa do ensino público, os seus problemas, desafios e responsabilidades;

– uma campanha destinada a alertar para as situações de carência existentes em muitas localidades sobretudo nas zonas do interior, mas também em outras zonas do país, tantas vezes esquecidas e reclamando linhas de apoio ao desenvolvimento, campanha assente numa acção geral do Partido que pretende abranger mil localidades.

Ao mesmo tempo salienta-se a acção junto das populações, a luta e a participação popular, o trabalho no associativismo popular no sentido da sua dinamização, estruturação e desenvolvimento, integrados com o desenvolvimento da acção autárquica como elementos de grande importância para a preparação da Conferência Nacional sobre o PCP e o Poder Local, já decidida pelo Comité Central para início do próximo ano, e cujo êxito depende da concretização de um alargado e aprofundado debate prévio em todo o Partido.

3. O papel do Partido, como a grande força política que está em condições de combater sem hesitações a política de direita e de ser o dinamizador da acção de massas contra tal política, toma-se ainda mais importante face à nova ofensiva que se desenvolve contra conquistas democráticas e as condições de vida das massas populares.

A organização do Partido é o instrumento fundamental de ligação aos trabalhadores e às populações. É nessa ligação às massas, fortalecida pelo conhecimento dos problemas, que reside a nossa capacidade de influência política e social. Uma organização forte, actuante e com iniciativa é indispensável para consolidar e ampliar a influência social, política e eleitoral. É a organização que dá força material às nossas ideias, propostas e objectivos. A organização é inseparável da natureza e dos objectivos de luta e transformação social e do projecto revolucionário do PCP.

A importância da organização partidária que temos é inegável, sendo necessário valorizar, entre outros aspectos, o esforço de milhares de membros do Partido que, com a sua militância e inserção na vida partidária, asseguram uma permanente intervenção do Partido, a capacidade de atrair ao Partido novos membros e a realização de um importante número de iniciativas. É, no entanto, necessário assinalar a continuação e em alguns casos a acentuação de debilidades e deficiências que se torna necessário ultrapassar, nomeadamente no plano da estruturação orgânica, de direcção e quadros, da integração dos militantes, da iniciativa política e do estudo e formação política e ideológica que impedem o aproveitamento de potencialidades para alargar a influência do Partido. A todos os problemas políticos e de organização já anteriormente apurados, acrescentou-se nos últimos tempos a acção fraccionária de alguns membros do Partido, que à margem e em confronto com os princípios de funcionamento do Partido, contribuem para a deformação da sua imagem pública e tentam desagregar o seu funcionamento.

4. Os princípios de funcionamento do Partido, a coesão e a democracia interna são questões essenciais para o Partido. A co-

são do Partido é um elemento fundamental sem o qual toda a intervenção e força do Partido é afectada. O PCP tem princípios de funcionamento decididos democraticamente pelo colectivo partidário. Cada pessoa, quando decide aderir ao Partido, acto livre e voluntário, assume um conjunto de direitos e deveres que, com os objectivos de luta, são um compromisso fundamental inerente à condição de membro do Partido. A organização do Partido, baseada no funcionamento decidido colectivamente, faz a diferença entre um conjunto de indivíduos isolados e dispersos e uma força organizada composta por militantes com as suas opiniões próprias, mas unidos na aplicação das orientações resultantes do apuramento colectivo e actuando segundo as regras democraticamente decididas pelo colectivo partidário.

A organização e os princípios de funcionamento alicerçados no reforço da democracia interna são pilares essenciais da força do Partido, como elementos base para a intervenção, para a ligação às massas e para o alargamento da influência do Partido, mas também, e em primeiro lugar, como elemento agregador e mobilizador dos militantes do Partido.

A democracia interna, como característica essencial do funcionamento do PCP, não se define apenas pelas suas normas estatutárias, mas fundamentalmente como prática concreta da actividade partidária livremente assumida e tendo como pressuposto basililar a rejeição da sobreposição de posições individuais ou de grupo contrapostas ao pensamento, às decisões e à acção colectivas. A dinamização das assembleias das organizações, os debates temáticos, a realização regular de plenários de cada organização, a melhoria da informação interna e os espaços de participação no «Avante!» são elementos a valorizar com vista ao aprofundamento da democracia interna.

Só no quadro da coesão do Partido, do cumprimento das suas normas e princípios de funcionamento baseados no desenvolvimento criativo do centralismo democrático e consagrados nos Estatutos, alicerçados na vontade e no querer dos militantes, será possível encontrar soluções para ultrapassar os muitos problemas que se colocam à organização partidária.

5. É preciso ter consciência de que não há resultados fáceis no trabalho de organização. A primeira questão que se coloca hoje aos comunistas é a necessidade de manterem o ânimo revolucionário e compreenderem as condições simultaneamente exigentes e difíceis em que lutam, para não soçobrem perante as dificuldades e resistirem às campanhas sistemáticas para pôr em causa a imagem e as perspectivas do Partido e os próprios ideais do socialismo, com o fim de abalar o ânimo e a confiança dos quadros e militantes do Partido. É igualmente indispensável haver em cada militante e organização a consciência do papel decisivo da organização enquanto instrumento de acção política e do trabalho persistente necessário para a manter e reforçar.

Passado pouco mais de um ano e meio sobre o XVI Congresso, cujas conclusões para o reforço do Partido, dado o calendário político a que estivemos submetidos com eleições sucessivas, em grande medida não foi possível levar à prática, impõe-se na hora actual uma forte dinâmica para a sua concretização. Tendo em conta o papel insubstituível do PCP, coloca-se a necessidade de promover um movimento geral de reforço do Partido concretizando as conclusões aprovadas pelo XVI Congresso a desenvolver sob o lema «Sim, é possível! Um PCP mais forte». Este movimento é concebido como um esforço global aos vários níveis e áreas de intervenção a concretizar até ao final de 2003.

Considerando as orientações definidas, o debate já realizado e o papel central da organização do Partido, são apontadas as seguintes medidas:

– o estímulo à iniciativa própria da organização e dos militantes. O Partido é em cada local – de trabalho ou de residência – aquilo que o conjunto dos seus militantes consigam que seja, inserido no funcionamento do colectivo partidário. É da acção e iniciativa con-



creta de cada organização que depende a afirmação do Partido e a sua capacidade de intervenção sobre os problemas. Neste contexto, o contacto directo com as populações e os trabalhadores, as acções de informação, de propaganda e de esclarecimento são elementos essenciais na natural presença e afirmação do Partido e na sua acção nos locais de trabalho e de residência, para cuja concretização é necessário considerar os meios adequados;

– a realização de assembleias das organizações, dando prioridade às organizações de base, visando a dinamização da acção partidária, a avaliação e definição do trabalho, a intervenção sobre os problemas concretos, o debate colectivo e a eleição dos respectivos organismos. Define-se como objectivo a realização de assembleias de todas as organizações de base, que as não tenham realizado no último ano, até ao fim do primeiro semestre de 2003. De modo a valorizar as assembleias e a divulgar experiências será criado no «Avante!» durante esta acção um espaço noticioso específico;

– o lançamento de uma acção em toda a organização partidária para a aceleração do esclarecimento da situação dos membros do Partido, visando integrar aqueles que querem continuar ou restabelecer a sua ligação com o Partido e aproximar os efectivos contabilizados da realidade partidária, destacando quadros, quando necessário, para este trabalho e promovendo a avaliação de resultados. Tal acção visa contribuir para a integração de cada militante numa organização e num organismo e comporta também o objectivo de actualizar os dados de cada membro do Partido de modo a permitir melhorar a informação e o contacto. Para isso, é necessário encontrar formas diversificadas, baseadas em primeiro lugar na participação em reuniões, mas também na via postal e na utilização da Internet, designadamente do correio electrónico (beneficiando das suas vantagens sem contudo cair em soluções que discriminem os membros do Partido em função do acesso);

– a realização, a par do esforço para a integração de cada militante num organismo do Partido, de um plenário regular de cada organização (de preferência mensal), no plano das organizações de base, como espaço de participação e debate político de todos os membros do Partido da respectiva organização, promovendo assim a participação dos militantes e aprofundando a democracia interna;

– o reforço da militância, o alargamento do núcleo activo, o rejuvenescimento de organismos, o aumento do número de camaradas com tarefas e responsabilidades regulares, uma maior ligação e integração dos membros do Partido e uma mais larga responsabilização de quadros. A elevação da militância é condição para o reforço da capacidade e afirmação do Partido e de resposta pronta aos problemas que a situação política internacional e nacional e as questões locais nos colocam e é inseparável da estruturação do Partido, do esforço para promover um maior aproveitamento das energias e capacidades do colectivo partidário e das características e disponibilidades de cada militante. O desenvolvimento do trabalho colectivo e da política de quadros nele sustentada deve constituir uma permanente preocupação. Simultaneamente é necessário dar novos passos para reforçar e rejuvenescer o núcleo de funcionários do Partido;

– o lançamento de uma campanha de recrutamento de 2000 novos militantes até à Festa do «Avante!» de 2003, dando continuidade à campanha anteriormente realizada, devendo ser dada particular atenção ao recrutamento nos locais de trabalho e em zonas onde a organização é mais débil e à integração de cada militante. O recrutamento e responsabilização de jovens, sobretudo em organizações onde se verifica a sua menor presença, é uma tarefa prioritária;

– o prosseguimento e a intensificação da acção de reforço da organização e intervenção do Partido junto da classe operária e dos trabalhadores em geral, levando à prática o plano de trabalho definido com o objectivo nacional de assegurar a existência de trabalho organizado do Partido nas empresas e locais de trabalho com

mais de mil trabalhadores e/ou de importância estratégica, entre outros objectivos regionais e sectoriais de enraizamento partidário e de criação e dinamização de células, inserindo nesta acção a preparação do Encontro Nacional do Partido com este objectivo marcado para 19 e 20 de Outubro deste ano;

– o desenvolvimento do trabalho com diversas camadas e sectores sociais, designadamente a juventude, os intelectuais e quadros técnicos, os micro, pequenos e médios empresários e os reformados e pensionistas. Uma maior atenção e aprofundamento das questões da juventude e o apoio das organizações partidárias à JCP e à realização do seu VII Congresso; a definição de medidas e iniciativas voltadas para o reforço da acção junto dos quadros técnicos e intelectuais, tendo em conta, designadamente, o seu papel e crescente assalariamento; e dos micro, pequenos e médios empresários e a concretização das linhas definidas pelo Comité Central para o trabalho na área dos reformados e pensionistas – são algumas das questões que se colocam. É necessário considerar igualmente medidas para o reforço da acção visando a participação das mulheres em plena igualdade e o desenvolvimento do trabalho junto dos pequenos e médios agricultores, dos pescadores, dos deficientes e dos imigrantes;

– a consideração da formação política e ideológica como um imperativo permanente. A afirmação do Partido e do projecto comunista na actualidade passa por uma maior exigência na preparação política e ideológica dos seus quadros e militantes, designadamente no conhecimento da base teórica do Partido – o marxismo-leninismo –, dos seus Estatutos e Programa, o que torna mais necessária a formação de base e a actualização permanente para todos os quadros do Partido e da JCP, através do estudo individual, do debate e da implementação de cursos e outras iniciativas para o efeito. A dinamização da actividade editorial e de «O Militante» como revista dirigida aos militantes do Partido sobre questões ideológicas e de organização, designadamente com o desenvolvimento de mesas-redondas e outras iniciativas, é também uma componente importante da preparação e formação política e ideológica;

– a intensificação da informação do Partido, da sua actividade de propaganda e o reforço dos meios com esse objectivo. O desenvolvimento de uma persistente e continuada acção de informação e propaganda a nível central, regional e local, recriando estruturas e dinamizando as existentes, assegurando uma melhoria da mensagem do Partido, nomeadamente ao nível dos materiais e iniciativas, e promovendo uma reflexão mais sistemática sobre as questões relativas à imagem do Partido. A promoção da difusão da imprensa do Partido, o alargamento das redes de distribuição e venda, as acções de venda na rua e o lançamento de uma campanha nacional de difusão do «Avante!» com início na Festa do «Avante!» de 2002 até ao 1.º de Maio de 2003 com o objectivo de aumentar a venda em 2000 exemplares. Estas são algumas das medidas a tomar a que se deve associar o desenvolvimento do sítio Internet do PCP, a dinamização da edição electrónica do «Avante!» e a maior regularidade de espaços do «Avante!» destinados à participação dos membros do Partido;

– o aumento das receitas próprias do Partido dando particular relevância à valorização do pagamento da quotização de cada militante, enquanto contributo para a actividade partidária e garantia da independência da orientação e posicionamento do Partido, apontando para o aumento do valor das quotas e adoptando os sistemas necessários para o seu pagamento.

No plano da análise e medidas sobre aspectos da organização partidária, é necessário também prosseguir o exame de questões como as das áreas de menor influência, da afectação de quadros e meios financeiros e das soluções de estrutura e ligação regional, bem como outros aspectos do trabalho de direcção.

Sem iludir nem subestimar as condições difíceis em que o Partido desenvolve hoje a sua actividade, com uma acção baseada na militância, no esforço e na criatividade de muitos milhares de



comunistas, o Partido está em condições para empreender com audácia e confiança a melhoria da sua organização e intervenção, condição para o reforço da sua influência. O movimento geral de reforço do Partido exige uma grande tensão de esforços na prossecução dos objectivos, a mobilização de energias do colectivo partidário e a participação e responsabilização de cada membro do Partido na acção partidária, como organizador e mobilizador de uma mais forte e audaciosa intervenção do Partido na sociedade portuguesa.

6. A par das medidas de reforço orgânico, torna-se necessário aprofundar a reflexão e análise sobre importantes questões da realidade actual, que são muito relevantes para a intervenção do Partido. Não esgotando as matérias a submeter a exame, reflexão e análise, considera-se que merecem particular atenção nos próximos tempos as seguintes: a realidade económica do capitalismo e

suas tendências e perspectivas de evolução, a globalização capitalista e o imperialismo actual; a União Europeia, sua evolução, a Europa pela qual lutamos e os interesses de Portugal; a estrutura socioeconómica do país; o regime democrático português, evolução, empobrecimento, realidade actual, novas ameaças, defesa e aprofundamento da democracia; a comunicação social, os condicionamentos culturais e políticos e a luta ideológica; os mecanismos de dominação de classe na época actual e o papel dos média; a estrutura de classes e a realidade social portuguesa; os movimentos de massas, as lutas de massas e novos aspectos no seu desenvolvimento; a ruptura com a política de direita, o projecto de desenvolvimento nacional de que Portugal precisa.

Estas são algumas das matérias que exigem exame, reflexão e análise e cujo avanço operativo, de acordo com as prioridades, e beneficiando da contribuição dos membros do Partido, é necessário organizar.

## V PCP

### Uma força com futuro

1. A conjuntura política nacional e internacional e o tempo histórico que vivemos exigem um PCP empenhado em revivificar e renovar, no estudo, na teoria e na acção, a afirmação da sua real identidade e verdadeiro projecto político, capaz de escutar, compreender e oferecer respostas e opções para o movimento, ainda que contraditório e complexo, de ideias, interrogações e aspirações que se manifestam na sociedade portuguesa. Exigem um PCP mais forte e capaz de melhor influenciar e fazer avançar a luta por grandes causas de justiça social, de progresso e desenvolvimento nacionais, de valorização do trabalho e dos trabalhadores, de fortalecimento da democracia e da intervenção dos cidadãos, de solidariedade e generosidade colectivas. Exigem um PCP protagonista activo, sensível e firme na resistência a tudo quanto ofende a dignidade humana e sacrifica os interesses do povo e do país em benefício dos privilégios dos poderosos e na construção colectiva de caminhos e horizontes à altura das necessidades e desafios que Portugal enfrenta nesta entrada do terceiro milénio.

2. Os problemas e dificuldades que o Partido enfrenta seguramente dispensam e desaconselham atitudes de auto-satisfação, de rotina, de acomodação ou resignação que, além do mais, seriam alheias e contrárias ao melhor património de intervenção e a elementos essenciais da cultura política dos comunistas portugueses. Mas dispensam e desaconselham igualmente a tentação de reclamar respostas simples e milagrosas para problemas complexos, como, por exemplo, a presença de acções e mensagens do Partido na comunicação social ou os seus resultados eleitorais; uma visão do Partido como se fosse, ou pudesse ser, uma entidade onisciente e onipotente; o esquematismo de decretar que onde há fracassos e derrotas é porque, automaticamente e sem excepção, houve erros de orientação; o esquecimento ou minimização, nos momentos mais difíceis, do imenso trabalho e valiosa intervenção, seguramente insuficientes e não isentos de defeitos e erros, realmente desenvolvidos pelo PCP.

3. O caminho para a superação das dificuldades e desafios que o Partido enfrenta reclama serenidade, maturidade e sentido da responsabilidade, espírito crítico e autocrítico, audácia, inovação, determinação e firmeza política e ideológica, uma vasta mobilização de energias, vontades e capacidades existentes no colectivo partidário, uma vivência do Partido não como uma entidade abstracta ou sacralizada mas como uma construção colectiva e um ine-

vitavelmente imperfeito empreendimento humano, uma reflexão criadora alimentada pela acção e o confronto directo com a realidade, uma valorização e potenciação do papel insubstituível que o PCP desempenha – e está em condições de continuar a desempenhar – na vida nacional.

4. A Conferência Nacional sublinha com clareza a indispensabilidade, reforçada no actual contexto da vida partidária, do restabelecimento, de preferência por atitude voluntária de membros do Partido, dos laços de fraternidade, de solidariedade, de lealdade e a inserção das legítimas opiniões individuais na reflexão e trabalho colectivo que, constituindo um imperativo ético e político decorrente dos Estatutos que todos os membros do Partido, podendo manter discordâncias, se comprometeram a aceitar. O respeito por estes princípios é ainda uma condição essencial para a coesão e unidade do Partido, para a sua afirmação na vida nacional e para a intervenção solidária dos comunistas na sociedade portuguesa.

5. Sem a pretensão de que as suas conclusões possam corresponder a todos os anseios, preocupações, opiniões e posições que, de forma muito diversificada, se expressaram no debate preparatório e sem prejuízo de uma reflexão colectiva que importa prosseguir e aprofundar no curso normal da vida democrática interna do Partido, a Conferência Nacional lança um vivo, sentido e forte apelo a todos os membros do Partido para que, pela sua opinião, trabalho e acção, se empenhem na concretização das linhas de orientação e de trabalho que, resultando do debate democrático realizado e da vontade democraticamente manifestada pelo colectivo partidário, se afiguram no momento actual como as mais adequadas, correctas e urgentes.

6. Uma maior e mais activa intervenção e responsabilização de todos os militantes pela vida do Partido e pela afirmação dos seus projectos e valores é indispensável para que o PCP possa ultrapassar dificuldades, reforçar a sua intervenção e influência e estar à altura das suas responsabilidades como o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, como força essencial e fundadora da democracia portuguesa, como força impulsionadora da luta contra a política de direita e pela futura construção de uma alternativa de esquerda, como força coerentemente vinculada à luta por uma democracia avançada e pelo socialismo consagrados no seu Programa, como uma força revolucionária com causas e convicções, uma força com futuro.



## Ataques à família

Críticas dos partidos mais à esquerda do espectro parlamentar marcaram o debate do projecto de lei de bases da família apresentado pelo CDS/PP. O texto, no fundamental, corresponde à reedição de um projecto já anteriormente viabilizado (na altura pelo PS), mas cujo processo legislativo foi interrompido com a convocação das eleições legislativas. Entre os aspectos mais criticados no diploma esteve sobretudo o artigo referente à protecção da criança, onde o CDS/PP propõe que cabe ao Estado assegurar a «protecção e o desenvolvimento da criança antes e depois do seu nascimento». Uma disposição interpretada como podendo ser uma forma indirecta de atacar a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG). Nesse sentido se pronunciaram quer o BE quer o PCP, com Bernardino Soares, líder da bancada comunista, a admitir que «à boleia do projecto o CDS/PP está a tentar tirar conclusões para outras matérias, nomeadamente para a IVG». Criticado pelo PCP foi ainda o carácter «paternalista» do projecto, considerando que avança «com uma concepção redutora das famílias», baseada «na família tradicional», sem atender à diversidade hoje existente.

## Educação sexual

Cumpra-se a legislação vigente em matéria de educação sexual, planeamento familiar e saúde reprodutiva. Esta a exigência reiterada pelo Grupo Parlamentar do PCP, na passada semana, no Parlamento. O actual panorama do País – no topo das estatísticas europeias da gravidez adolescente e do aborto clandestino – não decorre de um vazio legal mas sim de um «vazio de acção», considerou o deputado comunista Bruno Dias, para quem o problema tem estado sobretudo na ausência de vontade política de sucessivos governos. Estava-se num debate sobre um diploma do BE visando o reforço de medidas para a educação sexual nas escolas. Que suscitou as críticas do PSD e do CDS/PP, numa reacção retrógrada, sob o argumento de que cabe à família o papel determinante nas opções educacionais dos jovens. Para o PCP – que foi pioneiro na apresentação de iniciativas legislativas que vieram dar forma material ao corpo legislativo existente nesta matéria –, embora susceptível de aperfeiçoamento, a Lei já prevê a constituição de gabinetes de apoio. Por isso, como sublinhou Bruno Dias, sem deixar de reconhecer legitimidade à iniciativa agora em debate, o que importa é que a Lei se cumpra, e «de uma vez por todas».

## PCP apresenta novo modelo sobre gestão dos serviços hospitalares

# Por mais qualidade e eficácia

**A gestão pública no Serviço Nacional de Saúde pode e deve ser melhorada. Motivado por essa convicção, o PCP acaba de dar um valioso contributo nesse sentido através da apresentação de um projecto de lei sobre a gestão dos serviços hospitalares.**

Com esta iniciativa legislativa, entregue no Parlamento na passada semana, a bancada comunista materializa simultaneamente uma alternativa às propostas e à política do Governo para a área da saúde.

No seu articulado, em síntese, o diploma consagra a adopção de um conjunto de mecanismos de administração e gestão democrática determinados na sua essência por princípios de equidade entre os centros de saúde, os hospitais e os sistemas locais de saúde.

De entre as medidas preconizadas pela bancada comunista, algumas delas de conteúdo verdadeiramente inovador, realce, por exemplo, para a que prevê o concurso como método de selecção para as equipas de gestão, de acordo com critérios de competência.

Pautar a gestão em obediência a uma programa concreto de actividade e produção, a todo o tempo fiscalizável, constitui outra das propostas do Grupo comunista, para quem é igualmente fundamental uma correcta articulação e coordenação entre os diferentes níveis de cuidados prestados no sistema local de saúde (hospitais e centros de saúde de uma dada área),

com vista à maximizar a utilização de todos os recursos públicos instalados.

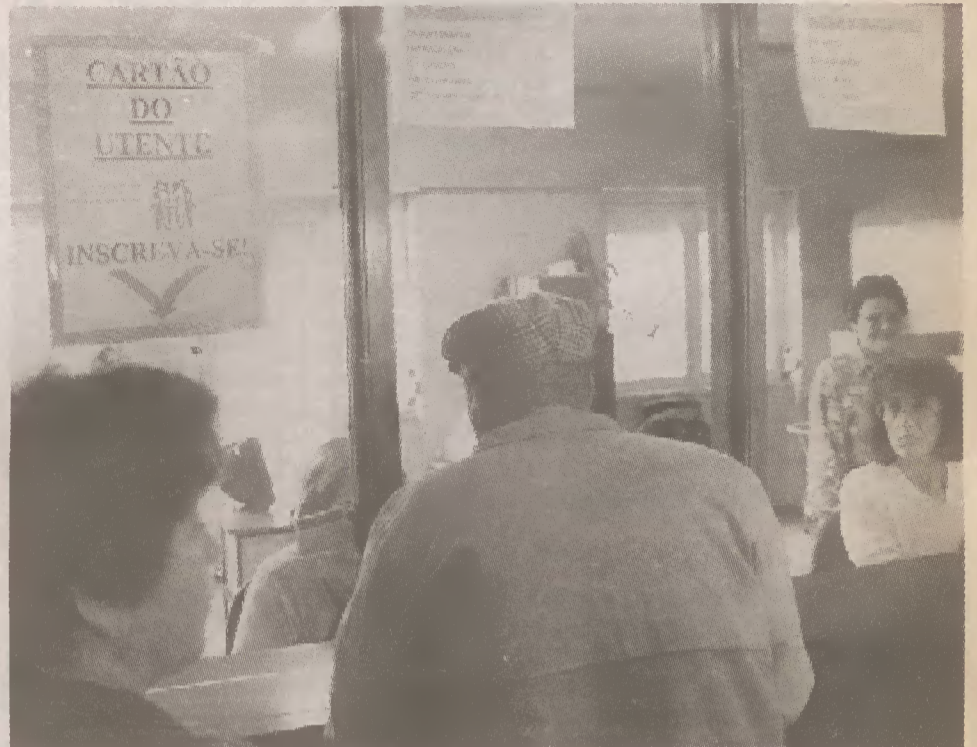
### Garantir o concurso como método de selecção das administrações hospitalares

«A definição da qualidade dos serviços de saúde como um objectivo de desenvolvimento contínuo sujeito a uma avaliação sistemática», surge ainda como outro

importante princípio vertido no diploma, no qual se defende, por outro lado, o «desenvolvimento de uma política de estímulos aos serviços e aos profissionais do SNS, tendo como objectivo a prestação de cuidados de saúde com melhor qualidade e com maior eficácia».

Os mecanismos jurídicos de gestão devem igualmente ser adequados e eficientes, privilegiando a autonomia regrada da gestão das instituições, no entender do PCP, que defende ao mesmo tempo uma verdadeira autonomia para os centros de saúde, pondo termo à burocratizada situação existente.

Não menos importante são os dispositivos previstos no diploma que consagram o princípio de que as populações têm uma palavra a dizer na gestão das instituições, designadamente através das autarquias nos sistemas locais de saúde e da participação dos utentes a todos os níveis.



São os governos os responsáveis pelos erros de gestão e funcionamento dos serviços de saúde públicos

## Não à privatização da Saúde

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de ser responsável, como os seus antecessores, pela degradação dos serviços públicos de saúde. Com um único fito: o de privatizar a gestão das unidades de saúde, designadamente dos hospitais. Que estará tanto mais facilitada, na perspectiva do Executivo PSD/PP, quanto maior for o grau de degradação dos serviços públicos de saúde.

Ora é a essa grande ofensiva que se opõe o PCP. Que recusa a ideia, veiculada por sucessivos governos e pelos interesses privados do sector, de que gestão pública é sinónimo de ineficiência e desperdício, enquanto, ao contrário, gestão privada é garante de racionalidade e eficiência.

Mostra a experiência caseira e a de outros países que assim não é, como assinalou Bernardino Soares, presidente do Grupo comunista, em conferência de imprensa, citando a propósito o exemplo do hospital Amadora-Sintra.

E, por isso, o que está em causa é a inadequação das regras de funcionamento e gestão dos serviços públicos, das quais têm

resultado evidentes prejuízos para as populações. Por exclusiva responsabilidade dos governos, segundo o líder parlamentar comunista. Que denunciou as nomeações de gestores «num regime em que contam mais critérios de interesse partidário ou outro do que critérios de competência».

E porque «não está escrito em nenhum mandamento da gestão pública que as suas regras têm de ser ineficazes e pouco adequadas às necessidades dos serviços», para Bernardino Soares resulta claro que nada impede o estabelecimento de regras que melhor defendam o interesse público, com «maior agilidade e rapidez», do mesmo modo que não há razões para eternizar o «crónico subfinanciamento» das instituições de saúde», gerador de desperdício nas suas aquisições de bens e serviços. Como não há nada que obrigue – foi ainda Bernardino Soares a lembrá-lo – a que na política de recursos humanos persistam problemas como a escassa formação de profissionais e o congelamento de vagas.

## Rumo errado na construção europeia

Há que assegurar a coesão económica e social e a solidariedade entre Estados-membros no processo de construção europeia. Esta uma das ideias mais enfatizadas no decurso do debate parlamentar sobre o futuro da Europa. Para ela chamou sobretudo a atenção o deputado comunista Honório Novo, faz amanhã uma semana, no dia em que teve início a Cimeira de Sevilha. Numa intervenção fortemente crítica, dirigida ao modelo da chamada «Convenção sobre o Futuro da Europa», convocada pelo Conselho Europeu, o parlamentar do PCP desafiou os representantes da Assembleia da República naquela instância a colocarem a questão da coesão económica e social «no centro do debate».

«Não, não é por acaso que nesta Convenção e na União

Europeia já pouco ou nada se ouve falar de coesão económica e social e Portugal e os portugueses têm que o saber», sublinhou Honório Novo, que não poupou críticas ao modelo adoptado (na Convenção) para a discussão sobre o futuro da Europa, quer no plano da sua composição quer da própria agenda.

«O PCP tinha claramente razão quando afirmou que o modelo da Convenção – na sequência da experiência já usada com os mesmos efeitos perversos para a chamada Carta dos Direitos Fundamentais – não alargaria a discussão, não permitiria a controvérsia, não colheria opiniões diferentes do que é a convergência do pensamento único europeu», sustentou o deputado do PCP, exemplificando, a propósito,

numa alusão ao caso português, com o facto de apenas o PSD e o PS – que não têm diferenças em questões relevantes sobre a evolução da estrutura política institucional da União Europeia – estarem representados na referida Convenção.

Quanto à agenda da Convenção, segundo Honório Novo, o problema reside nos temas nela inscritos. Que reflectem, observou, as preocupações dos países mais fortes e dos interesses neoliberais e geoestratégicos mas não os interesses dos povos.

Só isso explica que da agenda estejam ausentes matérias tão importantes como, especificou, o crescente distanciamento dos povos pela integração europeia, a questão da simplificação dos tratados, a situação da pseudo-independên-

cia do Banco Central Europeu, a alteração do Pacto de Estabilidade e Crescimento, o processo de globalização, o apoio aos países pobres ou ainda a adopção de outras

políticas concretas em áreas como a economia, os direitos sociais, o ambiente, o direito ao emprego, a qualidade de vida, o combate à pobreza e à exclusão.

## Inquérito avança

Depois de o PS, PCP e BE terem acordado em fundir os seus três pedidos de inquérito parlamentar, também as bancadas da maioria que suporta o Governo (PSD e CDS/PP) deram o seu aval a um texto comum para a constituição de uma comissão de inquérito sobre as dívidas fiscais do Benfica.

Preconizada pelo Presidente do Parlamento, Mota Amaral, a criação de uma única comissão de inquérito era igualmente a solução

defendida pela bancada comunista. Com o objectivo, como foi dito, de apurar a verdade no que se refere à questão – e só esta, como salientou o deputado Lino de Carvalho – das condições em que o Estado aceitou acções da SAD do Benfica, como garantia de dívidas fiscais de um contribuinte. E, mais especificamente, se tal constitui, ou não, um tratamento de favor em relação a todos os que têm dívidas ao Estado em matéria fiscal.



## Odete Santos em Ovar

Na sequência de mais uma visita ao distrito de Aveiro a deputada do PCP Odete Santos esteve no concelho de Ovar onde participou num encontro com a estrutura sindical do SIEC da Philips, em que os sindicalistas deram conta à deputada Odete Santos do clima de grande instabilidade que se vive na empresa no quadro do processo de cisão em curso ao nível das empresas do grupo Philips. Processo que se traduziu nos últimos meses na eliminação de centenas de postos de trabalho. Face a esta situação, o Grupo Parlamentar do PCP não deixará de intervir ao nível da Assembleia da República procurando questionar o Governo sobre as múltiplas regalias concedidas àquela multinacional.

Odete Santos participou ainda nas comemorações do 36.º aniversário do Hospital de Ovar, que têm lugar num quadro preocupante no qual pairam as mais sérias ameaças ao Serviço Nacional de Saúde universal e gratuito.

## Eleições intercalares

A Comissão Coordenadora de Esmoriz da CDU, depois de analisar os resultados das eleições intercalares de domingo passado, regista uma expressiva vitória da lista independente IPE, num quadro de descida generalizada das restantes forças políticas com excepção da CDU que, apesar de uma ligeira quebra percentual, mantém sensivelmente a sua expressão eleitoral.

Realizaram-se, dia 23, eleições autárquicas intercalares em duas juntas e sete assembleias de freguesia nas regiões Norte, Centro e Sul de Portugal, depois de inviabilizadas as de Dezembro, por diferentes motivos, nas várias localidades. As juntas que foram domingo a votos são Paços de Eixo (Aveiro) e Santana de Carnota (Alenquer).

As assembleias de juntas de freguesia onde se realizou o escrutínio são Eixo, Escudeiros (Braga), Avintes (Vila Nova de Gaia), Castelo Novo (Fundão), Esmoriz (Ovar), Paços de Brandão (Santa Maria da Feira) e Viana do Alentejo.

## Em defesa do mundo rural

A Associação para a Cooperação entre Baldios promove dia 6 de Julho, em Aveiro, na Agrovouga, uma manifestação em defesa do mundo rural.

Em comunicado divulgado à informação, a Associação de baldios sublinha as crescentes dificuldades com que se debate o mundo rural. «Afastam-se as populações rurais do proveito dos recursos naturais, que são seus: da exploração das areias; das águas; da pedra e do saibro; do turismo da natureza e de aldeia ligado ao património construído, paisagístico e natural; das energias alternativas», refere a nota.

O comunicado denuncia o encerramento dos postos de leite, lagares de azeite, alambiques tradicionais, oficinas; a desactivação de postos de correio, transportes públicos, serviços de saúde, serviços florestais; os aumentos de impostos, de combustíveis, de adubos e rações; a baixa do preço, ao produtor do leite, do vinho, da fruta, das hortícolas. E ainda, a revogação da lei da modulação, e a oferta de «mais uns milhões a umas centenas de latifundiários».

## Setúbal vota saída da Secil

A Câmara Municipal de Setúbal aprovou em sessão pública uma moção em que requer que o Governo desenvolva todos os esforços para negociar a saída da cimenteira da Secil da serra da Arrábida.

A moção, aprovada por unanimidade, surge na sequência das declarações do secretário de Estado adjunto e do Ordenamento do Território na Assembleia da República que, em resposta a uma pergunta de «Os Verdes», admitiu a «inevitabilidade» da permanência da Secil no Parque Natural da Arrábida.

A moção, que obteve os votos favoráveis de todos os eleitos da CDU, PS e PSD, refere que tais declarações «revelam conformismo e resignação face a uma situação que requer iniciativa e vontade política para resolver um problema que é reconhecido e premente».

Por outro lado, a moção considera que a permanência da Secil na Arrábida por mais 20 anos – tempo de vida útil previsto para as pedreiras da Secil ao actual ritmo de exploração – corresponde a «uma perda significativa de biodiversidade e a impactes paisagísticos irreparáveis, já hoje bem visíveis».

«O impacto negativo paisagístico previsível provocado pela actividade da Secil, por mais 20 anos, enfraquece a candidatura da Arrábida a Património Natural Mundial», acrescenta a moção, que será enviada ao Presidente da República, Primeiro-Ministro e ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

Saúde pública  
em processo de degradação

# A aposta no privado

**A degradação do sistema de saúde é um problema particularmente sentido pelas populações, que a política actualmente seguida tende ainda a agravar. Simultaneamente os utentes têm vindo a organizar-se, em defesa do Serviço Nacional de Saúde.**

«As vagas abertas para trabalhadores auxiliares e administrativos na área da saúde a nível nacional não cobrem sequer as necessidades de um grande hospital do Porto», denunciou, a semana passada, o presidente do Sindicato da Função Pública do Norte (STFPN), acrescentando que «o número previsto – 3733 vagas – vem confirmar que o Governo vai continuar a utilizar o trabalho precário para satisfazer as necessidades permanentes dos serviços, conforme os sindicatos têm denunciado».

O STFPN lembra mesmo que o despedimento de trabalhadores em fim de contrato irá mesmo aumentar os encargos financeiros, pois o Estado terá de pagar indemnizações aos trabalhadores despedidos e subsídios de desemprego, enquanto os outros trabalhadores que vão entrar ao serviço terão de ser pagos. Ou seja, «a situação de precariedade continuará, penalizando os

trabalhadores, os utentes e o Estado».

### Centros de Saúde em declínio

Em estudo agora divulgado, a CGTP-IN denuncia – com dados na mão – a situação de degradação do sistema de saúde e, em particular, dos Centros de Saúde. E chama a atenção para o facto de os únicos ganhadores desta situação serem os privados.

Assim, segundo este estudo, entre 1990 e 2000, foi reduzida para menos de metade a capacidade de internamentos (passou-se de 3230 camas, em 1990, para 1548 camas, em 1999) nos centros de saúde e muitas valências médicas desapareceram. Algumas das extensões dos centros de saúde foram encerradas e as unidades muitas vezes funcionam com «equipamentos miseráveis».

As consequências deste desinvestimento nos centros

de saúde são visíveis no aumento das urgências (mais 20 por cento de atendimentos em hospitais públicos e particulares) e das consultas hospitalares na década de 90 (mais 3,3 milhões de consultas).

Entretanto, há quem lucre com a situação. Com base em dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o estudo mostra um claro crescimento do sector privado na Saúde durante os anos 90. Setenta milhões de contos são pagos anualmente pelo Estado a privados para realização de exames de diagnóstico.

Uma situação que não se limita aos exames de diagnóstico. O número de pessoas a recorrer às urgências privadas praticamente duplicou e foram sobretudo as clínicas quem viu crescer o número de grandes e médias cirurgias (mais 44 por cento). Nos hospitais este crescimento foi de 25 por cento.

### Em defesa do SNS

Esta degradação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) tem levado, em vários pontos do país, a iniciativas diversas de utentes, reivindicando a melhoria dos serviços.

Entre as múltiplas pequenas iniciativas que

vão tendo lugar – de par das grandes lutas –, de referir, por exemplo, o abaixo-assinado ao Ministro da Saúde, lançado na sequência de um plenário com a população de Vale de Milhaços, reivindicando a construção de uma extensão de saúde nesta localidade da freguesia de Corroios, que tem mais de dez mil habitantes. Registe-se que, devido à escassez de instalações de saúde na freguesia, até já se dão consultas médicas nas instalações anexas à igreja. Na freguesia de Corroios há ainda 12 mil utentes sem médico de família.

Uma situação que se repete em muitos outros pontos do país.

Em Oleiros, a CDU tem vindo a acompanhar a situação do centro de saúde, tendo mesmo promovido a visita da deputada Odete Santos, que reuniu com o director do Centro de Saúde da Feira. Uma reunião de que resultou uma informação que levantou maior descontentamento. A prevista transferência do Centro de Saúde para o Hospital, não implicará qualquer mudança positiva, pois não vai haver mais médicos ou mais meios de diagnóstico. Pelo que a luta, aqui como em muitos outros locais, irá continuar.

Concentração promovida pela CDU exige

## Um Hospital para Loures e Odivelas

A construção de um hospital para Loures e Odivelas continua a ser uma exigência das suas populações. Para a CDU, que desde há muito batalha por este objectivo, este é um assunto que volta a estar na ordem do dia. Não porque em algum momento tenham abrandado as razões que justificam a urgente construção desta unidade hospitalar, mas porque há posições de responsáveis do

Governo que indiciam uma nova e inaceitável tentativa de proceder a mais um adiamento, mantendo a actual situação de impasse.

Um cenário que a CDU rejeita por completo e que a levou a convocar na passada semana uma concentração junto ao terreno, no valor de dois milhões de contos, disponibilizado, para o efeito, durante o mandato anterior, pelo município de Loures.

Perante as dezenas de pessoas que responderam ao apelo, Adão Barata e Natália Santos, vereadores, respectivamente, nas câmaras de Loures e Odivelas, alertaram para a grave situação no plano da saúde existente naqueles dois concelhos, cuja superação, realçaram, é indissociável da construção do hospital.

Mas não só. A dimensão dos problemas requer hoje obrigatoriamente outro tipo

de medidas. Há que fazer, nomeadamente, um «esforço de racionalização do sistema e a plena rentabilização dos recursos instalados e a instalar», como sublinhou Adão Barata, para quem tal desiderato passa «por uma profunda e organizada intervenção na melhoria e adequação dos centros de saúde e respectivas extensões». Por isso também a exigência da CDU de que seja operacionalizado o contrato programa para a construção do Centro de Saúde de Santo António dos Cavaleiros, já rubricado entre a Câmara Municipal de Loures e o Ministério da Saúde.

De acordo com o anúncio feito na concentração, em que foi distribuído um documento aos automobilistas, será posto a circular em breve um abaixo-assinado da população de Loures e Odivelas, a par de outras iniciativas, nomeadamente apresentação de moções nos órgãos autárquicos e criação de uma comissão de personalidades, que a CDU levará a cabo no sentido de pressionar o Governo a responder aos problemas existentes em matéria de Saúde.



Na sequência da concentração (foto) novas acções estão já previstas no sentido de exigir a construção do hospital





## Encerramento do ensino recorrente Vigília em Lisboa

O encerramento do ensino recorrente nocturno em 35 escolas da área da Grande Lisboa está a gerar grande revolta entre alunos e professores. Ontem o protesto assumiu a forma de vigília frente ao Ministério da Educação.

O Ministério da Educação (ME) decidiu, neste final de ano lectivo, o encerramento do ensino recorrente nocturno em 35 escolas da área da Grande Lisboa, prometendo – para mais tarde – alterações ao sistema de ensino, marcado por elevadas taxas de insucesso. Uma decisão tomada sem consultar escolas nem estruturas sindicais.

Ao arpejo desta lógica, denunciada como meramente economicista, os professores defendem a necessidade de alterar primeiro os modelos de formação e reorganizar depois a rede escolar dos cursos nocturnos. Em causa está uma realidade nacional marcada por uma muito baixa escolaridade. 77% da população activa não possui 9 anos de escolaridade e 62,2% tão pouco 6 anos. Segundo previsões da OCDE, 60% da população não terá formação superior em 2015.

Aercesce que a procura dos cursos nocturnos aumentou de 70 000 adultos em 97/98 para 100 000 adultos em 2001/2002.

### Propostas concretas

Escolas e professores têm propostas concretas para ultrapassar esta situação. Na moção aprovada por unanimidade no plenário de escolas da área de Lisboa, no passado dia 11, relembra-se que a FENPROF apresentou ao Ministério da Educação uma proposta aprovada no seu VII Congresso (Março de 2001), defendendo duas opções para o ensino de segunda oportunidade: presencial/grupo-turma e não presencial/progressão mais individualizada. Em ambos os casos com o apoio a todas as disciplinas.

Os professores das 34 escolas em que o ME pretende encerrar os cursos nocturnos, apontam desde já um caminho a seguir.

Como ponto de partida, a suspensão imediata das medidas anunciadas e a definição de novas medidas que visem solucionar a situação existente (abandono e insucesso), com base na avaliação do modelo, nomeadamente com a participação das escolas e das organizações sindicais.

Os professores propõem ainda a institucionalização de modelos mais adaptados aos públicos que procuram o ensino recorrente, a negociação da rede escolar, o respeito pelo direito à estabilidade profissional docente.

Alertam, por outro lado, contra qualquer tentativa de «privatização» desta modalidade de ensino, designadamente pela diminuição da oferta nas escolas públicas.

A vigília que teve ontem lugar frente ao ME é um primeiro passo numa luta, que envolve comunidades educativas e órgãos de gestão das escolas sujeitas a encerramento.

• Sérgio Ribeiro

## Por dois centímetros...

Se a bola saíra do pé do Sérgio Conceição tivesse tido uma trajectória ligeiramente desviada por um golpe de vento e tivesse entrado na baliza coreana, como tudo seria diferente... Teriam bastado dois centímetros. Talvez ainda a bola batesse na trave mas ressaltaria para dentro do alvo e teria feito balouçar a rede e teria feito saltar, dos sofás, das cadeiras e de outros assentos espalhados por todo o País em frente de écrans, milhares de portugueses. Talvez centenas de milhar, ou até milhões. Não todos, não exageremos!, pois conheço bem uma que não o teria feito, e sei de mais. Mas como tudo seria diferente! Ou então, se o Luís Figo, naquele livre à entrada da grande área, em posição frontal, tivesse feito o que já tantas vezes fez e tivesse colocado a bola no canto superior esquerdo (ou direito), fora de qualquer humana possibilidade de a impedir de ser golo de Portugal e o empate que “nos” levaria aos oitavos de final, como tudo seria diferente... Mas o remate do Sérgio Conceição teve aquela trajectória e não outra, e bumba na trave. E o Figo nem naquele minuto

acertassem sempre e sempre tivessem prémio. Entretanto, que de perdas! Que de perdas para a publicidade dos mais vários produtos, que estava à espera de outros resultados para as campanhas já lançadas e logo goradas, e para outros negócios que metem empresários e tráfico humano, com sabidos números astronómicos para os traficados e de que não se sabe a quantidade dos algarismos para os traficantes e para outros que aproveitam para lavar o dinheiro que por outras traficâncias se pode ter sujado.

### O império futebol

Assim elucubrava, a pensar nas contingências desta vida de tão pouco dependente, quando, no meio de papéis que ando (sempre!) a arrumar, encontrei uma amarelada tradução de texto de «*questions clefs*» (3/4), Paris, 1982, em que li o que não resisto a – oportunamente, penso eu – para aqui transcrever. Tem o título «*o império futebol*»:

“O futebol - com a Federação Internacional (FIFA) à cabeça - conseguiu, num século, colonizar todo o planeta. Instituição capitalista por excelência, insere-se na estratégia de expansão do imperialismo. O espectáculo televisivo da «guerra em pitons» constitui, para centenas de milhões de fanáticos da bola, intoxicados pelos médias, um ópio do povo, um universo de evasão e de diversão social. As grandes competições,



foi o cantado Luís Figo, o orgulho nacional que se arrastou pelos campos orientais (e nem era preciso ter deixado de se arrastar, bastaria ter rematado a bola parada como ele), chutou «o esférico» para se perder nas alturas não rectangulares. Por isso, o mundo é hoje o que é, Portugal está como está e o Manuel Alegre, em vez de ter sido tentado a fazer outro poema ao Sérgio Conceição, não sabe o que há-de fazer do poema ao Luís Figo e muito gostaria que a gravação televisiva desaparecesse, se perdesse, se eclipsasse. É assim a vida. E como ela podia ser diferente por uma coisa de dois centímetros ao lado! Entretanto, continuam os chutos lá pelos orientes e nós cada vez mais desorientados, a não ter figos nem conceições nas nossas bocas e nos nossos corações por terem sido trampolins e depois logo se veria (ou logo se teria visto), e os nomes de que se fala, com amargos de boca e fel no coração, são madaíles, boronhas, e outros mais comuns como pintos e oliveiras, com uma incursão aos loureiros que se metem em tudo e nunca acertam, mas que é como se

periodicamente organizados por regimes militar-policiais ou fascistas, permitem desencadear as mobilizações nacionalistas e as histerias xenófobas. «Porque é que é preciso que mercenários vestidos de Adidas sejam cúmplices das violações dos direitos do homem e das liberdades democráticas? Porque, empresa multinacional colaboradora na pilhagem do mundo com as outras empresas capitalistas, o futebol visa acumular lucros e capitais. Agarrado por «padrinhos» e *sponsors* vorazes, o meio do futebol é, e continuamente, objecto de escândalos, de aldrabices, de corrupção. A procura da vitória a qualquer preço transforma os encontros e os campeonatos em escolas de violência. O imperialismo do futebol abafa os outros desportos e representa um modelo ideológico de conformismo e de adaptação social para todos os estratos da população. Os dossiers negros do futebol não serão, muito simplesmente, o espelho de uma sociedade em crise?»

Isto foi escrito há vinte anos, quando o «império futebol» estava longe de ser o que hoje é. Não é oportuna a transcrição?

## Festa do Teatro em Almada

A 19.ª edição do Festival Internacional de Almada, que decorrerá de 4 a 18 de Julho, em espaços de Almada e Lisboa, conta este ano com a presença de destacados nomes do teatro internacional, como Bernard Sobel, do Théâtre de Gennevilliers, Robert Lepage, Thomas Ostermeier, director da Schaubuhne Am Lehniner Platz de Berlim, Bruno Ganz, Steven Berkoff, Els Comediants, de Barcelona, a cantora lírica norte-americana Maria Ewing, entre outros.

O Festival apresenta este ano trinta produções, sendo 14 estrangeiras e 16 portuguesas. Há um total de sete estreias absolutas, o que sucede pela primeira vez.

Espanha, França, Itália, Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos, Canadá, Venezuela e

Cabo Verde são os países que, além de Portugal, vão estar representados.

Teatro do Noroeste, Artistas Unidos, Olho, Centro Dramático de Évora (CENDREV), Cornucópia e Companhia de Teatro de Almada (entidade organizadora) são alguns dos grupos nacionais que vão estar presentes no festival.

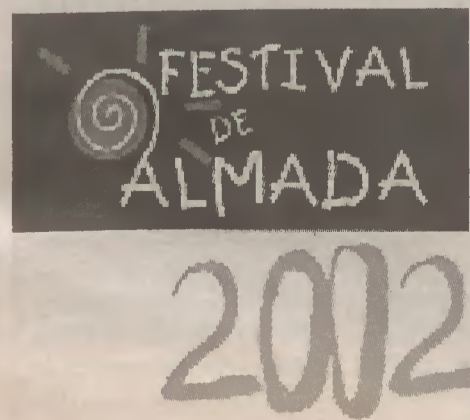
A Companhia de Teatro de Almada estreará «Os Directores», do dramaturgo francês Daniel Besse, que vai intervir num colóquio.

Também o dramaturgo italiano Spiro Scimone e os encenadores Bernard Sobel, do Teatro Gennevilliers, e Thomas Ostermeier, da Schaubuhne Am Lehniner Platz, irão participar em conferências.

Shakespeare, Goldoni, Racine, Marivaux, Goethe, Dário Fo, Sophia de Melo Breyner Andressen e Pedro Paixão são, além de Spiro Scimone e Daniel Besse, alguns dos autores clássicos e contemporâneos que vão estar representados na mostra.

A figura homenageada este ano é a actriz Glicínia Quartín, que recentemente actuou na peça «O Colar», dirigida pelo encenador Luís Miguel Cintra, da Cornucópia.

Do programa do festival constam ainda exposições documentais e de pintura, um seminário sobre crítica teatral, uma oficina de tradução e recitais de música, entre outras actividades paralelas.





# A queda da máscara

• Ilda Figueiredo

**E**stá a assumir formas cada vez mais escandalosas a actuação governativa nacional e comunitária, deixando cair a máscara do que, afinal, entendem do conceito de «livre circulação de pessoas, de bens e de capitais».

Pressionados pela crescente contestação das políticas comunitárias e mundiais, com cariz cada vez mais liberal, que, em nome da segurança e do livre comércio, têm contribuído para agravar as desigualdades entre países e povos e pôr em causa direitos e liberdades fundamentais, os governantes deixam estalar o verniz e mostram a verdadeira natureza de classe da sua política, recorrendo à repressão e assumindo, mesmo, formas de violência inadmissíveis.

Na semana da Cimeira de Sevilha, onde paralelamente às lutas de trabalhadores de Espanha e de Portugal e à grandiosa manifestação de Sevilha, chefes de Estado e de Governo dos 15 Estados-membros da União Europeia deram mais um passo no caminho da construção de uma «Europa fortaleza», tornando também claro que há dois pesos e duas medidas na visão comunitária de «livre circulação».

Embora na Cimeira não tenha sido adoptada a proposta da Presidência espanhola de sanções económicas automáticas contra os países de origem dos migrantes ou dos países de trânsito, a verdade é que foram aprovadas maiores restrições à imigração, esquecendo as suas causas e os dramas dos povos de países terceiros vítimas da pobreza, da fome, dos conflitos armados e da exploração das multinacionais dos países mais ricos, designadamente através da cada vez maior liberalização do comércio para as matérias-primas e mercadorias que lhes interessam.

Apesar dos sucessivos Tratados comunitários garantirem a liberdade de circulação de pessoas, bens e capitais, do Acordo Schengen abolir as fronteiras no interior da União Europeia, de se proclamarem garantias de cumprimento dos direitos dos cidadãos exprimirem livremente as suas opiniões, incluindo o direito a manifestarem-se pacificamente, a verdade é que o que se passou durante a recente Cimeira de Sevilha, em que a polícia espanhola impediu a entrada em Espanha de muitas centenas de cidadãos portugueses, incluindo delegações do PCP, do BE e de ONG que pretendiam ir participar na manifestação do dia 22 de Junho, significa que, afinal, a livre circulação

só existe, sem restrições, para os capitais.

Aqui a máscara caiu. É claro para todos, mesmo para quem discorda das manifestações, mas é democrata e defende as liberdades, que o pretexto da segurança não pode pôr em causa direitos fundamentais. É no caso do governo espanhol, esta situação é particularmente escandalosa, porque era claro que se tratava de pessoas e organizações pacíficas, incluindo de partidos políticos representados no parlamento nacional de um país vizinho, que foram impedidas de atravessar a fronteira só porque queriam participar numa manifestação pacífica de contestação às políticas do Conselho Europeu.

Daí que seja fundamental que a Comissão e o Conselho esclareçam se, a partir de agora, em todas as cimeiras dos conselhos europeus, vão suspender a aplicação do acordo de Schengen, pondo em causa o direito à liberdade de manifestação a nível da União Europeia, ou, pelo contrário, vão garantir os direitos e liberdades fundamentais que nenhum pretexto de segurança e combate ao terrorismo pode ameaçar. É que a situação é de tal modo grave que importa que haja toda a transparência nas deliberações comunitárias para se conhecerem os verdadeiros objectivos e os contornos exactos das políticas comunitárias.

A via capitalista, cada vez mais nua e crua, com a aposta em maiores liberalizações e privatizações, incluindo em áreas sociais, a manutenção de um Pacto de Estabilidade que apenas se preocupa com a estabilidade dos preços, mesmo quando isso significa políticas mais restritivas, piores serviços públicos essenciais, baixos salários, maior precariedade do emprego e mais desemprego, só pode aumentar a contestação popular. Ora, a resposta dos governos não pode ser a via repressiva para tentar esvaziar manifestações e criar um clima de medo, mesmo quando afirma que o faz em nome da segurança. O que têm é de alterar políticas e dar resposta aos problemas, diminuindo as desigualdades sociais, e não agravando-as.

Em democracia, o direito à indignação tem de ser garantido, seja a nível nacional, seja a nível comunitário. Por isso, a luta pelo emprego com direitos e por melhores condições de vida está intimamente ligada à luta pela garantia das liberdades fundamentais, pelo aprofundamento da democracia, que deve ser cada vez mais participativa, e não meramente formal.



As 89 concentrações realizadas no dia da greve mobilizaram mais de 2,5 milhões de trabalhadores

A greve geral de Espanha registou forte adesão e o protesto a transbordou para as ruas

## Dez milhões pararam

Apesar das tentativas do governo espanhol para desvalorizar o impacto da greve geral convocada pelas principais centrais sindicais, o país esteve parado e as ruas encheram-se de manifestantes.

Comisiones Obreras (CC.OO.) e UGT consideraram como um «éxito total» a jornada de luta convocada para rejeitar o decreto que reduz os subsídios de desemprego e facilita os despedimentos, bem como a política de redução salarial.

Os sindicatos não só insistem num nível de adesão que atingiu os 84 por cento, abrangendo mais de 10 milhões de trabalhadores, como destacam a participação maciça nas manifestações convocadas em todo país, que

juntaram mais de dois milhões e meio de pessoas.

As centrais sindicais sublinham que «os cidadãos estão indignados com a manipulação e as mentiras do governo», considerando que se voltará contra ele o facto de ter pretendido transformar o passado dia 20 «na greve que nunca existiu».

Avisando que estão dispostas a intensificar a luta até que o primeiro-ministro «suplique» para reiniciar o diálogo, as duas centrais exigem um debate televisivo com qualquer membro do

executivo para repor a verdade sobre a paralisação.

O dado chave refere-se ao consumo de energia que, à uma da tarde de quinta-feira, registou uma procura inferior em cinco por cento ao verificado no domingo anterior, devido à total paralisação da indústria. Na construção a paragem foi generalizada, afectando ainda fortemente os serviços. Acrescem os números verificados nas 89 manifestações realizadas naquele dia na maioria das cidades. Mais de meio milhão de pessoas em Madrid e em Barcelona, 150 mil, em Vigo, mais de 100 mil em Sevilha e em Zaragoza, Valladolid, 40 mil e Valência mais de 20 mil.

A região que terá registado maiores níveis de adesão foi precisamente a Andaluzia, em cuja capital se iniciou no dia seguinte a Cimeira Europeia.

**Os espanhóis estão indignados com a manipulação e as mentiras do governo**

## Irlanda volta ao referendo

A Irlanda começou esta semana a preparar a campanha do referendo sobre a ratificação do tratado de Nice, chumbado em Junho do ano passado.

O governo irlandês prevê agora nova consulta para o próximo Outono, depois de ter obtido da Cimeira de Sevilha uma declaração dos Quinze que garante a tradicional neutralidade do país, libertando-o de qualquer compromisso com a política de defesa europeia. Para os analistas esta questão terá sido uma das que mais pesaram nos resultados do último referendo.

Porém, para todos os efeitos, o tratado de Nice, que

deverá ser ratificado até ao final do ano, contempla a reforma das instituições e cria uma estrutura para pôr em marcha a nova política exterior e de defesa da União. Por isso, a imprensa nacional considera que os eleitores deverão rejeitar mais uma vez o texto já que este não foi alterado numa só vírgula.

Sem a ratificação da Irlanda, é o próprio alargamento da União que fica em causa, embora o impasse em que este se encontra não seja culpa daquele país mas resulte da falta de acordo sobre as ajudas directas aos agricultores dos países candidatos.

Na cimeira de Sevilha, a Alemanha voltou a manifestar a sua oposição ao aumento do orçamento da Política Agrícola Comum (PAC), ao mesmo tempo que os candidatos não aceitam abrir os seus mercados sem serem compensados com o mesmo nível de ajudas que os restantes Estados membros recebem.

O chanceler Gerhard Schröder advertiu a propósito que não apoiará nenhuma posição comum sobre esta matéria sem antes conhecer as grandes linhas da reforma da PAC, cujo projecto deverá ser apresentado pela Comissão Europeia no próximo mês.

## «Quinze» acusados de xenofobia

A «dramatização» dos problemas da imigração feita por responsáveis da União Europeia na Cimeira de Sevilha foi abertamente criticada pelo presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

«Ao endurecerem as suas posições em matéria de imigração, os governos europeus não se preocupam com as grandes convenções interna-

cionais sobre direito humanitário e os direitos do Homem», afirmou Peter Schieder, na segunda-feira, durante a abertura da sessão parlamentar de Verão, a decorrer até amanhã, em Estrasburgo (França), com a participação de deputados dos 44 Estados-membros da organização.

«Não nos podemos permitir atirar pela janela as Convenções de Genebra em nome do

oportunismo eleitoralista» que serve os interesses dos extremistas xenófobos, afirmou. «É uma estratégia votada ao fracasso», disse ainda Peter Schieder, segundo o qual a Cimeira de Sevilha apresentou à opinião pública «uma versão adocicada da paranóia extremista anti-imigração», apenas com o fito de travar a investida eleitoralista dos partidos extremistas.





## Cimeira de Sevilha

## A implacável União Europeia

A política dos pequenos passos parece ser a estratégica que mais convém aos Quinze. Sitios por gigantescas manifestações anticapitalistas e por fortes movimentos sociais no interior dos seus países, baixam a fasquia, mas não desistem dos objectivos.

Comparadas com o programa da presidência espanhola, as conclusões da Cimeira de Sevilha não parecem mais do que um seu pálido reflexo. E embora a sua essência e orientação se mantenham inalteradas, a redução do alcance e alguma flexibilidade na aplicação das decisões tomadas permitem anunciá-las, entre sorrisos de satisfação, como vitórias do bom senso e do equilíbrio.

Acalmadas as opiniões públicas, porém, o processo é retomado de imediato e, em vésperas da próxima cimeira, já não estaremos a discutir as decisões agora tomadas, mas mais um programa leonino visa fixar no papel uma Europa onde, sob os mais variados pretextos, prevalecerá a vontade dos mais fortes.

No campo da imigração, os Quinze, reunidos sexta-feira e sábado, declararam abandonar a ideia de aplicar sanções automáticas aos países terceiros originários de imi-

grantas ilegais, optando por uma chamada «abordagem positiva», que evita estabelecer uma ligação directa entre a ajuda aos países mais pobres e a sua cooperação na contenção de imigrantes.

### A imigração vai passar a estar presente nos acordos da UE com países terceiros

Afirmando que vão continuar a apostar na intensificação da cooperação económica, na ajuda ao desenvolvimento e na prevenção de conflitos para desincentivar a imigração para a UE, as conclusões da cimeira não abdicam todavia de uma cláusula relativa à gestão comum dos fluxos migratórios que passa a condicionar todos os futuros acordos de cooperação e associação entre a UE e países terceiros.

Acresce que a UE entende ser necessário proceder a uma avaliação sistemática das relações com os países que não cooperem na luta contra a imigração ilegal. «Uma cooperação insuficiente por parte de determinado país poderá tornar mais difí-

cil o aprofundamento das relações entre o país em questão e a União», pode ler-se no texto das conclusões.

Ou seja, a formulação foi amenizada, mas a União Europeia insiste na ideia de que o controlo da imigração passa pela repressão nos países de origem, cuja actuação nesta área passa a ser «avaliada». Para salvar a face e em clara contradição com a disposição anterior, o documento salvaguarda que a adopção de «medidas» contra os países não cooperantes não podem colocar em «causa os objectivos da cooperação para o desenvolvimento».

O quadro é completado com a criação de um sistema comum de identificação dos vistos de entrada, de um programa de repatriamentos, de um conjunto de medidas de gestão integrada de fronteiri-

ras, que prevê a constituição de uma instância comum de técnicos das fronteiras externas, a realização de operações conjuntas nas fronteiras externas e a definição de um programa comum para a formação dos guardas fronteiriços. Esta foi a fórmula encontrada para substituir a proposta mais radical da Itália de criar um corpo europeu de guardas de fronteira.

### A reforma do Conselho

As igualmente polémicas propostas para a reforma do Conselho da União (que previam designadamente o fim da unanimidade na tomada de decisões dos Quinze) também marcaram um compasso de espera. A cimeira mantém a periodicidade da suas reu-

niões (quatro vezes por ano), continuando a ser preparadas pelo Conselho dos Assuntos Gerais, em que participam os ministros dos Negócios Estrangeiros. No entanto, o número de conselhos de ministros é reduzido de 16 para nove (Assuntos Gerais e Relações Exteriores, Assuntos Económicos e Financeiros, Justiça e Interior, Emprego, Política Social e Bem-Estar, Competitividade, Transportes, Telecomunicações e Energia, Agricultura e Pesca, Meio Ambiente e Educação, Juventude e Cultura).

Em 2003, o Conselho da UE irá aprovar pela primeira vez um programa estratégico para os próximos três anos, decidindo ainda abrir ao público os debates sobre matérias sujeitas ao processo de co-decisão com o Parlamento Europeu.

Quanto à questão da presidência do Conselho e do actual sistema de rotação semestral, a Cimeira não desiste da sua «adaptação» alegando que as actuais regras não irão funcionar com o alargamento da UE, mas admite que deve ser respeitado o princípio da igualdade entre Estados. Resta saber como.

«A UE não pode estar sempre a viver heroicamente, dramaticamente. Ela faz-se em pequenos passos, graduais e com pequenos compromissos», disse Durão Barroso, o Primeiro-Ministro português, considerando que os objectivos da presidência espanhola foram «cumpridos». Ele saberá do que fala.

## Orçamentos por medida

No Conselho da Economia e Finanças (Ecofin), que precedeu a Cimeira, França e Alemanha, os países de maior peso específico na Europa, declararam ser incapazes de atingir o equilíbrio das contas públicas em 2004, condicionando esse objectivo ao bom desempenho das suas economias nos próximos anos.

De facto, de pouco adianta a um país ter um défice zero se a economia não estiver em crescimento. Aliás, é normal os Estados intervirem em períodos de recessão, dinamizando o investimento, ou seja aumentando a despesa pública. Apesar de este não ser o pensamento do Governo português, que parece disposto a estrangular o País em prol do equilíbrio orçamental, a atitude mais realista do eixo franco-alemão acabou por flexibilizar os objectivos impostos pelo Pacto de Estabilidade, concedendo por arrasto uma ligeira margem de manobra a países como Portugal.

Assim em vez de défice zero em 2004, os Quinze apenas se comprometeram em atingir uma situação próxima do equilíbrio, admitindo uma variação de meio por cento do Produto Interno Bruto. Contudo, a Alemanha e a França deram sinais claros que colocam o crescimento das suas economias em primeiro plano. No caso germânico, esse ritmo ficou fixado em 2,5 por cento, em 2003 e 2004, enquanto os gauleses são mais ambiciosos e só se compromete a sanear as contas públicas em 2004 se o país crescer três por cento ao ano.

Justifica-se assim que o presidente francês tenha ficado contente com as «Grandes Orientações de política económica da União». Segundo Jacques Chirac, que prometeu reduzir impostos na última campanha eleitoral, elas «permitirão à França conduzir a política económica» que pretende e «foi adoptada pelos franceses».



Mais de cem mil activistas de diversas organizações, sindicatos e partidos protestaram em Sevilha contra a Europa do capital

## Internet vigiada

A União Europeia está a ultimar um plano secreto para interceptar e-mail pessoais, tráfego na internet e monitorizar dados informáticos e registos telefónicos dos cidadãos da União Europeia.

A denúncia é feita no site Rebellion em [www.eurosur.org](http://www.eurosur.org) que cita o a edição de 12 de Junho do diário britânico «The Observer».

Segundo o seu autor, a Europol, que reúne as polícias e serviços secretos de todos os países da UE, pretende que as companhias de telefones e de internet interceptem e retenham diariamente milhões de dados, incluindo mensagens que circulam em fóruns virtuais, as chamadas realizadas a partir de telefones celulares e as mensagens de texto das pessoas que se encontram sob vigilância. Uma vez aprovado, a Europol poderá ainda controlar os telefones fixos.



Nas ruas de Sevilha foram erguidas autênticas paredes com blocos de cimento e redes de arame

## A estratégia do medo

As excepcionais medidas de segurança que rodearam os trabalhos da Cimeira de Sevilha, colocaram a cidade num verdadeiro estado de sítio, transformando-a numa autêntica praça forte. Vastas áreas foram vedadas por paredes de blocos de cimento e redes de arame, sucederam-se os controlos policiais e as identificações arbitrárias, aviões e helicópteros cruzaram o espaço aéreo.

Isolados nos hotéis e locais de reunião, é natural que os chefes de Estado e de Governo não tenham tido oportunidade de ouvir sequer as exigências dos manifestantes que, apesar de todas as restrições, acorreram às ruas.

Depois das manifestações de dia 20, promovidas pelos sindicatos em toda a Espanha (ver peça ao lado), sexta-feira e sábado passados, realizaram-se marchas e protestos vários contra a Europa do capital.

No último dia, o Fórum Social de Sevilha (FSS) encerrou as acções do movimento antiglobalização com uma enorme manifestação, em que terão participado mais de 200 mil pessoas, segundo o FSS, onde se incluíram activistas de diversas organizações antiglobalização, ecologistas, partidos políticos e sindicatos.

A marcha, encabeçada por uma faixa com a inscrição «Contra a Europa do capital e a guerra, Outro mundo é possível», arrancou do centro da capital andaluza e decorreu em

ambiente festivo sem que se tenham registado incidentes violentos, terminado com um concerto.

### Pedir responsabilidades

Em comunicado divulgado no domingo, o FSS afirma que numerosos autocarros de activistas de outras províncias de Espanha foram impedidos de entrar em Sevilha e mesmo muitos que habitam os arredores acabaram por não comparecer devido à intensidade dos controlos policiais que originavam longas esperas de várias horas.

O Fórum Social de Sevilha acusa os responsáveis políticos de terem divulgado mentiras, coagido, ameaçado e violado os direitos dos cidadãos, criando propositadamente um clima de temor e insegurança na cidade. O FSS considera que é chegada a hora de pedir responsabilidades, notando que foi posto em causa o direito à livre manifestação.

A organização condenou ainda a proibição da entrada de vários grupos de manifestantes nas fronteiras com Portugal e com França. Recorde-se que mais de 500 portugueses, dos quais cerca de uma centena em representação da JCP e do PCP, foram impedidos de cruzar a fronteira depois de terem declarado que se dirigiam para a manifestação de Sevilha (ver página 32).



## Greves em Itália e na Grécia

Milhares de camionistas italianos circularam sábado em marcha lenta, provocando o caos nas estradas de Itália. Os camionistas protestam contra a eliminação de um bónus salarial e pela melhoria das condições de segurança das estradas. Por outro lado, os sindicatos defendem que os custos de transportar os materiais em Itália são superiores aos suportados noutros países da UE. Esta foi a segunda greve em dois dias no sector dos transportes. Domingo foi a vez do sector ferroviário paralisar, com os trabalhadores a reclamarem melhorias salariais. Na Grécia os transportes públicos paralisaram, na passada semana, em protesto contra os planos de reforma do sistema de pensões do governo, que visam a redução das reformas e o aumento da idade de reforma.

## Portugueses solidários com operários alemães

O Sindicato Alemão da Construção Civil (IG Bau) acusou na passada semana uma empresa do sector de ter tentado substituir os seus operários em greve num estaleiro de construção na Potsdamer Platz, em Berlim, por operários portugueses. Os portugueses, quando se aperceberam da situação, solidarizaram-se com os seus colegas alemães e abandonaram a obra. A greve da construção civil alemã, iniciada a semana passada para exigir aumentos salariais de 4,5 por cento, intensificou-se três dias depois, alastrando a 11 regiões do país e abrangendo 60 mil trabalhadores, segundo informações do respectivo sindicato. O sector emprega cerca de 900 mil operários em toda a Alemanha.

## MAS denuncia golpe na Bolívia

A denúncia de um plano de golpe de Estado contra o próximo presidente da Bolívia, a ser eleito dia 30 de Junho, polarizou a campanha eleitoral boliviana. A acusação foi feita na passada semana pelo candidato presidencial do Movimento ao Socialismo, Evo Morales, que denunciou que o ex-presidente e actual candidato Gonzalo Sánchez Lozada prepara um golpe, com a participação dos Estados Unidos da América, depois da sua eventual derrota nas urnas, segundo as últimas sondagens.

## Jornalistas da Dinamarca em luta

Os trabalhadores da Rádio Televisão da Dinamarca vão fazer greve no próximo dia 1 de Julho, reclamando melhores condições salariais, nomeadamente para o trabalho nocturno, e o reforço da legislação para os profissionais que trabalham em regime de «part-time». A greve foi convocada pelo Sindicato dos Jornalistas como forma de pressionar o governo, após três meses de negociações infrutíferas.

A redução em 40 por cento do orçamento militar a favor de programas sociais provoca indignação de alguns generais venezuelanos

# Chávez apela à defesa da Constituição

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, convocou o povo a manifestar-se em Caracas, no sábado, dia 29, «em defesa da Constituição Bolivariana».

No seu programa radiofónico «Alô Presidente», emitido domingo, Chávez convidou o povo «bolivariano e patriótico» para uma concentração na Avenida Bolívar, na capital, «em defesa da Constituição Bolivariana», vigente desde 31 de Dezembro de 1999. A manifestação será a primeira participação de Chávez num acto de massas após o golpe militar que o

derrubou por 48 horas de 11 para 13 de Abril.

Durante o programa, Hugo Chávez lembrou ainda que a partir de 19 de Agosto de 2003, quando completa metade do seu mandato, os seus opositores podem convocar um «referendo revogatório» do mandato presidencial, como caminho institucional para o afastar do governo. Acusando a oposição de estar

«Havia contratos milionários que se faziam com os "cães da guerra"»



O povo saiu à rua em defesa da democracia em Abril passado e fez abortar o golpe reaccionário, mas o processo democrático ainda não está consolidado

## Bush quer afastar Arafat

Num discurso carregado de autoritarismo, George W. Bush exortou segunda-feira os palestinianos a substituírem Yasser Arafat e adoptar uma «democracia».

«A paz requer uma nova e diferente liderança palestiniana. Só assim poderá nascer um Estado Palestino», declarou o presidente dos Estados Unidos.

Do alto da sua prepotência, Bush chegou mesmo a dizer que «se os palestinianos quiserem transformar em realidade as suas aspirações de um Estado ao lado de Israel, devem realizar eleições até ao final do ano para escolher um novo poder legislativo e aprovar uma nova constituição».

«Quando os palestinianos tiverem novos líderes, novas instituições e novos acordos de segurança com os seus vizinhos, os Estados Unidos apoiarão a criação de um Estado palestino», disse Bush, deixando claro que esta é uma «necessidade» para «se alcançar a segurança que Israel há muito procura».

A Israel, Bush pediu a retirada das áreas autónomas palestinianas, o fim da construção de novos colonatos na Cisjordânia e Faixa de Gaza e o restabelecimento da liberdade de movimentos dos palestinianos. O presidente norte-americano pediu ainda a Telavive que crie as condições necessárias ao desenvolvimento da economia do povo da Palestina.

### Reacções

O primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, recebeu com satisfação as palavras de Bush, mas as autoridades palestinianas não se mostraram muito entusiasmadas.

Para o ministro Saeb Ere-

kat, o apelo a uma mudança de líderes «não é aceitável» uma vez que Arafat foi escolhido pelo povo palestiniano através de «eleições justas e livres». Logo, disse Erekat, o presidente Bush «deve respeitar a escolha do povo palestiniano».

Por seu lado, Arafat considerou que o discurso de Bush tem aspectos positivos e que traduz um «sério esforço para o regresso às negociações de paz».

Também o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, aplaudiu o plano dos EUA, mas considerou que a questão da liderança palestiniana deve ser resolvida pelo povo palestiniano, recordando que as eleições de 1996 «foram muito elogiadas pela comunidade internacional».

### Ataques israelitas

Entretanto, Israel continua com as operações militares em territórios palestinianos. Desta vez o alvo foi a cidade cisjordana de Hebron. Várias dezenas de tanques e veículos blindados entraram terça-feira na cidade, impondo o recolher obrigatório, enquanto outra coluna de blindados invadia a localidade vizinha de Duna.

Na incursão, quatro polícias palestinianos foram assassinados a tiro e várias pessoas ficaram feridas, quando os soldados israelitas abriram fogo contra um escritório local do presidente Yasser Arafat.

Pouco antes da invasão de Hebron, dezenas de tanques e veículos blindados israelitas entraram em Jalaya, a norte de Ramallah, onde impuseram também o recolher obrigatório e efectuaram buscas para encontrar alegados «terroristas» palestinianos.

«desesperada», o presidente venezuelano admitiu mesmo a possibilidade de ser ele próprio a convocar o referendo, para «ver o que acontece».

Na sua intervenção, Chávez reiterou o apelo ao «diálogo nacional», e criticou o facto de «alguns sectores» se negarem a sentar-se à mesa com o governo e «ridicularizarem» a iniciativa que promove desde que reassumiu o governo como via para a «reconciliação da nação».

Entretanto, a organização não governamental Observatório dos Direitos Humanos manifestou sexta-feira a sua «preocupação» em relação à Venezuela, afirmando existir neste país o risco de uma nova ruptura constitucional, dado que alguns sectores opositores «sonham» com uma «alternativa extra-constitucional».

### Generais descontentes

A semana passada, cerca de 2000 pessoas, encabeçadas por um grupo de militares na reforma, marcharam até ao palácio presidencial de Mira-

flores, em Caracas, exigindo a renúncia de Chávez.

Hidalgo Valero, coronel reformado da Guarda Nacional, convocou os militares na reforma a saírem à rua exigindo o respeito pelo que classificou de «meritocracia» na Força Armada Nacional (FAN), ameaçada segundo ele por Chávez.

Na origem do protesto, segundo o ministro da Planificação, Filipe Pérez, está a decisão do governo de reduzir em 40 por cento o orçamento militar.

«Havia contratos milionários que se faziam com os cães da guerra (vendedores de armas) e muitos generais viviam dos contratos», afirmou o ministro, para quem o descontentamento destes militares resulta do facto de Chávez ter destinado «muitos dos recursos da FAN aos programas sociais para combater a pobreza».

Prosegue, por outro lado, a campanha de desobediência fiscal e de pressão económica lançada pela Fedecamaras (empresários e partidos da oposição), o que levou os apoiantes de Hugo Chávez a lançar um apelo para que a população não se deixe enganar pelas

manobras contra as medidas económicas do governo.

Segundo os bolivarianos, essas medidas têm um profundo alcance social. Em causa está o aumento do IVA de 14,5 para 15 por cento, que não afecta os bens de primeira necessidade constantes do cabaz de compras; o aumento do débito bancário de 0,75 para um por cento, que só se aplica a levantamentos bancários superiores a 450 000 bolívares mensais, fora do alcance da esmagadora maioria do povo; e a decisão de deixar no mercado apenas dois tipos de gasolina, a mais barata e a mais cara, sem alteração de preço. Estas medidas, visando a recuperação económica do país, não agradam à Fedecamaras, mas beneficiam a maioria da população. De registar que em três anos os salários dos trabalhadores registaram aumentos de quase 50 por cento, facto impensável antes da chegada de Chávez ao poder.

A opção do governo é fazer com que sejam os mais ricos a pagar a maior factura da crise que se vive na Venezuela. A oposição não concorda e acusa Chávez de antidemocrático.

## Congresso da FRELIMO

Sob o lema «Fortalecer a acção do Partido em todas as frentes» reuniu-se, entre 13 e 17 de Junho, o VIII Congresso do Partido FRELIMO, na cidade de Matola. Com a participação de 1245 delegados, representando os mais diversos sectores de actividade, o Congresso apreciou o relatório do CC cessante, aprovou alterações aos Estatutos e ao Programa do Partido e elegeu o novo Comité Central. O Congresso apontou, como principal prioridade para vencer as dificuldades que o país enfrenta, o seu desenvolvimento sócio-económico, dando particular atenção às formas de propriedade e de gestão da terra e à situação do campesinato como aspectos fundamentais de combate à pobreza. Pugnando por uma Nova Ordem Económica Interna-

cional que garanta a justiça social, reduza a pobreza e os desequilíbrios no plano internacional, os delegados defenderam a cooperação e solidariedade internacional entre forças políticas que comunguem objectivos de paz e justiça social.

O PCP, que se fez representar neste Congresso do Partido Frelimo por Abílio Fernandes, membro do Comité Central, dirigiu uma saudação ao Congresso a partir da Tribuna.

Joaquim Chissano foi reeleito Presidente da Frelimo e Armando Guebuza é o novo secretário-geral. A ambos o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, dirigiu telegramas de felicitações pelas respectivas eleições para cargos de alta responsabilidade no Partido FRELIMO.



Peru

# Vitória popular

O presidente Alejandro Toledo suspende a privatização das empresas estatais de energia eléctrica.

A forte pressão popular, desencadeada pela venda de empresas estatais de energia eléctrica do Peru, levou o governo do presidente Alejandro Toledo a suspender as privatizações de duas empresas (Egasa e Egesur) que haviam sido negociadas com uma multinacional belga.

A venda das empresas energéticas à Tractebel transformou, na passada semana, o departamento (Estado) de Arequipa, no Sul

O acordo contido na chamada «Declaração de Arequipa» foi acertado com uma comissão governamental e autoridades regionais de Arequipa. As partes concordaram que o processo de venda das empresas seja definido pelo poder judicial, perante o qual as autoridades de região apresentaram uma acção, pedindo que seja anulada a privatização, que havia sido consumada em leilão, com uma oferta de 167 milhões de dólares.

**Toledo acusado de não cumprir promessas eleitorais**

dade pela forma como a polícia agiu em Arequipa para reprimir os protestos desencadeados pelo anúncio da venda das empresas.

**Baixa popularidade**

O clima social e político tornou-se tenso no Peru desde que as primeiras manifestações contra as privatizações começaram a ser anunciadas. Toledo foi acusado por diversos sectores de não cumprir com a promessa feita durante a campanha eleitoral, ou seja, que não tomaria iniciativa de privatizar as empresas e convocaria um referendo para decidir sobre o assunto.

Ao mesmo tempo que os protestos em Arequipa ganhavam força, uma greve nacional dos trabalhadores dos transportes foi convocada e teve forte adesão em todo o país.

O presidente do Peru, Alejandro Toledo, enfrenta assim uma grave crise de popularidade agravada pela prolongada recessão económica resultante de insistência do seu governo em aplicar a fórmula neoliberal que já arruinou a economia argentina e de outros países sul-americanos.

Aos crescentes protestos populares junta-se um panorama político cada vez mais confuso. Membros do governo criticam a administração e há quem fale na demissão do presidente diante dos protestos. A menos de um ano depois de assumir o governo, Toledo não conseguiu resolver o principal problema da população, a falta de emprego.



Milhares de peruanos manifestaram-se no Estado de Arequipa para contestar a privatização das empresas Egasa e Egesur

do país, no epicentro de violentos distúrbios, que provocaram um morto, centenas de feridos e avultados danos. Outras localidades e sectores da população de Lima, capital do país, aderiram também aos protestos.

Entretanto, o ministro peruano do Interior, Fernando Rospigliosi, anunciou a sua demissão por não concordar com a decisão do governo. Numa breve declaração, o ex-ministro explicou que assumia a total responsabili-

Grécia

## Encontro de partidos Comunistas e Operários

Contando com a presença de 62 partidos, realizou-se este fim-de-semana em Atenas, Grécia, o Encontro de Partidos Comunistas e Operários para debater a nova situação mundial criada a partir dos atentados de 11 de Setembro.

Durante o encontro, as intervenções permitiram configurar um painel amplo e variado sobre o pensamento político das diversas organizações comunistas espalhadas pelo mundo. Apesar das diferenças dadas pela vivência, origens e situações concretas de cada partido, o encontro em Atenas produziu alguns consensos importantes.

A condenação da política agressiva dos Estados Unidos com a utilização do pretexto de combater o terrorismo foi unânime. Todos fizeram questão de rejeitar o terrorismo como forma de luta e chamaram a atenção para o facto de que é a própria política neoliberal e de opressão

nacional que gera o terrorismo no mundo. Ou seja, antes de proclamar a guerra ao terrorismo é preciso que a comunidade internacional identifique e combata as suas causas.

Ainda a propósito do terrorismo, todos os partidos estabeleceram a diferença entre o terrorismo e movimento revolucionário e/ou libertação nacional e social. É, inadmissível, segundo a compreensão de todos os partidos, que a luta de libertação do povo palestino, a guerrilha colombiana e outras lutas com esse carácter sejam confundidas com o terrorismo, combatidas como tais e, pior que tudo, usando métodos de terrorismo de Estado.

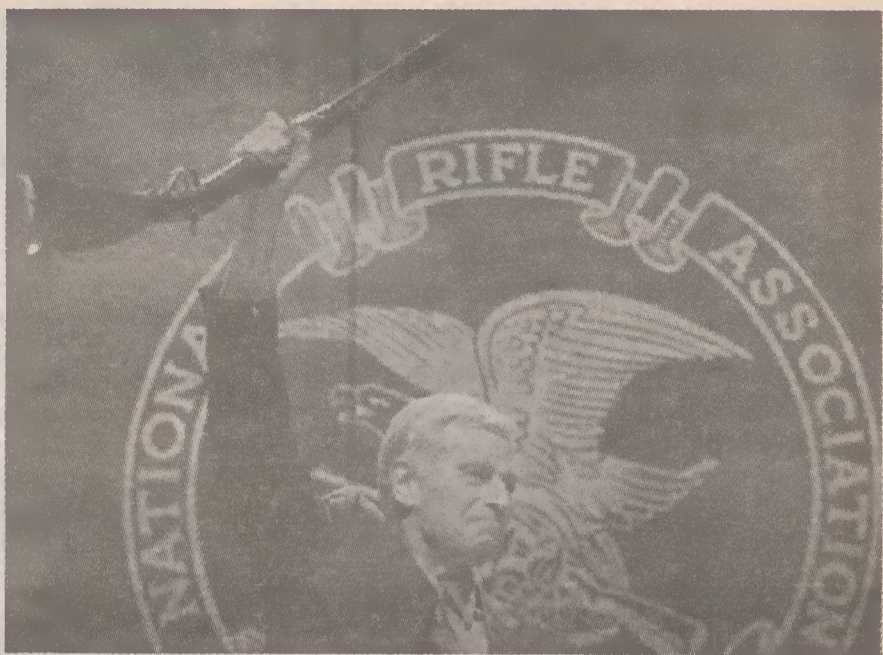
O encontro destacou a necessidade da luta pela paz, considerada nas actuais condições como uma luta de carácter revolucionário que tende a marcar uma época histórica.

Apesar das dificuldades, os partidos afirmaram que há

motivos de esperança, pois as mobilizações e a resistência popular continuam a existir e a fortalecer-se. Multiplicam-se as mobilizações contra a guerra imperialista, intensifica-se a oposição a uma nova intervenção contra o povo do Iraque e a outros países que o imperialismo qualifica como membros do «eixo do mal».

O Encontro de Partidos Comunistas e Operários terminou em clima de confiança, no crescimento e desenvolvimento do movimento comunista, como base importante de uma política de aliança e cooperação com outras forças, a fim de potenciar o movimento democrático e anti-imperialista em todo o mundo.

O PCP, que não pôde estar presente no encontro devido à realização da Conferência Nacional, enviou um documento dando conta das preocupações dos comunistas portugueses sobre o panorama da política nacional e internacional.



• Urbano Tavares Rodrigues

## Perigosa inclinação para extrema-direita

O sistema capitalista neoliberal, oriundo dos Estados Unidos, começou a partir dos anos oitenta a desenvolver-se na Europa, roendo os alicerces das social-democracias instaladas, e ganhou nova força com a desapareção do Estado-providência de modelo soviético. Em ritmo acelerado, apresentando-se como o mais eficaz criador de riqueza e prometendo a todos o acesso ao consumo, esse capitalismo no seu apogeu não tardou a aparecer aos olhos mais lúcidos como aquilo que de facto é, uma nova versão, mais sofisticada mas não menos cruel, do capitalismo selvagem de meados do século XIX.

No entanto, por muito que os grandes empórios económicos, tendo agora o mundo como teatro de acção, persigam o máximo lucro por toda a parte, atropelando os direitos dos trabalhadores, gerando desemprego e miséria, é-lhes impossível suprimir de repente todas as conquistas sociais de quase dois séculos de lutas operárias e avanços da democracia política. A resistência organiza-se a nível mundial, embora ainda com fracos resultados. O império americano foi progressivamente anulando o poder de arbitragem e intervenção de organismos internacionais como a ONU e o seu Conselho de Segurança, a Unesco, etc. Surgiram entretanto o FMI e a Organização Mundial do Comércio, o consórcio dos países mais ricos, que acabaram por endividar e arruinar por completo o outrora chamado Terceiro Mundo, transformado agora em periferias de miséria e da exclusão. A deslocalização das grandes empresas, sempre em busca de mais valias, para zonas de mão-de-obra «convitativa», veio completar este cenário, onde se verificam colapsos económicos como o da Argentina, que é paradigmático dessas formas de exploração.

Ao mesmo tempo e também porque a indignação cresce entre os novos escravos deste mundo onde as desigualdades não param de aumentar e os êxodos dos povos mais pobres para os falsos paraísos da Europa ameaçam a tranquilidade de camadas sociais amorfas e conformadas com a mediocridade do seu viver, estamos a assistir a uma rápida ascensão das extremas-direitas xenófobas e populistas um pouco por toda a parte: na Dinamarca, na Bélgica, na Holanda e até na França, através de vitórias eleitorais (ou quase vitórias) de partidos que combatem a imigração e

promovem formas de violência nacionalista e racista.

**A ameaça é real**

Admitindo que essa extrema-direita, ainda parecida com os fascismo da primeira metade do século XX, não conseguirá impor-se, o certo é que ela já ronda o poder (ou nele se senta a um canto) e sobretudo infiltra os seus valores nos grandes partidos conservadores e neoliberais, que cada vez apetece mais a autoridade para defender os seus interesses e esbulhos, sujas manobras, ou as acções de guerra imperialista a que se entregam. A destruição do Afeganistão levada a cabo pelos Estados Unidos, na sequência do dramático ataque terrorista às torres gémeas de Mannathan, a ocupação da Cisjordânia e de Gaza por Israel, o massacre hediondo de Genin são exemplos de actuações de países ultra-soberanos a que a Europa assistiu e assiste em estado de inércia consentânea, ou com a participação servil e o aplauso da Inglaterra, cúmplice até de alguns bombardeamentos de populações civis no Afeganistão e de outros actos desumanos.

Serão fascistas estes crimes contra a Humanidade? A palavra fascista já não se aplica cabalmente aos novos figurinos e práticas dos governos autocráticos e policiais que estão a emergir, fazendo estalar o sistema democrático parlamentar de muitos desses países.

A ameaça é real, seja qual for a designação a dar-lhe. Mesmo em Portugal, não é certo que o PP, reaccionário, populista, de vocação policial assumida e veladamente xenófoba, já chegou ao poder e tem à espreita, pronta a engrossá-lo (ou já infiltrada) a hoste dos abertamente nostálgicos do salazarismo?

É caso para meditarmos. O capitalismo selvagem não tardará a necessitar da musculação de algumas periclitantes democracias. Há que defender, cada vez mais, os dois supremos valores que nos movem e que devem ser sempre estandarte da verdadeira esquerda: a liberdade e a justiça social, sem a qual a liberdade é apenas para alguns e até a esses, por vezes, sabe mal.



Jornadas Parlamentares do PCP/Açores realizam-se nas ilhas Flores e Corvo

# Por um desenvolvimento harmonioso

O Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia Legislativa Regional dos Açores deu entrada, no dia 18 de Junho, na Mesa daquele Parlamento a uma proposta de resolução sobre a «Política Comum de Pescas e a necessidade de serem determinantemente tidas em conta as especificidades regionais».

A iniciativa foi apresentada em conferência de imprensa pelo presidente do Grupo Parlamentar, José

Decq Mota, para quem é «de grande importância política que a ALR defina uma posição muito clara

sobre um assunto de tão grande importância para a Região». Como é igualmente importante que ambos os órgãos de governo da Região (Assembleia e Governo regional) realizem um «profundo debate com o sector piscatório e a sociedade sobre as intenções que caracterizam as propostas da União Europeia».

A Proposta de Resolução

do PCP/Açores defende a rejeição da reforma da Política Comum de Pescas proposta pela União Europeia, aponta diversas medidas concretas e põe ênfase na necessidade de pelo menos uma parte da ZEE dos Açores ser declarada «área sensível-base», com regras próprias e acesso exclusivo à frota nacional, com destaque para a frota costeira e artesanal.

É previsível que esta Proposta de resolução seja debatida na Comissão de Economia nas primeiras semanas de Setembro e suba a plenário da ALRA a 25 do mesmo mês.

Entretanto, nos dias 19 e 20 de Junho, o Grupo Parlamentar do PCP organizou também uma visita parlamentar a Stª Maria, tendo, para isso, sido constituída uma delegação integrada por José Decq Mota, Mário Abrantes, membro do Secretariado da DORAA do PCP, e, ainda, Ana Louro e José Ricardo, membros da Comissão CDU de Stª Maria.

Durante a visita, a delegação avistou-se e reuniu com

o presidente da Câmara de Vila do Porto, com os chefes de ilha dos serviços de desenvolvimento agrícola e florestais, com os presidentes de todas as Casas do Povo, visitou o porto e o aeroporto, os serviços da Lotaçor, EP, a delegação

**O Grupo Parlamentar está a visitar as ilhas mais isoladas e pequenas**

da Câmara do Comércio, o Rádio Clube Asas do Atlântico, uma exploração privada de produção de gado e uma exploração privada de fruta e produtos hortícolas.

Na noite do dia 20, realizou-se uma muito participada e animada sessão pública, subordinada ao lema «O desenvolvimento de Stª Maria no contexto regional».

Esta foi a primeira das visitas parlamentares às ilhas mais isoladas e pequenas.

**Jornadas parlamentares**

Ainda, no princípio da próxima semana, começam, nas Flores e Corvo, as jornadas parlamentares do PCP/Açores para balanço do trabalho da última legis-

latura e preparação de iniciativas para Setembro, Outubro e Novembro.

Nas jornadas estão incluídas diversas visitas a serviços, empresas e entidades, reuniões de trabalho com activistas da CDU dos concelhos das Lajes e de Stª Cruz das Flores e uma visita à ilha do Corvo, onde serão igualmente visitados os serviços públicos.

Ponto alto das Jornadas, será o colóquio público realizado em Stª Cruz, onde José Decq Mota irá apresentar o tema «O desenvolvimento harmónico e equilibrado de toda a Região».

A intenção do Grupo Parlamentar, com estas visitas e jornadas, insere-se no princípio de defesa do desenvolvimento harmónico e equilibrado da Região e no combate social, político e institucional aos cortes orçamentais e à redução do investimento público regional previsto para as ilhas mais pequenas.

Na manhã de quinta-feira, último dia das jornadas, antes da partida para a Horta, o Grupo Parlamentar encontra-se com os órgãos de comunicação social, num pequeno almoço onde serão apresentados as principais conclusões das jornadas.



Trecho de um mural com 22 metros, na Moita, onde a 7.ª Assembleia reafirmou a identidade do PCP

7.ª Assembleia da Moita

## Firmeza nos princípios

Aproveitando o quadro da preparação da Conferência Nacional do PCP, realizada no passado dia 22 de Junho, a organização concelhia da Moita do Partido promoveu durante todo o domingo, 16 de Junho, na Estrela Moitense, a sua 7.ª Assembleia, sob o lema «Reforçar e Formar para Melhor Lutar».

Os Plenários que para o efeito tiveram lugar congregaram largas dezenas de militantes e a própria 7.ª Assembleia reuniu cerca de 150 delegados, eleitos nas organizações do PCP por local de trabalho e por local de residência.

Representativa de mais de 2500 militantes, a Assembleia, em que participou Jorge Pires, da Comissão Política do Comité Central do PCP, registou quase 40 intervenções, com destaque para a

prestação de contas e a aprovação das linhas de força organizativas para os próximos anos, documento este que foi objecto de discussão ao longo de várias semanas nos organismos e entre os militantes do PCP a nível concelhio.

A 7.ª Assembleia, segundo as normas estatutárias, elegeu a Comissão Concelhia do Partido, composta por 45 membros. Registrando uma clara maioria operária e de empregados e um número significativo de quadros técnicos e intelectuais e jovens, este órgão dirigente reflecte a inserção abrangente dos militantes do PCP nas instituições, estruturas e associações do concelho, apesar de o número de mulheres - 10 apenas - ter sido considerado insuficiente, em particular tendo em conta o papel das

mulheres no Partido e na vida política e social local.

A unanimidade prevaleceu quer na eleição da Comissão Concelhia, quer nas moções de solidariedade com a luta do trabalhadores portugueses (com a alusão às grandes acções de luta da CGTP-IN do dia 20 de Junho), e dos povos de Timor e da Palestina, assim como na saudação enviada à Conferência Nacional. «O PCP é um Partido indispensável à luta do povo e dos trabalhadores portugueses, que precisam de um Partido seguro da sua identidade, firme nos seus princípios e coeso na sua acção», afirma-se na saudação, que termina convicta de que a Conferência «será um momento importante para o reforço do Partido que é o nosso, o Partido Comunista Português».

organização da célula do Partido e na instituição da estrutura sindical da empresa. Já reformado, integrou o Executivo da Comissão Distrital da Inter-Reformados.

### Leopoldo Marques Malacuto

Faleceu recentemente, com 84 anos de idade, o camarada Leopoldo Marques Malacuto, natural do Barreiro. Durante muitos anos torneiro na CP, granjeou uma grande amizade entre os companheiros de trabalho e camaradas do Partido. Ultimamente dedicava muito do seu tempo livre à actividade do Centro de Trabalho da Moita do PCP.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

### ▼ CAMARADAS FALECIDOS

#### José Tavares da Silva

Faleceu, no passado dia 14 de Junho, o camarada José Tavares da Silva, de 79 anos, actualmente organizado na freguesia de Moscavide, em Lisboa. Tendo aderido ao PCP em 1943, desenvolveu desde sempre actividade partidária e sindical nas empresas por onde passou, principalmente na Companhia Nacional de Navegação e na Companhia Nacional de Electricidade. Fez parte da célula do PCP nas Oficinas de Sacavém de 1950 a 1954, data em que foi desmantelada pela PIDE. Foi sócio fundador do Sindicato Nacional da Indústria Metalúrgica e Metal-Mecânica, tendo organizado e participado, paralelamente, em várias actividades no plano associativo do desporto amador, da cultura e de recreio. Após o 25 de Abril, participou activamente na luta pela nacionalização da EDP, colaborando na reor-

## «Cambalacho» em Espinho

A revisão do PDM «não pode ser a capa para esconder negociatas imobiliárias», diz a Comissão Concelhia de Espinho do PCP, a propósito da celebração do contrato-promessa de venda - com o apoio da Câmara Municipal - do Campo da Avenida pelo Sporting Clube de Espinho às empresas Soares da Costa e FDO, para construção de edifícios, por conta do qual já recebeu 250 mil contos.

Em nota à comunicação social, o PCP lembra que o actual Plano Director Municipal não permite qualquer construção naquele espaço, caracterizado como zona desportiva, pelo que aquele contrato nunca se celebraria sem a certeza de que o futuro PDM alteraria a utilização desse espaço desportivo para construção intensiva.

Os comunistas rejeitam o poder crescente dos interesses imobiliários em Espinho que, «sujeitando aos seus ditames tudo e todos», inclusivamente a autarquia e o Sporting Clube de Espinho, cobiam agora o terreno do Campo da Avenida, de importância decisiva «para a definição do volume, da altura e do tipo de crescimento urbano que os espinhenses anseiam para a zona marítima a sul».

A verdade, diz a Concelhia de Espinho, é que a Câmara,

para poder alterar o PDM em vigor, contratou uma equipa que lhe pareceu «mais sensível aos interesses imobiliários», num «cambalacho» que, contrário aos interesses urbanísticos e turísticos da cidade e do concelho, é feito «ao arpejo da vontade dos espinhenses e dos princípios democráticos da gestão autárquica».

Para o PCP, o Sporting Clube de Espinho está,

mais uma vez, a ser utilizado «como trampolim de inconfessáveis interesses privados» que, nada tendo a ver com «o seu glorioso historial», tem a intenção de acabar com um património desportivo que «deveria ser utilizado para os mesmos fins». Razão por que os espinhenses devem exigir o «fim imediato do secretismo» que envolve a revisão do PDM.

## Instituto Camões PCP questiona Governo

A deputada do PCP Luísa Mesquita apresentou recentemente, na Assembleia da República, um requerimento ao Governo a propósito do atraso que há meses se verifica no pagamento de salários aos trabalhadores ao serviço do Instituto Camões nos Centros Culturais no estrangeiro, particularmente nos de Angola e Moçambique, apesar das diligências efectuadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas para a regularização da situação.

Aos «evidentes transtornos» que a situação causa aos trabalhadores, acresce, na opinião de Luísa Mesquita, o facto de aqueles carecerem de «um estatuto profissional clarificador das suas funções e condições de trabalho», relativamente ao qual se havia já encetado negociações, entretanto interrompidas com a mudança de Governo e do responsável do Instituto Camões.

A deputada comunista quer, pois, saber se a questão dos vencimentos em atraso dos trabalhadores dos Centros Culturais Portugueses está definitivamente regularizada e se foi retomado o processo negocial relativo ao estatuto profissional destes trabalhadores. Mais, qual o quadro legal vigente que enquadra as relações laborais daqueles trabalhadores, uma vez que não há um estatuto profissional para eles.

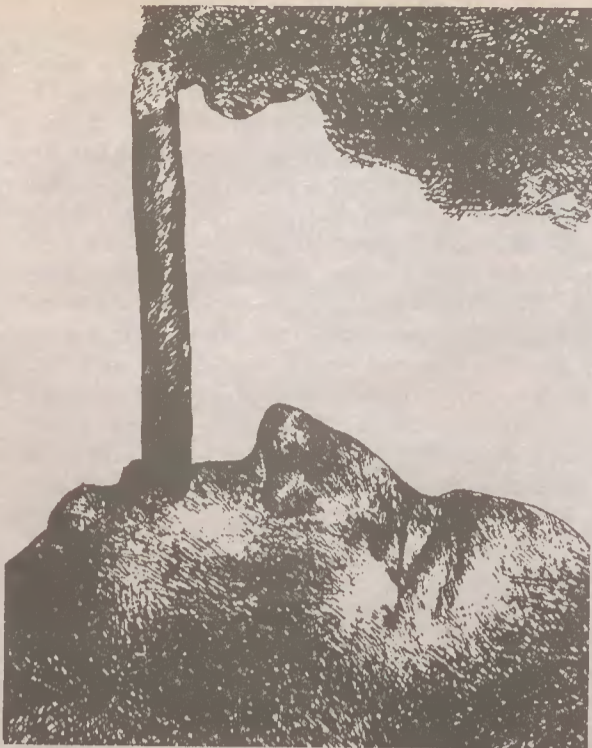


## Ciência & Tecnologia

• Francisco Silva

Cautela e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém – aliás, como diz o provérbio. É o dito do risco calculado. É o dito característico do modo como sempre temos ido vivendo até ao presente. Sempre soubemos que o risco do nosso viver não é nulo. Se não formos cautelosos, o risco de termos um acidente de automóvel, por exemplo, pode ser elevado. Se formos descuidados com as exposições ao Sol, podemos contrair um cancro da pele. Comendo e bebendo mal sujeitamo-nos à doença. É isso: ao atravessarmos a rua podemos ser atropelados; mas, se temos de atravessá-la, devemos fazê-lo com cuidado.

Por outro lado, a questão relativa aos riscos que estão fora do controlo de cada um vem ganhando cada vez mais as massas. Porque, é certo, viajando eu na estrada, conduzindo o meu automóvel, não posso evitar os loucos que por lá circulam; mas posso sempre evitar andar de automóvel. Agora o que não posso é evitar o fumo do tabaco dos outros se este não for proibido nos locais onde devo andar. Ou evitar o aquecimento do planeta, ou, em



claro, os Estados na enumeração das ditas partes. Além disso, mesmo acreditando-se que as partes cumpririam os acordos estabelecidos – como o de Kyoto sobre os limites impostos à produção industrial de

dióxido de carbono –, o máximo que se pode assegurar é uma diminuição dos riscos reconhecidos «oficialmente», isto é, um paliativo.

Mas isto poderá ser – estou de acordo –, e em princípio é, melhor do que nada. E poderá ser melhor do que nada, e tem-no com frequência sido, logo à partida porque é um sinal de tomada de consciência por parte de importantes camadas da população sobre problemas que ultrapassam a sua absorção pelo decorrer das rotinas do dia a dia. E, também desde logo, porque demonstra uma disposição para a intervenção colectiva, condição indispensável para a resolução de problemas segundo uma lógica que possa ultrapassar interesses parciais dominantes, como são os da regulação através da mão invisível do mercado.

Mas cuidado. O princípio da precaução, não sendo criteriosamente aplicado, poderá conduzir a resultados inesperados. Porque, se a motivação for a da manutenção das situações existentes, das situações naturais e boas, das situações em que nada se arrisca, do mal menor, mesmo sem questionar o facto de as transformações poderem conduzir a males ainda menores ou a bens maiores, pode ficar-se pela inamovibilidade. Os mais entusiastas defensores da precaução vão jurando que não é isto o que pretendem. Mas os medos e terrores que vão sendo infundidos nas massas são muito maus sinais.

Eu sei que as alterações climáticas, o aquecimento global, os riscos dos OGMs para a saúde e para o ambiente, aconselham a aplicação do princípio da precaução. Mas, por favor, defendam e apliquem com precaução (e sem maniqueísmos) o princípio da precaução.

(1) OGM - Organismos Geneticamente Modificados.

(2) Declaração de Wingspread, proclamada em 1998.

## A precaução

geral, outras alterações climáticas, continuando a produção de dióxido de carbono a crescer. Ou evitar os males dos OGMs<sup>(1)</sup> para a saúde, se, não sabendo que o são, os consumir. Etc. Etc.

E emergiu também, entretanto, o princípio da precaução, que pode ser caracterizado, por exemplo, pela seguinte proclamação recente de um grupo de cientistas: «Quando se pressente que uma actividade representa uma ameaça para a saúde das pessoas ou para o ambiente, deverão ser tomadas medidas de precaução, mesmo não estando demonstrado cientificamente existir uma relação causa-efeito entre o perigo percebido e as suas consequências; nestas circunstâncias, caberá ao autor da actividade ameaçadora, e não ao governo, provar que esta actividade não apresenta qualquer perigo.»<sup>(2)</sup>

Deste modo, parece poder concluir-se que, pela aplicação rigorosa do princípio da precaução, virão a ser evitados – é esta a grande esperança de muita gente – os riscos devidos à actuação de terceiros ou, melhor dito, os riscos derivados de acções humanas fora do controlo individual ou mesmo de comunidades restritas. Portanto, riscos que deverão ser eliminados quer por medidas de fiscalização e punição adequadas por parte de autoridades estatais ou similares (nomeadamente supra-estatais), quer ainda – como tem sido proposto – através de uma actuação auto-reguladora por parte das empresas e dos indivíduos.

### Boas intenções...

Boas intenções estas. E, em muitos casos, boas intenções sobretudo naquilo que é publicamente declarado. O diabo é que as contradições derivadas de interesses antagónicos – que os há mesmo, e poderosos – não se resolvem apenas com a boa vontade das partes, incluindo,

## Pontos Naturais

• Mário Castrim

### Actualidade

#### Ludmila

Ludmila, na sua amada Ucrânia, era professora de dança. Trabalha em Portugal numa fábrica têxtil. Está desempregada mas tem esperança, pois lhe prometeram algumas horas numa instituição para ensinar a sua arte.

Ludmila feliz como se voltasse à Pátria.

#### 2002, não, 1500, sim!

Em tempos de desemprego a repórter andou por terras de Belmonte terra natal de Pedro Álvares Cabral.

E disse:

– Se vivesse hoje, até Pedro Álvares Cabral estava desempregado.

Com os braços parados todos os Brasis se perdem.

#### Exílio

Quando fui à Suíça havia no meu hotel cinco empregadas alentejanas. Uma era das margens do Guadiana. Falava com a voz serena de ira como só os alentejanos falam da sua cooperativa devolvida aos agrários ao mato e à tristeza – Venha logo comer umas migas connosco – disse.

A Suíça está cheia de segredos terríveis.

#### Entrevista

– Vai haver desemprego?  
– Não, desemprego não. Claro que se impõe algum emagrecimento no peso dos trabalhadores...

Que bem falam os doutores da lei do mercado! Tudo com nome adequado. Que nome darão às lágrimas?

#### Notícia de uma lenda

Saiu a Rainha Santa com uma carga de pão para os famintos da terra.  
– O que levais, Senhora, no regaço?  
(pergunta o rei de alma fria cortando-lhe o passo)

– Senhor – disse ela – é poesia.

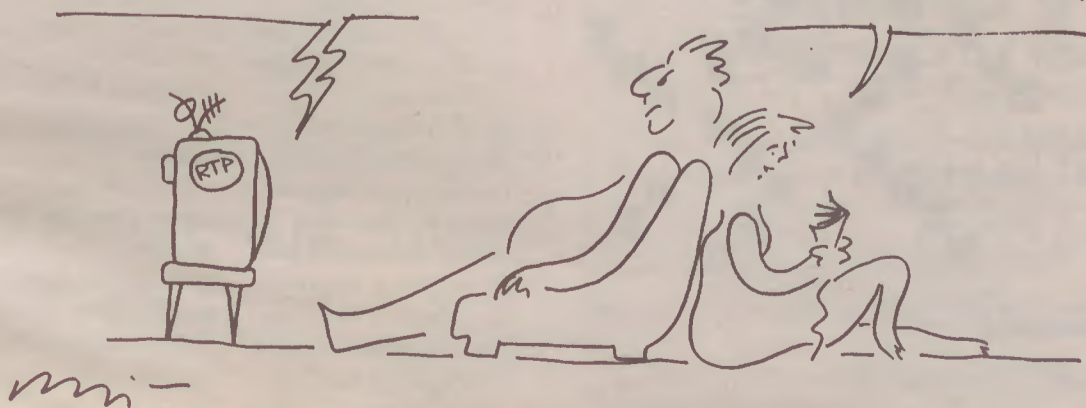
## Cartoon

• Monginho

GEORGE W. BUSH  
EXIGE QUE OS PALESTINIANOS  
MUDEM DE LIDERANÇA

"PARA ABRACAR  
A DEMOCRACIA E  
A PAZ"...!!!

TALVEZ O ARIEL SHARON  
NÃO?... DAVA JEITO!





## Religiões

• Jorge Messias

Não nos devemos deixar enganar pelos eventuais cenários que o actual Governo nos oferece, de privatização, extinção ou qualquer outra forma de alienação dos canais públicos da TV. Impetuosas arremetidas dos partidos de direita, polémicas decisões do Tribunal Constitucional e um aparente recuo dos ministros de Durão Barroso desviam as atenções da opinião pública dos gigantescos interesses que toda esta movimentação tenta ocultar. No entanto, as páginas e páginas publicadas na imprensa, nos últimos 15 anos, permitem reconstituir boa parte do romance negro cujos protagonistas são, por um lado, o sector público da TV; por outro lado, a Igreja e os grupos económicos multinacionais interessados no saque de tão saborosa fatia de mercado. Naturalmente que o melhor da nossa atenção irá para os desempenhos da hierarquia católica portuguesa, pioneira desta ofensiva em que a igreja participa unida ao grande capital. A volumosa massa de documentos disponível permite seguir, desde o início da década de 80, as principais operações do projecto da televisão católica. Narra parte do que tem sido a complicada teia de interesses políticos, económicos e religiosos, constantemente presentes no negócio da TV.

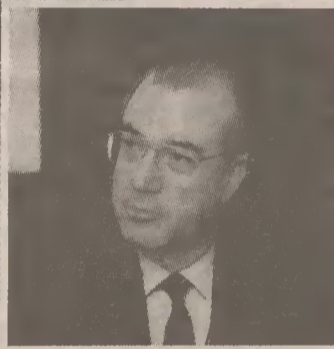
# O projecto televisivo da Igreja Católica (I)



Aponta para a persistência com que a hierarquia católica tem mantido um objectivo mediático central: a entrada e expansão, a baixos custos, na rede de sinais da TV pública. E, sobretudo, descreve-nos o perfil de um episcopado dinâmico e ambicioso, sem nada de espiritual. Durante cerca de vinte anos, manteve-se em luta contra os interesses concorrentes, desenvolveu uma intensa política de alianças comerciais, sondou e estudou os mercados, acumulou investimentos próprios e alheios, montou um poderoso aparelho de «marketing», entrou na Bolsa, instalou-se em órgãos de decisão e mobilizou, para o projecto, o apoio das vontades, inicialmente indecisas, do clero e do mundo religioso católico português. Ainda que só fosse por tudo isto, ficaria suficientemente provado que a Igreja Católica é gerida por um eficiente corpo de gestores, dotados de inventiva e de evidente vocação para a intrincada teia da alta finança.

### Elementos disponíveis

Tentaremos reunir em três grupos os principais elementos disponíveis. **No primeiro grupo** (c. 1985/92), recordaremos como foi inicialmente difícil ao Patriarcado de Lisboa fazer avançar, dentro da Igreja, esta ideia de um canal televisivo católico. D. António Ribeiro viu-se então confrontado com duas objecções de fundo: 1. **Que TV para a igreja?** - nacional, com direcção centralizada, dependente do Patriarcado? Ou regional, de âmbito episcopal, dotada de equipamentos ligeiros e dirigida pelos bispos diocesanos? 2. **Que riscos correria o património da Igreja caso o projecto falhasse?** Que apoios e subsídios estatais garantidos? Por que suporte à iniciativa poderia o Vaticano, ainda a braços com grandes escândalos financeiros, vir a responsabilizar-se? Foram sete anos de uma incessante actividade empresarial da hierarquia que viria a coroar-se com dois êxitos retumbantes. À Igreja portuguesa foram atribuídos, não apenas um canal privado de televisão mas, igualmente, 80% dos tempos de antena do programa religioso que a Antena 2 passou depois a emitir regularmente. **No segundo grupo** (c. 1992/1996), trataremos à memória o que, num curto espaço de tempo, se caracterizou pela *ascensão e morte da TVI*. A guerra de bastidores entre a nova estação, a Rádio Renascença, o Opus Dei e a Universidade Católica. A questão da rede pública de sinais, a pagar por quem? As confusas alianças financeiras e os aumentos de capital. As promessas não cumpridas dos governos de direita. Os choques com a Alta Autoridade da CS. **No terceiro grupo** (c. 1996 até à actualidade), reunir-se-ão dados mais informativos sobre as operações financeiras que acompanharam a aquisição da TVI pela Media Capital, o abandono por parte da Igreja da «linha editorial» do canal, ainda que mantendo as posições financeiras na empresa, e as novas ambições religiosas na área televisiva, com base nas conquistas alcançadas pelo grupo investidor inicial (o *núcleo duro*) mas ampliando-as, incessantemente, no sentido de conquistar o domínio completo, não num qualquer canal de TV privado, mas numa estação pública, como a RTP2.



Antena 2 passou depois a emitir regularmente. **No segundo grupo** (c. 1992/1996), trataremos à memória o que, num curto espaço de tempo, se caracterizou pela *ascensão e morte da TVI*. A guerra de bastidores entre a nova estação, a Rádio Renascença, o Opus Dei e a Universidade Católica. A questão da rede pública de sinais, a pagar por quem? As confusas alianças financeiras e os aumentos de capital. As promessas não cumpridas dos governos de direita. Os choques com a Alta Autoridade da CS. **No terceiro grupo** (c. 1996 até à actualidade), reunir-se-ão dados mais informativos sobre as operações financeiras que acompanharam a aquisição da TVI pela Media Capital, o abandono por parte da Igreja da «linha editorial» do canal, ainda que mantendo as posições financeiras na empresa, e as novas ambições religiosas na área televisiva, com base nas conquistas alcançadas pelo grupo investidor inicial (o *núcleo duro*) mas ampliando-as, incessantemente, no sentido de conquistar o domínio completo, não num qualquer canal de TV privado, mas numa estação pública, como a RTP2.

## Pontos Cardeais

### Demissões

«Demitir-me seria uma cobardia», veio dizer o treinador da selecção nacional, António Oliveira, após um longo silêncio desde o descalabro final da equipa portuguesa no Mundial de Futebol com a derrota frente à Coreia.

Não sabemos como pode ser uma cobardia, tanto mais que uma demissão, neste caso de um treinador de futebol na sequência de uma derrota clamorosa, surge sempre não como eventual «castigo» ou retaliação pelo trabalho anterior mas, essencialmente, como falta de confiança no trabalho futuro, tanto por parte do contratado (o treinador) como do contratante (os clubes ou a federação).

Dá não se perceber onde diabo estará a tal «cobardia» de Oliveira num hipotético auto-afastamento de um posto e uma responsabilidade para que, manifestamente, não terá condições de continuar a exercer.

Já é mais lógico e natural que o treinador Oliveira tenha falta de coragem em perder o direito a uma choruda indemnização contratual só pelo facto de apresentar a sua demissão. É humano e não tem nada a ver com cobardia, né verdade? Limita-se a circunscrever-se na velha defesa dos interesses pessoais e é feio querer camuflar-se isso com ridículas exhibições de «coragem» ou recusa de inventadas «cobardias»...

### Saneamentos?

A súbita e inesperada retirada do embaixador Seixas da Costa da ONU, onde representava Portugal, para um posto pouco mais que honorífico na OSCE levantou uma onda de protestos por parte do PS, que acusou frontalmente o Governo de Durão Barroso e o Ministério dos Negócios Estrangeiros chefiado por Martins da Cruz de «saneamento político», tanto mais que o embaixador se havia filiado recentemente no PS, embora já houvesse trabalhado no passado, como diplomata, às ordens directas do próprio Durão Barroso, quando este teve responsabilidades na pasta dos Negócios Estrangeiros no primeiro Governo de Cavaco Silva.

Não se sabe se foi ou não «saneamento», embora se anote, com estranheza, que se tenha optado por esta retirada do diplomata da ONU precisamente quando este estava para ser promovido na hierarquia desta organização internacional, o que deixou perplexa a própria ONU e interrogativo o país.

Entretanto, se se confirmar a «deslocação» também da diplomata Ana Gomes do seu posto em Jacarta - de que também há «rumores», nesta «mudança parcial» nas embaixadas -, será caso para se desconfiar ainda mais seriamente das motivações político-partidárias destas movimentações diplomáticas. É que a embaixadora Ana Gomes também se inscreveu no PS, juntamente com Seixas da Costa, por ocasião das últimas eleições autárquicas...

### Raças

Tantas vezes vai o cântaro à fonte, que acaba por perder a asa... Foi o que aconteceu a Paulo Portas no passado fim-de-semana, ao presidir como ministro da Defesa a uma cerimónia em Santo Tirso homenageando os «antigos combatentes», que Portas se tem esforçado nos últimos anos por arregimentar. Rodeado de altas autoridades locais e regionais do poder civil, militar e religioso, o ministro Portas teve de ouvir, às tantas, a intervenção de um dirigente de uma dessas associações de veteranos militares a dividir os portugueses entre «os de raça boa e os de raça duvidosa» que, para esclarecer tal alarvidade, «explicou» que os tais de «raça duvidosa» «criaram descendentes e raízes em Portugal que não têm nada a ver com a nossa raça lusitana!»

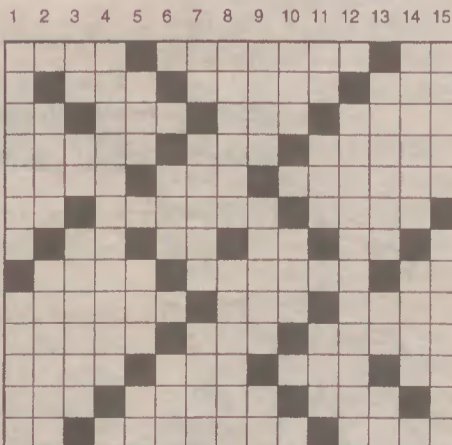
Portas ainda procurou amenizar estas enormidades racistas afirmando, posteriormente, que «somos um Estado-Nação perfeito» e «não estamos divididos pela língua, pela cultura, pela raça e pela religião», mas o mal já estava feito.

Não é de estranhar. Há anos que Paulo Portas anda sistematicamente a semear discursos xenófobos e racistas. Discursos destes são a colheita lógica e natural da «raça» que tem vindo a ser semeada...

## Palavras Cruzadas

**HORIZONTAIS:** 1 - Reborço do chapéu (pl.); que tem barba; avenida (abrev.). 2 - Ontem (ant.); entrada de um porto; mulher que cria criança alheia. 3 - Depois de Cristo (abrev.); prep. designativa da relação de meio, qualidade, modo, forma, lugar, causa, duração de tempo, continuação, substituição, etc.; elemento de formação de palavras que exprime a ideia de animal; sobrepôr. 4 - Levantar âncora; jibóia; limalha. 5 - Cair com estrondo e rapidez; mula; violento. 6 - Gume; corda ou cabo grosso com que se atraca o navio; matéria corante azul de origem vegetal. 7 - Extraterrestre (abrev.); a si mesmo; Instituto de Camões (abrev.); terceira pessoa do sing. do pres. do ind. do verbo haver. 8 - Aguçó; cinza ou borralho do lar; perversa. 9 - Contrário; desloca-se para fora; ligar. 10 - Líquido branco, fornecido pelas glândulas mamárias das fêmeas dos mamíferos; interpretar por meio de leitura; rompe com violência. 11 - Fêmea do gato; doçura (fig.); red. de maior; grito aflitivo. 12 - Graúdo; cada um dos nós de fio entrançado ou tecido; pequeno poema medieval narrativo ou lírico. 13 - Molibdénio (s.q.); longo serão; pilão cilíndrico usado no serviço dos calceteiros.

**VERTICAIS:** 1 - Percorreram; qualquer. 2 - Objecto ou figura formada por duas hastes que se cruzam em ângulo recto; adoidado. 3 - Palavra havaiana que designa lavas ásperas e escoriáceas; nome da letra grega que corresponde ao P latino; produto de uma causa. 4 - Relativo à separação de um Estado, província, etc. 5 - Grande quantidade; glêcido simples, não hidrolisável; a mim. 6 - Certamente; grande massa de água salgada. 7 - Abade (abrev.); tecido de lã simples e grosseiro; vaidoso (reg.). 8 - Raciocinar; presilha. 9 - Pão de milho; detestar; Anno Domini (abrev.). 10 - Argola; tumba. 11 - Oferecer; altar cristão; relação. 12 - Feriram ou mataram com punhal. 13 - Indiferença; nona letra do alfabeto (pl.); caminhava. 14 - Sem a noção dos princípios da moral; feiticeira. 15 - Cada uma das varas que saem dos lados de um veículo, entre as quais se atrela o animal que puxa o mesmo veículo; granizo.



**SOLUÇÃO:**  
**HORIZONTAIS:** 1 - Abs; barbado; av. 2 - Aer; barra; ama. 3 - DC; por; zoc; apor. 4 - A; par; hor; apa; ra. 5 - R; ur; m; uat; b; utal. 6 - Az; amarr; anil. 7 - ET; seg; I; C; h; a. 8 - Aflo; larad; má. 9 - A; vessor; sai; har. 10 - L; el; ler; rasga. 11 - G; al; mal; mor; al. 12 - U; do; mal; har. 13 - M; os; seroad; maça. 14 - B; ro; ar; ar; ar; ar. 15 - A; p; a; t; a; r; a. 16 - A; p; a; t; a; r; a. 17 - D; a; t; ar; ar; ar. 18 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 19 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 20 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 21 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 22 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 23 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 24 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 25 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 26 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 27 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 28 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 29 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 30 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 31 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 32 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 33 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 34 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 35 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 36 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 37 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 38 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 39 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 40 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 41 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 42 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 43 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 44 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 45 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 46 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 47 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 48 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 49 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 50 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 51 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 52 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 53 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 54 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 55 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 56 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 57 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 58 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 59 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 60 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 61 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 62 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 63 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 64 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 65 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 66 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 67 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 68 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 69 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 70 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 71 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 72 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 73 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 74 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 75 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 76 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 77 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 78 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 79 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 80 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 81 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 82 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 83 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 84 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 85 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 86 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 87 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 88 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 89 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 90 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 91 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 92 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 93 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 94 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 95 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 96 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 97 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 98 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 99 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m. 100 - A; p; u; n; h; a; l; ar; a; m.



## Reuniões e Plenários

### Almada

**Dia 29** – Plenário de militantes da organização da **Cova da Piedade** (Centro de Trabalho da Cova da Piedade, às 15h); assembleia da organização da freguesia de **Trafaria** (no Casino, às 15h).

**Dia 30** – Assembleia da organização da freguesia de **Sobreda** (na Comissão de Moradores de Vale de Sobreda, às 15h).

**Dia 5 de Julho** – Plenário de militantes da organização de **Cacilhas** (na Junta de Freguesia de Cacilhas, às 21h).

### Amadora

**Dia 27** – Reunião do OD do **Sector de Empresas da Amadora** (Centro de Trabalho, às 18h30).

**Dia 28** – Reunião da célula dos **Professores da Amadora**, com a participação do camarada **Carlos Grilo** (no CT da Amadora, 18h).

### Barreiro

**Dia 27** – **Plenário concelhio de militantes** para discussão das conclusões da Conferência Nacional (auditório do Centro de Trabalho, às 21h).

**Dia 29** – Almoço-convívio da organização da freguesia de **Verderena** na Quinta da Atalaia (às 13h); plenário de militantes da organização da freguesia de **Santo António** para discussão das conclusões da Conferência Nacional (às 15h, no CT da freguesia).

**Dia 4 de Julho** – Plenário de militantes do **Sector Químico** para discussão das conclusões da Conferência Nacional (às 17h30, no CT Concelhio).

### Lisboa

**Dia 27** – Plenário de militantes do **Sector de Transportes da ORL** para discussão das conclusões da Conferência Nacional e situação política e social, com a participação do camarada **José Casanova** (no CT Vitória, às 18h).

### Matosinhos

**Dia 20** – **Plenário concelhio de militantes** (no Centro de Trabalho de Matosinhos, às 15h30).

### Odivelas

**Dia 29** – Plenário de militantes da freguesia de **Caneças** para análise das conclusões da Conferência Nacional (no Centro de Trabalho local, às 16h).

### Palmela

**Dia 29** – Plenário de militantes da freguesia de **Pinhal Novo** para balanço da Conferência Nacional (no Centro de Trabalho da freguesia, às 15h).

**Dia 3 de Julho** – Plenário de militantes da freguesia de **Pocirão** para balanço da Conferência Nacional (em casa do cam. Custódio Armando, em Aigualva de Cima, às 21h).

## Ciclo de Debates

### Desenvolvimento Sustentável

Lisboa - Espaço Cultural Vitória

Energia e Desenvolvimento Sustentável

3ª Sessão:

**Energias renováveis – Energia nuclear**

Apresentação por **Francisco Branco** e **Frederico Carvalho**

Sexta-feira, 28 de Junho, às 21h



## Visita de eleitos CDU à freguesia de Alhandra

No próximo sábado, eleitos locais e municipais visitam zonas da freguesia de Alhandra – designadamente a do Castelo e Cemitério, a da Ribeira de Santo António e a zona ribeirinha. A visita tem início às 9 e 30, com concentração na Praça 7 de Março, e conclui-se, às 15h, com uma reunião para análise da visita e dos problemas constatados.



## Jornada de Trabalho do Concelho de Cascais

30 de Junho  
Sardinhada

**Transporte**, com inscrições no CT de Cascais (Saída de Alcabideche/7h45, paragens em Alcoitão, Tires, Murtal, Parede, Rana e Sassoeiros/8h20)

Em Julho:

## Torneio de Futebol de Salão em Santa Iria de Azóia

(Ringue da Escola dos Lápis)  
Inscrições até 30 de Junho  
no CT do PCP (219590010)  
e na Papelaria Matriochka (219561005)

## Campanha pró-Centro de Trabalho de Alcochete

### Passeio a bordo da fragata «Alcatejo»

**Dia 29 de Junho** - Saída da Ponte-Cais às 9h com destino às Festas de S. Pedro e ao almoço no Seixal e regresso a Alcochete cerca das 16h  
(Inscrições: tels. 918885014 – 962473599 – CT: 212340344)

## Excursão a Baleizão com visita à Barragem do Alqueva e Aldeia da Luz

promovida pela Comissão de Freguesia de Queluz  
**Domingo, 30 de Junho**  
(Inscrições: CT Cacém – tel. 219142336)

## Caldas da Rainha

Domingo, 7 de Julho

**Mercado-festa**

na Mata do Hospital

organizado pela Comissão Concelhia do PCP

Venda de produtos agrícolas – Quermesse –

Almoço regional

Animação musical com o Duo «5 Estrelas»  
Com a participação de um camarada do CC,  
que intervirá sobre a situação política

## Festa Popular

na **Damaia**

Jardim 25 de Abril

(Junto à Estação da CP)

**Domingo-30 Junho**

**A partir das 15h.**

Comes e bebes

Sai-sempre

Música de intervenção e popular com:

**Helder, Hugo e Luis**

Às 17,30 h. **Intervenção política com**

**José Casanova**

Membro da Comissão Política do C.C. do PCP

Comissão de Freguesia de Damaia



## Setúbal

Colectivo do Secundário de Setúbal organiza

## 48 Horas de Utopia

Dias 28 e 29, sexta e sábado, tarde e noite, no Largo da Misericórdia

**Debates:**

- **A globalização e a luta dos trabalhadores**, com Margarida Botelho, sexta à 15h

- **A situação internacional**, com Ângelo Alves

**Almoços e jantares-convívios** nos dois dias.

**Bandas e animadores de Setúbal:**

Ex Plus Two, Skapula, GTC, Hidden Passenger, Fake, Filipe, Vozes da Rua

**Teatro – Poesia – Djembés e Fogo**

sábado à noite – **Animação de rua**



## Torres Vedras

Convívio com a Juventude no restaurante «Toca do Reformado»

Dia 29 às 15h, com Miguel Madeira

## Castelo Branco

Sábado, 29 de Junho

**Convívio-sardinhada no Centro de Trabalho**

Almoço (às 13h)

**Intervenção política por Armando Morais** sobre as conclusões da Conferência Nacional  
**Concerto JCP** com a banda local «Purple Angel»

## Lisboa

Sábado, 29 de Junho

**Festa Popular na Freguesia de S. João**

(Pç. Paiva Couceiro)

Manhã infantil (a partir das 10h) – Comes e bebes

Música popular e de intervenção

com «Grupo 3 de Abril» (às 15h)

**Intervenção política por Francisco Lopes**

## Viagem ao Brasil

5 a 13 de Outubro 2002

promovida pela Com. Concelhia de Almada  
(Informações: cam. Cabrita – 212752777)

## Viagem às Capitais Nórdicas

Oslo – Copenhaga – Estocolmo

28 de Julho a 5 de Agosto 2002

promovida pela DORS

(informações: cam. Adelaide – 265521180)



# ATVer

## O Dia da Besta

(Quinta-feira, 27.06.02, RTP-2)

**O Dia da Besta**, do espanhol **Alex de la Iglesia**, é uma alucinante história apocalíptica sobre o nascimento do Anticristo (feita em 1995 e onde o realizador se antecipou à copiosa produção de Hollywood sobre o tema «milenarista»). O filme é profundamente irónico e coloca um pacato padre espanhol a tentar descobrir e eliminar o Anticristo em plena cidade de Madrid, para o que encontra dois insólitos aliados e executa um percurso alucinante e perigoso pela noite madrilenha, que se nos revela perigosa, depravada, violenta e dantesca. Um filme inteligente e ousado, marcado por um humor corrosivo e mesmo hilariante, onde o contemporâneo cinema espanhol «mostra» a Hollywood e aos norte-americanos não apenas que é possível realizar com muito menos meios grandes fantasias bíblicas e satânicas como, sobretudo, estes não detêm o monopólio destas produções.

## Vestida Para Matar

(Quinta-feira, 27.06.02, RTP-1)

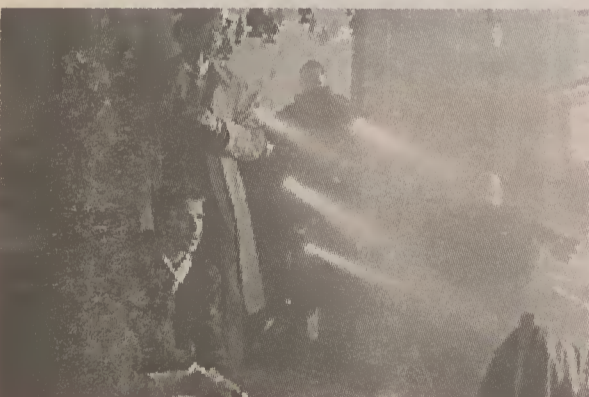
**Vestida Para Matar** foi um dos grandes êxitos comerciais de **Brian de Palma**, que se impunha, em 1980, como um dos «herdeiros» do cinema de suspense de Alfred Hitchcock que, aliás, de Palma cita e homenageia assumidamente em várias cenas deste filme (e noutros que faria posteriormente). Assim, **Vestida Para Matar** é um filme de referências e citações, ostensivamente construído sobre a memória do cinema de Hitchcock mas elaborado com inegável inventiva visual e engenhosa atmosfera de pura



**Vestida Para Matar** foi um dos grandes êxitos comerciais de **Brian de Palma** em 1980, onde homenageia Hitchcock



**O Último Imperador**, um grande espectáculo que relata a vida do último imperador da China



**Sete Pecados Mortais**: um dos mais surpreendentes thrillers de meados dos anos 90

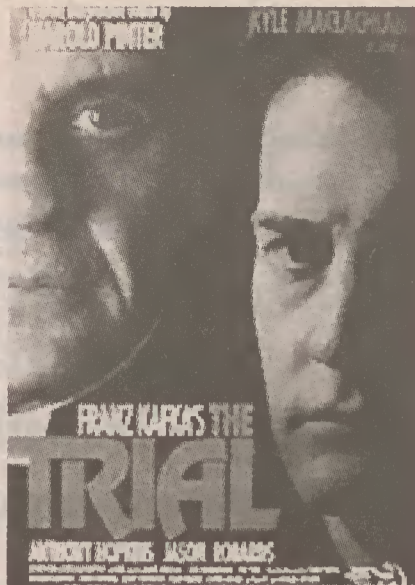
inquietação, magistralmente servido pela grande interpretação de **Michael Caine**, aqui num dos grandes papéis da sua carreira. A história gira à volta de um improvável par de investigadores (um adolescente e uma prostituta de luxo) que se vêem arrastados para o desmascaramento de um demencial e perverso assassino.

## Na Linha de Fogo

(Sábado, 29.06.02, SIC)

**Clint Eastwood** interpreta a figura de um agente dos Serviços Secretos norte-americanos

O Processo mostra até que absurdos pode ir a burocracia



com uma nova oportunidade de se limpar do fiasco na operação de protecção ao Presidente Kennedy, em 1963 e, 30 anos depois, tem oportunidade de defender o Presidente de um assassino maníaco e altamente elaborado (e superiormente interpretado por **John Malkovitch**), que prepara um minucioso atentado para o liquidar. Um filme de acção feito à medida de **Clint Eastwood**, que **Wolfgang Peterson** realiza com a sua habitual competência.

## Sete Pecados Mortais

(Segunda-feira, 01.07.02, RTP-2)

Volta aos ecrãs um dos mais surpreendentes thrillers de meados dos anos 90 e que já se tornou num clássico na galeria do género. Realizado por **David Fincher** (que já nos dera *Alien 3*, depois de uma bem sucedida carreira na publicidade e no teledisco), o filme fascina desde logo pela sua atmosfera de viagem iniciática protagonizada por dois polícias de Nova Iorque que, ao tentar desesperadamente localizar e deter um perigosíssimo serial killer, vão acabar por enfrentar todos os seus fantasmas e mergulhar nos abismos da perversão. Portentoso, o trabalho de fotografia, determinante para criar o universo visual urbano e estilizado em que decorre esta história macabra, bem como as superiores interpretações de **Morgan Freeman** e **Brad Pitt**.

## O Último Imperador

(Terça-feira, 02.07.02, RTP-1)

**O Último Imperador** é uma grande produção que, ao longo de mais de duas horas e meia, recria as passagens mais significativas da vida do último imperador da China. O italiano **Bernardo Bertolucci** assina um filme grandioso e espectacular, na sua magnífica reconstrução de época, onde se reuniram actores e técnicos de mais de seis países, durante seis meses de rodagem na China com expressa autorização das autoridades chinesas, que permitiram a Bertolucci ser o primeiro ocidental a filmar no interior da Cidade Proibida, a residência oficial imperial chinesa, que é hoje um museu. Nove mil peças de guarda-roupa, quase 20 mil figurantes e dezenas de milhões de dólares ajudaram Bertolucci a recriar a apaixonante, amarga e irónica trajectória de um homem que foi imperador da China e acabou os seus dias como insignificante jardineiro, num filme ambicioso e deslumbrante que, além de conquistar os nove óscar para que fora nomeado, constituiu o marco de um regresso ao grande cinema clássico das belas e espectaculares reconstruções históricas.

## O Processo

(Terça-feira, 02.07.02, RTP-1)

Partindo da adaptação do celeberrimo romance homónimo de Franz Kafka, **O Processo** é um estranho, bizarro e intrigante drama sobre o pesadelo de um vulgar funcionário de Praga que é preso e julgado sem nunca saber do que é acusado. **David Jones** deu um belo tratamento visual ao complexo argumento de **Harold Pinter**, num filme com uma gótica atmosfera de paranóia e perseguição filmado na própria cidade de Praga e contando com um elenco notável, onde sobressaem nomes como **Anthony Hopkins**, **Kyle MacLachlan**, **Alfred Molina** ou **David Thewlis**.

## Quinta, 27

### ▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões - Local  
14.30 Via Aberta  
16.30 Amor e Ódio  
17.15 Ajuste de Contas  
18.15 Quebra Cabeças  
19.00 O Preço Certo em Euros  
20.00 Telejornal  
21.00 Gregos e Troianos  
23.00 Futebol - Mundial 2002 (Diário)  
00.15 Conversas de Mário Soares  
01.15 24 Horas  
01.30 «Vestida para Matar» (Filme)

### ▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil  
11.00 Euronews  
13.00 Mesa à Portuguesa  
13.30 Sinais do Tempo  
14.30 Euronews  
17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
18.45 Horizontes da Memória  
19.30 Clube da Europa  
20.00 Casei com uma Feiteiceira  
20.30 3º Calhau a Contar do Sol  
21.00 Dharma e Greg  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 Roswell  
24.00 «O Dia da Besta» (Filme)  
01.30 Portugalmente

### ▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil  
09.30 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Às Duas por Três

## Sexta, 28

### ▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões - Local  
14.30 Via Aberta  
16.30 Amor e Ódio  
17.15 Ajuste de Contas  
18.15 Quebra Cabeças  
19.00 O Preço Certo em Euros  
20.00 Telejornal  
21.15 O Elo Mais Fraco  
22.00 Mundial 2002 (Resumos dos jogos)  
23.00 «Linha Vermelha» (Filme)  
00.40 «Voyeur.com» (Filme)  
02.35 24 Horas  
02.45 Longa-metragem

### ▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil  
11.00 Euronews  
13.30 Retratos - «Jayne Mansfield»  
14.30 Euronews

## Sábado, 29

### ▼ RTP 1

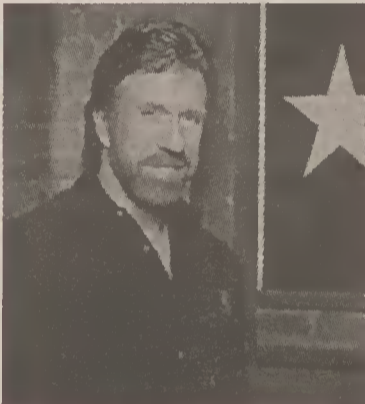
07.00 Infantil/Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Top +  
15.00 O Passeio dos Alegres  
19.30 Contra-Infominação  
20.00 Telejornal  
21.00 Histórias do Futebol  
22.00 Mundial 2002 (Resumos)  
01.00 24 Horas  
01.15 «Brian Voltou» (Filme)

### ▼ RTP 2

07.00 Euronews  
09.00 Universidade Aberta  
12.00 Iniciativa  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto 2  
19.30 Horizontes da Memória  
20.00 Famílias  
20.30 Bombordo  
21.00 Por Outro Lado  
22.00 Jornal 2  
23.00 O Lugar da História  
00.00 Britecom



Paolo Conte, um famoso autor e cantor italiano: domingo, em «Artes & Letras»



Com o Verão, o imprescindível Ranger...



«Sete Palmos de Terra», mais uma série premiada (na RTP2)

16.00 Malhação  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.15 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
22.00 Fúria de Viver  
23.00 O Clone  
24.00 Loucas Perseguições  
01.00 Febre da Bola  
01.30 Soldados Virtuais

### ▼ TVI

08.15 Animação Infantil  
09.45 As Manhãs da TVI  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Diário da Academia  
14.30 Jardins Proibidos  
16.00 Sonhos Traídos  
17.30 Academia das Estrelas  
18.00 Tudo por Amor  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Anjo Selvagem  
22.30 Sonhos Traídos  
23.15 «Luta pela Verdade» (Filme)  
01.00 Jornal do Mundial  
01.30 «O Desaparecimento de Kelly» (Filme)

17.00 Informação Gestual  
18.15 Informação Religiosa  
19.00 2010  
20.00 Casei com uma Feiteiceira  
20.30 3º Calhau a Contar do Sol  
21.10 Dharma e Greg  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 Porto da Minha Infância  
24.00 Por Outro Lado Especial - «Manoel de Oliveira»  
01.00 «A Flor do Meu Segredo» (Filme)  
01.50 Portugalmente

### ▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil  
09.30 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Às Duas por Três  
16.00 Malhação  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.15 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
22.00 O Clone  
23.00 O Grande Mestre  
00.30 Sexappeal  
01.30 Febre da Bola  
03.00 «O Massacre»

01.00 Saxazul (Gravações do Festival de Cascais)  
02.00 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

### ▼ SIC

08.00 Sic a Abrir  
12.00 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.45 Catarina.com  
14.30 «Walker, o Ranger do Texas» (Telefilme)  
16.00 A Vingadora  
16.45 Air America  
17.45 «Cidade da Alegria» (Filme)  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Linha da Sorte  
22.30 Como Salvar Crianças  
23.30 «Na Linha de Fogo» (Filme)  
01.30 Febre da Bola  
02.00 Residencial Tejo  
03.00 A Rainha de Espadas

### ▼ TVI

08.30 Animação  
09.30 Os Animais do Mundo  
11.00 Sonhos Traídos  
12.00 Lux  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Contra-Ataque  
15.15 Anjo Selvagem  
18.00 Tudo por Amor  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Super Pai  
22.15 O Último Beijo  
23.45 «Dave, Presidente por um Dia» (Filme)  
01.45 Jornal do Mundial  
02.15 «Os Excessos do Amor» (Filme)

### ▼ TVI

08.15 Animação Infantil  
09.45 As Manhãs da TVI  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Diário da Academia  
14.30 Jardins Proibidos  
16.00 Sonhos Traídos  
17.30 Academia das Estrelas  
18.00 Tudo por Amor  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Anjo Selvagem  
22.30 Sonhos Traídos  
23.15 «Comportamento Indecente» (Filme)  
00.45 Jornal do Mundial  
01.30 «As Guerras do Pentágono» (Filme)



## Domingo, 30

## ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
11.15 Planeta Azul  
11.30 Mundial 2002 - Final  
14.00 Jornal da Tarde  
15.00 João Baião  
18.45 Melhor É Impossível  
20.00 Telejornal  
21.30 Camilo, o Pendura  
22.00 Mundial 2002 (Resumo da Final)  
01.00 24 Horas  
01.15 «Sem Alibi» (Filme)

## ▼ RTP 2

07.00 Euronews  
09.00 Programa Religioso  
11.30 Horizontes da Memória  
12.00 Turma das Ciências  
13.00 Uma Gota para a Vida  
14.00 Desporto 2  
18.30 Futebol, o Jogo Maravilhoso  
19.30 Onda Curta  
20.00 Os Miseráveis (2)  
21.00 Artes e Letras - «Paolo Conte»  
22.00 Jornal 2  
23.00 «O Nosso Futebol» (Filme português)  
00.30 Sinais do Tempo  
01.30 2010 (Rep.)

## ▼ SIC

07.00 SIC a Abrir  
12.00 BBC - Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Bébê a Bordo  
16.00 Jornada de Dois (Filme)  
18.00 «As Aventuras de Rocketeer» (Filme)  
20.00 Jornal da Noite  
22.00 Herman SIC  
24.00 «Armadilha Fatal» (Filme)  
02.15 Febre da Bola  
03.00 A Rainha de Espadas

## ▼ TVI

09.00 «A Cidade Fortaleza» (Filme)  
11.00 Cerimónias Religiosas  
13.00 TVI Jornal  
13.45 «Terra Prometida»  
16.00 Domingo Fantástico  
18.00 «Bons Vizinhos» (Filme)  
20.00 Jornal Nacional  
21.45 Super Pai  
22.45 O Último Beijo  
24.00 «A Última Caminhada» (Filme)  
02.15 Jornal do Mundial  
03.45 «Condenado à Morte» (Filme)

## Segunda, 1

## ▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões - Local  
14.30 Via Aberta  
16.30 Amor e Ódio  
17.15 Ajuste de Contas  
18.15 Quebra Cabeças  
19.00 O Preço Certo em Euros  
20.00 Telejornal  
21.15 Sorte Grande  
21.30 O Elo Mais Fraco  
22.45 «Massagens de Corpo Inteiro» (Filme)  
00.45 24 Horas  
01.00 «Obsessão» (Filme)

## ▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil  
11.00 Euronews  
13.00 Mesa à Portuguesa  
13.30 O Lugar da História  
14.30 Euronews  
17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Planeta Azul  
19.30 Caderno Diário  
19.45 Veterinário de Emergência  
20.10 Casei com uma Feiteiceira  
20.35 No Centro e Arredores  
21.00 Dharma e Greg  
21.30 Objectos Estranhos  
22.00 Jornal 2  
23.00 Sete Palmos de Terra  
00.00 «Sete Pecados Mortais» (Filme)  
01.50 Portugalmente

## ▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil  
09.30 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Rex, o Cão Polícia  
15.00 Às Duas por Três  
16.00 Malhação  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.15 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
22.00 Fúria de Viver  
23.00 O Clone  
24.00 Loucas Perseguições  
01.30 «Os Fabulosos Irmãos Baker» (Filme)  
03.00 Cielo Karajan - Dvorak

## ▼ TVI

07.30 Animação Infantil  
11.00 As Manhãs da TVI  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Jardins Proibidos  
15.00 Bora Lá Marina  
16.15 Sonhos Traídos  
17.30 Academia das Estrelas  
18.00 Marés Vivas  
19.00 Tudo por Amor  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Anjo Selvagem  
22.15 Sonhos Traídos  
23.00 «Inspectors» (Filme)  
01.15 «Os Bons Malandros» (Filme)

## Terça, 2

## ▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões - Local  
14.30 Via Aberta  
16.30 Amor e Ódio  
17.15 Ajuste de Contas  
18.15 Quebra Cabeças  
19.00 O Preço Certo em Euros  
20.00 Telejornal  
21.00 Grande Informação  
21.45 O Elo Mais Fraco  
22.45 «O Último Imperador» (Filme)  
01.30 24 Horas  
01.45 «O Processo» (Filme)

## ▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil  
11.00 Euronews  
13.00 A Mesa à Portuguesa  
13.30 2010  
14.30 Euronews  
18.15 Informação Religiosa  
19.15 Onda Curta  
19.45 Turma das Ciências  
20.00 Casei com uma Feiteiceira  
20.30 3º Calhau a Contar do Sol  
21.00 Dharma e Greg  
21.30 Objectos Estranhos  
22.00 Jornal 2  
23.00 Os Limites do Terror  
00.00 «Emma» (Filme)  
01.50 Portugalmente.

## ▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil  
09.30 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Rex, o Cão Polícia  
15.00 Às Duas por Três  
16.00 Malhação  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.15 Coração de Estudante

## ▼ TVI

07.30 Animação Infantil  
11.00 As Manhãs da TVI  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Jardins Proibidos  
15.00 Bora Lá Marina  
16.15 Sonhos Traídos  
17.30 Academia das Estrelas  
18.00 Marés Vivas  
19.00 Tudo por Amor  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Anjo Selvagem  
22.15 Sonhos Traídos  
23.00 «Inspectors» (Filme)  
01.15 «Os Bons Malandros» (Filme)

20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
22.00 Fúria de Viver  
23.00 O Clone  
24.00 Loucas Perseguições  
01.30 «Procura-se» (Filme)  
03.15 Cielo Karajan - R. Strauss

## ▼ TVI

07.30 Animação Infantil  
11.00 As Manhãs da TVI  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Jardins Proibidos  
15.00 Bora Lá Marina  
16.15 Sonhos Traídos  
17.30 Academia das Estrelas  
18.00 Marés Vivas  
19.00 Tudo por Amor  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Anjo Selvagem  
22.15 Sonhos Traídos  
22.45 Gala das Estrelas  
01.15 «Murder on Shadow Mountains» (Filme)  
03.15 Os Homens do Presidente

## Quarta, 3

## ▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões - Local  
14.30 Via Aberta  
16.30 Amor e Ódio  
17.15 Ajuste de Contas  
18.15 Quebra Cabeças  
19.00 O Preço Certo em Euros  
20.00 Telejornal  
21.45 O Elo Mais Fraco  
22.45 «Crime com Castigo» (Filme)  
00.30 24 Horas  
00.45 «Tempo de Milagres» (Filme)

## ▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil  
11.00 Euronews  
13.00 Mesa à Portuguesa  
13.30 Por Outro Lado  
14.30 Euronews  
13.30 Por Outro Lado  
17.30 Informação Gestual  
18.45 Informação Religiosa  
19.15 Bombordo  
19.45 Shakespeare - Uma Análise Crítica  
20.20 Casei com uma Feiteiceira  
20.30 3º Calhau a Contar do Sol  
21.00 Dharma e Greg  
21.30 Objectos Estranhos  
22.00 Jornal 2  
23.00 Conversas de Mário Soares  
00.00 «Passado Sangrento» (Filme)  
01.50 Portugalmente

## ▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil  
09.30 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Rex, o Cão Polícia

## ▼ TVI

07.30 Animação Infantil  
11.00 As Manhãs da TVI  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Jardins Proibidos  
15.00 Bora Lá Marina  
16.15 Sonhos Traídos  
17.30 Academia das Estrelas  
18.00 Marés Vivas  
19.00 Tudo por Amor  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Anjo Selvagem  
22.15 Sonhos Traídos  
23.00 «Inspectors» (Filme)  
01.15 «Os Bons Malandros» (Filme)

15.00 Às Duas por Três  
16.00 Malhação  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.15 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
22.00 Fúria de Viver  
23.00 O Clone  
24.00 Hora Extra  
01.30 «Mulher Fatal» (Filme)  
03.15 Cielo Karajan - Vivaldi: «As Quatro Estações»

## ▼ TVI

07.30 Animação Infantil  
11.00 As Manhãs da TVI  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Jardins Proibidos  
15.00 Bora Lá Marina  
16.15 Sonhos Traídos  
17.30 Academia das Estrelas  
18.00 Marés Vivas  
19.00 Tudo por Amor  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Anjo Selvagem  
22.15 Sonhos Traídos  
23.15 «A Caminho do Inferno» (Filme)  
01.15 «Tensão Máxima em S. Petersburgo» (Filme)

## Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizadas pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

**TVisto**  
Correia da Fonseca

# A Travessia da Fome

I am os senhores que se presume serem os mais importantes da Europa e do mundo reunir-se uma vez mais, iam os que se obstinam em repetir que a inevitável globalização não tem de ser esta globalização que condena a maior parte do mundo à servidão e à miséria manifestar-se também mais uma vez, quando a «Grande Informação» na RTP 1 transmitiu uma reportagem acerca da imigração de origem africana no Sul de Espanha. Registe-se antes do mais a oportunidade da transmissão e, logo a seguir, a qualidade da reportagem assinada pelo jornalista Jorge Almeida com imagens de Manuel Santos e Fernando Andrade. A oportunidade foi pelo menos dupla: a questão da imigração clandestina ia ser um dos pontos da agenda da reunião dos senhores e, poucos dias depois da emissão, portugueses comunistas

De qualquer modo, o que ele disse veio confirmar dois dados fundamentalíssimos: o extremo desespero que impele populações do Magreb e da África saariana a correrem graves riscos de vida no fito de conseguirem uma vida digna e o misto da crueldade e inescrupuloso com que quase sempre são acolhidas.

## A falsa solução mais fácil

A reportagem intitulava-se «Travessia da Esperança» e arrancava do recente protesto de dezenas de imigrantes que sem a condição legalizada, porque só assim puderam atravessar o mar e entrar em Espanha, e vendo-se na iminência de serem devolvidos pela força à terra de origem (onde, sublinhe-se, só há trabalho para metade da população activa), se agruparam numa dependência universitária, em Sevilha, que aliás foi violada pela polícia espanhola contra a expressa vontade da reitora. Também na reportagem foi óbvio que aos proprietários agrícolas daquelas regiões interessa a «importação temporária» de mão-de-obra baratíssima e sem condições de trabalho dignas, mas olham como um incómodo a eliminar pela devolução coerciva a presença dos trabalhadores para lá dos seis meses em que lhes foram de grande utilidade. Assim, os que arriscaram uma passagem que lhes parecia de esperança e para muitos deles foi uma passagem para a morte, vêem-se ao fim de pouco tempo lançados para as valas da miséria extrema, da fome e do desabrigo, acossados pela polícia e pelos sentimentos racistas que foram denunciados não tanto por eles quanto pelo testemunho de espanhóis honrados e lúcidos. Contra isto, os poderes europeus têm querido erguer as barreiras da rejeição armada, como se a História fosse abundante em exemplos de que esse método tenha sido eficaz para sustentar movimentos migratórios de populações esfomeadas. Como se fosse mais fácil morrer de fome que desobedecer com risco de vida. Aznar propôs o requinte de confiar aos Estados de origem a tarefa das repressões violentas. A proposta da Esquerda é outra: a de, uma vez por todas, o capitalismo neoliberal sustentar a hipersucção dos povos já pauperizados e, em vez disso, promover neles um desenvolvimento efectivo que conduza ao fim da fome (das diversas fomes) e, portanto, das migrações desesperadas. Afinal, foi esta polémica com tema trágico que voltou agora a ocorrer entre os cidadãos nas ruas e os mandantes do capital nos palácios. Como sempre, o capital mandou a polícia reprimir e bater. Sempre achou que essa é a solução mais fácil. Sempre, tempos depois e pelo preço de muitos sofrimentos, ficou provado que estava enganado.



«Roswell»: extraterrestres na RTP2



## A talhe de foice

• Anabela Fino

# Animais e outros que tais

«Um animal em vias de extinção»: assim titula o «Jornal de Notícias» (JN) um artigo publicado anteontem na página 13, secção Política. Para que o leitor não se perca em cogitações sobre o espécie em causa, logo o JN esclarece tratar-se do PCP - ora quem mais havia de ser? -, informando que quem tal afirma é o «Pravda», cujo, e passamos a citar, «arrasa o PCP e admite trocá-lo, como interlocutor, pelo BE».

Espicaçados por título tão demolidor, fazemo-nos ao artigo, registando de caminho que estamos perante uma peça de cabeça, a três colunas, ocupando mais de um quarto de página e ilustrada por uma foto de uns corpos sem cabeça ostentando bandeiras do PCP. A legenda, em perfeita sintonia com o título, afirma que «o PCP está em "agonia mortal", segundo o jornal russo».

O texto não desilude as expectativas. Entre citações do tipo «[o PCP] luta desesperadamente para encontrar um novo começo de vida, um último suspiro antes de acontecer o inevitável», ou «[o PCP] em agonia mortal», ou «o PCP é uma espécie moribunda de um dinossauro político fora do prazo», ficamos a saber que a edição on-line do Pravda encheu uma folha A4 de verrinosos comentários sobre o PCP.

Para o JN, mais interessante ainda do que as considerações sobre o PCP parece ser o facto de provirem do «Pravda», pois trata de esclarecer os leitores que esse foi «o jornal oficial do Partido Comunista da União Soviética», o que sem dúvida torna a situação ainda mais séria. A questão está implícita: se já nem os russos apoiam os comunistas portugueses, que outra saída lhes resta se não desistirem?

O que parece ser o golpe de misericórdia vem a seguir, com a informação de que «a versão portuguesa do Pravda.ru (on-line), prevista para este Verão, vai contar com o Bloco de Esquerda e não com o PCP». Ao que parece, não só porque este está agonizante, mas também porque «os comunistas portugueses nunca responderam aos inúmeros contactos efectuados pelo Pravda para fornecimento de informação», prova provada de que o PCP já não é «uma organização política séria».

Tudo isto seria muito interessante, muito oportuno, muito actual, muito sério, muito importante, não fora dar-se um pequeno senão: é que o Pravda.ru não só não é a versão electrónica do jornal oficial do Partido Comunista da antiga União Soviética, como nada tem a ver com o actual Partido Comunista da Federação Russa.

Pois é. Ao contrário do JN, não confundimos desejos com realidade. Costumamos confiar as fontes, cansados que estamos de saber que nem tudo o que luz é ouro. Foi o que fizemos no caso vertente, pelo que podemos informar que o endereço electrónico do jornal do Partido Comunista, «Pravda», é [www.gazeta-pravda.ru](http://www.gazeta-pravda.ru), e que o endereço oficial do mesmo partido é [www.kprf.ru](http://www.kprf.ru).

De referir ainda que tanto quanto sabemos a versão portuguesa do Pravda.ru será dirigida por um inglês. A julgar pela amostra animalasca, o material promete dar um contributo inestimável para o ciber lixo.

Quanto à questão de saber o que leva o Pravda.ru a fazer-se passar pelo [gazeta-pravda.ru](http://gazeta-pravda.ru), o texto que o JN tão pressurosamente se prestou a reproduzir fala por si. E se tal parceiro agrada ao BE, que lhe faça bom proveito.

Pela nossa parte, dispensamos animais, perdão, amigos destes.

Espanha impede entrada de portugueses com destino a Sevilha

# JCP e PCP protestam e exigem esclarecimentos

As autoridades espanholas impediram a entrada no país de portugueses com destino a Sevilha. O PCP e a JCP condenam esta atitude e denunciam a violência usada pela Guarda Civil.

A JCP promoveu ontem à tarde uma concentração em frente à Embaixada de Espanha, em Lisboa, com o objectivo de protestar contra a atitude da polícia espanhola ao impedir a entrada no país da delegação do PCP, da JCP e de outras organizações portuguesas, no sábado, quando se deslocavam para participar na acção de luta a realizar em Sevilha.

O PCP reclama o esclarecimento dos acontecimentos, com o apuramento de factos e responsabilidades. O grupo parlamentar comunista chamou já o ministro dos Negócios Estrangeiros à Assembleia da República e a eurodeputada do PCP Ilda Figueiredo enviou perguntas escritas à Comissão e ao Conselho

Europeus questionando se o encerramento das fronteiras espanholas «significa que, afinal, a livre circulação sem restrições só existe para os capitais».

### Tentaram impedir reacções de descontentamento perante o rumo da UE

«Será que, a partir de agora, em todas as cimeiras se vai suspender a aplicação do Acordo de Schengen, pondo em causa o direito à liberdade de manifestação a nível da União Europeia?», interroga a eurodeputada.

Entretanto, o Bloco Nacionalista Galego interrogou o ministro do Interior espanhol sobre o encerramento das fronteiras com Portugal.

### Atitude inaceitável

O Secretariado do PCP considera que os acontecimentos

se revestem de «extraordinária gravidade», classificando como «inaceitável» o comportamento das polícias espanholas e alertando que se trata de uma «flagrante violação de direitos, liberdade e garantias fundamentais».

«Tais práticas inserem-se numa perigosa política de restringir direitos democráticos fundamentais e impedir justas manifestações de descontentamento e oposição perante um rumo da União Europeia contrário aos interesses dos trabalhadores e dos povos da Europa», garante o PCP.

A Comissão Política da JCP considera que «o governo de Jose Maria Aznar, à semelhança dos seus congéneres da direita europeia, deixou claro o seu conceito de democracia e Europa social. A brutalidade com que foi violado não só o direito internacional, mas principalmente os direitos humanos de cada cidadão agredido, não deixa margem para dúvidas sobre as reais intenções da cimeira em curso, ou seja,

intensificar as políticas de direita contra os trabalhadores e os jovens, assim como utilizar o aparelho repressivo para as impor.»

Recordando que tem sido permanente o desrespeito por parte dos Estados «sempre que o cidadão se manifesta contra as intenções dos poderes instituídos», os jovens comunistas afirmam que a verdadeira pretensão deste tipo de atitude é «o silenciamento da luta dos trabalhadores e dos povos».

«Não podemos admitir que se manipule o direito comunitário em vigor, procurando justificar o injustificável à luz de cláusulas excepcionais do Acordo de Schengen, que claramente aqui não têm aplicação, sendo óbvia a violação da liberdade de circulação de pessoas e a desproporcionalidade dos meios usados pelas autoridades espanholas face a uma ameaça inexistente», considera a JCP.

## Os acontecimentos

Tudo começou quando a Guarda Civil espanhola impediu a entrada dos autocarros que transportavam os militantes do PCP e da JCP que se dirigiam ao Forum Social de Sevilha.

Na fronteira do Caia, os portugueses foram informados que os acordos de Schengen, sobre a livre circulação no espaço da União Europeia, estavam suspensos «por problemas de segurança nacional». No entanto, as autoridades espanholas recusaram-se a pôr por escrito essa justificação, como lhes foi pedido pela delegação do PCP, e não hesitaram em agredir alguns elementos. Ângelo Alves, membro do Comité Central, foi violentamente obrigado a regressar à camioneta, situação registada em fotografia e vídeo por vários portugueses. «Os portugueses não tiveram qualquer acto violento», garante Ângelo Alves.

A reacção da polícia espanhola não se fez esperar. Cerca de 15 guardas entraram nos autocarros e confiscaram máquinas fotográficas e câmara de vídeo, procurando eliminar as provas do seu comportamento. Só no regresso os objectos foram devolvidos, mas sem rolos.

De regresso a Lisboa, os manifestantes portugueses concentraram-se em protesto junto à Embaixada de Espanha.



De regresso a Lisboa, os manifestantes portugueses concentraram-se em protesto junto à Embaixada de Espanha

PCP promove audição no Parlamento

## Defender a segurança social

«A alteração à lei de Bases da Segurança Social é uma grande machadada sobre o sistema público da segurança social, embora, esta venha embrulhada em muita mistificação e promessas», afirmou Carlos Carvalhas, na intervenção de encerramento da audição pública sobre o sistema de segurança social, promovido anteontem pelo grupo parlamentar do PCP, na Assembleia da República.

Para o líder comunista, esta audição foi mais um importante contributo para o conhecimento com maior rigor do que está em causa, «da séria ameaça para os direitos dos trabalhadores e das novas gerações, do des-

mascamamento dos falsos argumentos do Governo».

Carlos Carvalhas considerou central a defesa de um forte sistema público de segurança social e sublinhou a necessidade de dar «uma grande atenção, exame e combate às alterações que o Governo pretende introduzir, por parte das diversas organizações sociais».

«O que está em causa, com as alterações que o Governo pretende concretizar, é um passo muito significativo no caminho da redução do papel do sistema público na protecção social dos portugueses», salientou.

Durante a audição foram ouvidas diversas personalidades e organizações sindicais e

sociais. O deputado do PCP Lino de Carvalho, na intervenção inicial, recordou que o actual sistema é uma conquista civilizacional dos trabalhadores, um sistema universal (porque abrange toda a população) e solidário (por ser intergeracional e redistribuir os rendimentos por todos).

Lino de Carvalho denunciou que, com a proposta do Governo, a direita pretende desviar os fundos de pensões para alimentar o negócio da bolsa. «É um bolo muito apetecido para os mercados financeiros», afirmou. O deputado declarou que a proposta do executivo, tal como denunciou o «Livro Branco», antecipa os possíveis problemas de ruptura do sistema.





